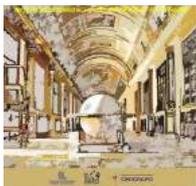


Universidade Federal de Rondônia- UNIR
Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGG/UNIR



REVISTA PRESENÇA GEOGRÁFICA (Online)
ISSN 2446-6646

E-mail: rpgeo@unir.br
jcosta@unir.br

Website:
<http://www.periodicos.unir.br/index.php/RPGeo>

Editor Geral

Prof. Dr. Josué da Costa Silva – UNIR

Equipe Editorial

Prof. Me. Jefferson Henrique Cidreira – UNIR
Prof. João Almeida de Barros Lima Neto – UNIR
Profª. Ma. Larissa Zuim Matarésio – UNIR
Prof. Me. Reginaldo Conceição da Silva – UNIR
Prof. Me. Vinícius Dantas Silveira – UNIR

Coordenação de Revisão em Inglês

Profa. Dra. Klondy Lúcia de Oliveira Agra- GEP CULTURA

Coordenação de Revisão em Espanhol

Prof. Dr. Luis Eduardo Fiori– UNIR

RPGeo: Revista Presença Geográfica. Porto Velho, RO:
Programa de Pós-graduação em Geografia- PPGG/UNIR, V. II, n. 2, 2017.
(Revista da Universidade Federal de Rondônia- UNIR)

V. 7, ano 4, 2017.
Semestral.

Editor Geral: Josué da Costa Silva (Gestão 2017-2018)

1. Geografia- Pesquisa.

Revista Presença Geográfica da Universidade Federal de Rondônia- UNIR
ISSN: 2446-6646

O conteúdo dos artigos publicados nesta revista é de inteira responsabilidade dos seus autores.

O jacaré e o estreito de Bering: etnogeografias e diálogos interculturais no ensino.

The alligator and the Bering strait: ethnogeographies and intercultural dialogues in teaching.

Julia Lobato Pinto de Moura
Maria Beatriz Lima de Magalhães
Rosimere Silva de Freitas Martins

RESUMO: O artigo objetiva apresentar uma proposta de ensino de Geografia sobre migrações ancestrais e ocupação do continente americano, atenta às diretrizes da lei 11645/2008 e que utiliza, como recurso didático, narrativas de tradição oral de povos indígenas do Acre. Inspiram-nos as proposições teórico-metodológicas de Santos (2007) e sua defesa por uma ecologia e diálogo de saberes, e de Claval (1999, 2006) e suas contribuições para a definição do campo etnogeográfico. Este trabalho foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, e é também parte dos resultados de um projeto de extensão universitária desenvolvido em escolas de Rio Branco, Acre, onde a proposta de ensino foi aplicada. A analogia da narrativa sobre “o jacaré que serviu de ponte”, contada entre os povos Katukina e Huni Kuin, com a teoria do Estreito de Bering sobre a ocupação do continente americano, já foi apontada pelos professores indígenas em ACRE (2002). Este artigo vem corroborar a ideia de que as narrativas de tradição oral podem ser tratadas como explicações para fenômenos socioespaciais, e possuem um grande potencial como recurso didático em aulas de Geografia atentas à pluralidade epistêmica e cultural dos conhecimentos socioespaciais.

Palavras-chave: Geografia; Ensino Intercultural; Narrativas Indígenas.

ABSTRACT: This paper aims to present a proposal of Geography teaching about ancestral migrations and occupation of the American continent, in accordance with the guidelines of law 11645/2008, using the narrative oral traditions of indigenous peoples in Acre as a didactic resource. We are inspired by the theoretical-methodological propositions of Santos (2007) and his defense of an ecology and dialogue between ways of knowledge, and by Claval (1999, 2006) and his contributions to the definition of the ethnogeographical field. This work was based on a bibliographical and documentary research, and is also part of the results of a university extension project developed in schools in Rio Branco, Acre, where the teaching proposal was applied. The analogy of the narrative on "the alligator that served as bridge", counted among the Katukina and Huni Kuin, with the Bering Strait theory on the occupation of the American continent was already pointed out by the indigenous teachers in Acre (2002). This paper corroborate the idea that narratives of oral tradition can be treated as explanations for socio-spatial phenomena and have a great potential as a didactic resource in Geography classes attentive to the epistemic and cultural plurality of socio-spatial knowledge.

Keywords: Geography; Intercultural Teaching; Indigenous Narratives.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva discutir uma proposta de ensino de Geografia sobre o povoamento do continente americano que trás uma narrativa de tradição oral dos povos indígenas do Acre como recurso didático para pensar os possíveis diálogos com as teorias científicas mais aceitas. A proposta de intervenção didática apoia-se sobretudo nas propostas teórico-metodológicas de Claval (2006), que embasa nossas reflexões sobre etnogeografias, e de Santos (2007) que propõe a ecologia dos saberes como parte do processo de descolonização do pensamento e construção de projetos sociais globais mais justos.

Para pensar a geograficidade e historicidade do pensamento mítico enfocamos a narrativa sobre “o jacaré que serviu de ponte”, que dá ênfase nos processos migratórios que resultaram na dispersão espacial de alguns povos indígenas do Acre. Propomos demonstrar como a narrativa do povo Katukina, também contada em versões parecidas por outros povos como os Huni Kuin (Kaxinawá), pode ser tratada como mais um ponto de vista sobre os processos de migração e ocupação dos continentes. As narrativas e toda a riqueza das mitologias indígenas configuram outro tipo de conhecimento, outra linguagem, que possui formas e métodos próprios de pensar.

Este movimento no pensamento pode contribuir para romper com estereótipos inferiorizadores, que identificam os indígenas como povos de cultura rudimentar, primitiva, e cujas “lendas e contos” não passariam de histórias imaginativas frutos de um pensamento que não consegue acessar a razão. É um processo pedagógico que procura instigar um debate intercultural no intuito de relativizar a verdade científica como única forma de expressão do conhecimento sobre os fatos, fenômenos e povos do mundo. A analogia da narrativa do “jacaré que serviu de ponte” com a teoria do Estreito de Bering, já foi apontada pelos professores indígenas em ACRE

(2002) e interessa-nos corroborar com este tipo de interpretação. É importante reconhecer a importância da literatura indígena para construção de processos emancipatórios e novos referenciais sobre o que é ser indígena na atual sociedade brasileira.

A produção deste trabalho se deu através da pesquisa bibliográfica na busca de uma definição clara das teorias e métodos que embasam a proposta de ensino e diálogo intercultural na área da Geografia, e numa análise documental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) de Temas Transversais, do texto da lei nº11.645/08, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCN, 2013), entre outros. A pesquisa teve por intuito pensar caminhos para o ensino de Geografia em uma perspectiva menos cientificista e etnocêntrica, e verificar através de ações de extensão nas escolas, como podemos utilizar textos de narrativas indígenas como recurso didático e contribuir na aplicação da referida lei.

2. INDÍGENAS NO ACRE: CORRERIA E RESISTÊNCIA

Os povos indígenas do Acre viviam e vivem principalmente nas bacias hidrográficas dos vales dos rios Purus e Juruá, na porção sul-ocidental da Bacia do Amazonas, e estiveram desde muito antes da colonização, territorializados ao longo dos vários rios da região. No vale do Purus predominavam os grupos linguísticos Arawá e Aruak e no vale do Juruá o grupo linguístico do tronco Pano (MORAIS, 2008, p.131). Até o século XIX, estima-se que pelo menos 150 mil pessoas, pertencentes a diversos grupos étnicos, viviam nas terras hoje reconhecidas como estado do Acre. “Até a primeira metade do século XIX, quase 50 nações indígenas moravam naquela região. Alguns povos, ao que tudo indica, mantinham vínculos culturais milenares naquele território”. (CARNEIRO, 2016, p.16) A partir de então tem início uma intensa imigração, colonização e invasão da região posteriormente anexada ao Brasil em 1903.

Ao fugir das secas que assolaram a região, milhares de sertanejos, vindos principalmente do interior cearense, passaram a ser aliciados por representantes das empresas gomíferas para trabalharem nos seringais amazônicos. Submetidos a um sistema de trabalho semi-escravista para produção de látex, foram os responsáveis pelo abastecimento das demandas industriais inglesas por borracha, pelo enriquecimento dos seringalistas, os “coronéis de barranco”, e de cidades como Belém e Manaus.

A violência física, cultural, econômica e moral a que foram submetidas estas populações originais em geral não foi diferente do etnocídio e o genocídio promovido em outras regiões periféricas do capitalismo. A drástica redução demográfica da população indígena foi resultado do violento processo de inserção, desta parte do mundo, na lógica de produção capitalista e na modernidade colonizadora. A população indígena atualmente tem crescido, mas não passam de pouco mais 13 mil indivíduos vivendo nas terras acreanas (IBGE, 2010).

Em síntese, a formação da sociedade acriana foi um resultado da produção da borracha que, por sua vez, geopoliticamente acomodou o Acre na periferia do Sistema Mundo Capitalista. (...) As primeiras vítimas foram as diversas nações indígenas que habitavam naquelas florestas. (CARNEIRO, 2016, p.19)

Diversos grupos étnicos nativos como os Kulina, Kaxinawá, Jaminawá foram perseguidos, capturados e somaram-se a este exército de mão de obra que vinha dos sertões atingueiros. As expedições armadas promovidas pelos seringalistas para matar as lideranças das aldeias, e aprisionar homens e mulheres para o trabalho forçado, ficaram conhecidas como “correrias”. Por causa da violência empreendida por estes novos colonizadores, muitos povos indígenas literalmente saíram a correr, a buscar refúgios em locais mais longínquos da floresta acreana, em direção as cabeceiras e o alto-curso dos rios, onde hoje se localizam a maioria da população e das terras indígenas demarcadas no Acre.

Nos últimos 30 anos foram reconhecidas no Estado do Acre 34 Terras Indígenas (TIs), destinadas a 14 (quatorze) povos, com uma área de

2.390.112,26 ha (14,55% do território), abrangendo um contingente populacional estimado em 12.720 índios (ACRE, 2010, p.111).

Desde o estabelecimento da empresa extrativista da borracha até praticamente a década de 1980, os povos originários passaram por uma longa fase de degradação de suas culturas tradicionais. Além dos preconceitos sociais e historicamente construídos pelos não-índigenas, enfrentaram a expropriação de suas terras ancestrais e a carência de políticas públicas, mormente nos campos da educação e da saúde, o que agravou o quadro social e as condições de vida destas populações. Transformados compulsoriamente em seringueiros ficaram a margem de qualquer legislação que os amparasse.

Esse quadro começou a mudar a partir da instalação de instituições governamentais e não-governamentais atuantes a favor da causa indígena como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no Acre e sul do Amazonas em 1976, e outras organizações como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Pela historiografia oficial, conforme proposição do antropólogo Txai Terri Aquino, estas conquistas iniciadas na segunda metade do século XX marca, para os povos indígenas do Acre, o início do “tempo dos direitos”, caracterizado por uma longa luta pela demarcação das terras legadas por seus ancestrais (MORAIS, 2008).

As mais conhecidas etnias que hoje habitam o Estado do Acre são os Jaminawa, Manchineri, Huni Kuin (Kaxinawá), Kulina, Ashaninka, Shanenawa, Katukina, Yawanawá, Jaminawa-Arara, Arara, Nukini, Poyanawa. Para Goettert (2008) o processo de alienação e silenciamento presente até hoje dificulta o reconhecimento da diversidade desses povos, com seus espaços, lugares, modos de vida, culturas e conhecimentos próprios. Algumas iniciativas colaboram para divulgar informações sobre os conhecimentos tradicionais indígenas e a atual e permanente luta por seus direitos sociais e territoriais. O CIMI mantém um portal de notícias na rede mundial de computadores, o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin), órgão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), produz revistas sobre diversos grupos étnicos do Brasil para distribuir nas escolas (ver: <http://comin.org.br/>), mas pouco disto chega ao dia a dia da sala de aula.

Mesmo depois de tantos anos os povos indígenas ainda tem que enfrentar projetos políticos que perpetuam os mesmos ideais de extermínio, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que prevê a transferência do Poder Executivo para o Legislativo em respeito a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação no Brasil. O texto tem sido alvo de críticas pelos diversos povos tradicionais e ativistas socioambientais pois é visto como um grande retrocesso na legislação. O projeto arquivado em 2014, se aprovado, tiraria o processo de demarcação destas unidades da competência dos técnicos e especialistas responsáveis, que hoje compõe os órgãos federais, e passaria para o Congresso, que defende predominantemente os interesses do agronegócio e dos ruralistas, e para quem em sua maioria, a demarcação de mais terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação representam ameaça ao desenvolvimento econômico.

Atualmente existem muitos povos que ainda lutam pela demarcação de suas terras, como os Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, e mesmo as terras indígenas demarcadas não estão livres de ameaças, pois os que detêm o poder político e econômico exploram os territórios com atividades madeireiras e garimpos clandestinos, a margem da fiscalização e da legislação.

O modo de ser, de viver e de se relacionar com a natureza dos povos indígenas é originalmente muito diferente da concepção não-indígena, sobretudo se tomarmos a cultura moderna ocidental como referência.

No caso das coletividades indígenas e coletividades “tradicionais”, os mitos são representações simbólicas que estão interligados à cosmogonia e aos aspectos ritualísticos e psíquico-espirituais e constituem um “sistema” de relações, que através do espaço de ação realizam as experiências socioespaciais no cosmo e microcosmo. (SILVA, 2010, p. 149)

Cabe salientar que esta oposição dualista entre indígena e não-indígena, apesar de nos levar ao importante debate intercultural, não deixa de ser problemática. Concordamos com Goettert (2008, p.100) para quem “chamar todas e todos que moravam aqui de ‘índios’, significava e ainda significa uma homogeneização grotesca, colonialista e impostora.” Os povos indígenas, assim como o chamado povo brasileiro, e a grande maioria dos outros agrupamentos de gentes unidas por um sentimento de identidade e pertencimento, a que chamamos “povos”, não constituem sociedades homogêneas, e são identificados por suas muitas diferenças no modo de vida, simbologias, etc.

Ainda sim, pode-se afirmar que existem diferenças substanciais entre as concepções de mundo e conhecimentos produzidos pelo pensamento científico e o pensamento mítico. Um estudo de cunho epistemológico sobre o pensamento indígena e suas concepções de mundo pode nos levar a ampliar os conhecimentos sobre as diversas concepções de natureza historicamente construídas, e os impactos que as ideias têm sobre o modo de reprodução do espaço e da vida social, temas de interesse geográfico.

Como bem destacou Silva (2010), nos coletivos indígenas a “apreensão de mundo é realizada pelo constructo dos valores ancestrais apoiados na representação e presentificação cosmogônica” (SILVA, 2010, p.19). Neste sentido a proposta é trabalhar no âmbito escolar a produção de um conhecimento geográfico menos etnocêntrico, valorizar as narrativas dos povos indígenas, e promover um diálogo e ecologia de saberes.

3. O SILENCIAMENTO E A VOZ DA CULTURA INDÍGENA NAS ESCOLAS

É de extrema importância ter nas escolas uma formação humanística atenta à diversidade e a igualdade de direitos. A educação nas escolas é uma das maneiras de promover com que os alunos, desde as séries iniciais, entrem em contato com a diversidade de manifestações culturais brasileiras, trabalhando aceitação e respeito com o que é diferente.

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p 56)

O princípio da equidade é fundamental para entendermos que existem diferenças e as desigualdades que precisam ser levadas em conta para que a igualdade e a justiça social sejam efetivamente alcançadas. A cultura escolar, porém, historicamente silenciou o conjunto de saberes e os diversos intercâmbios de conhecimentos que ocorreram no Brasil entre os indígenas, africanos e colonizadores portugueses. Privilegiou-se um olhar etnocêntrico e evolucionista, que inferiorizou as culturas não europeias e promoveu a figura de colonizadores como heróis civilizadores, o que ocultou os processos de violência e as lutas por resistência dos povos por eles subjugados violentamente.

Notamos que aconteceram avanços na legislação que rege o currículo escolar desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), como os PCN (1998), que destaca desde o final da década de 1990, nos Temas Transversais, a importância dos currículos das áreas dialogarem com os conteúdos ligados as questões atuais, como a Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Ética, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo. Porém compreendemos que muito ainda é preciso fazer para aprimorar as conquistas dos últimos anos e avançar na desconstrução de estereótipos negativos sobre os indígenas e os negros na sociedade brasileira.

A LDB, desde 1996, explicita no seu art. 26 que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Para regulamentar o que diz o artigo 26, em 2003 foi criada a lei nº 10639, modificada em 2008 através da lei nº 11645. Com estes dois acréscimos ao Art. 26 ficou estabelecida a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da

temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e definido no parágrafo 1º que o conteúdo programático

incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, art. 26-A, §1º)

Um dos principais objetivos de trabalhar nas escolas temas relacionados aos negros e indígenas é minimizar o estereótipo inferiorizador criado ao longo de todo processo de formação do nosso país. Reconhecer os direitos dos povos e indivíduos historicamente reprimidos é um dos elementos fundamentais de fortalecimento da democracia e os alunos podem ser levados a valorizar o patrimônio sociocultural e suas próprias identidades, aprender a respeitar a pluralidade de pensamentos e concepções de mundo.

O texto da lei diz que estes conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras, mas entendemos que esta distinção não precisaria ou deveria ser feita. Todas as disciplinas deveriam buscar formas de se envolver com a temática para que haja reconhecimento que os diversos grupos humanos possuem suas etnobotânicas, suas etnomatemáticas, enfim seus etnoconhecimentos. Para a disciplina de Geografia é fundamental atentar as determinações da referida lei, pois essas mudanças visam valorizar a contribuição destes grupos na formação do povo, do território e da sociedade nacional, temas que compõem o currículo da área.

As histórias e narrativas indígenas possuem caráter pedagógico inerente, pois é através das histórias que os mais antigos transmitem os ensinamentos da sua cultura para seu povo. A partir das reflexões desenvolvidas por Claval (2006) sobre a geografia cultural e as etnogeografias é possível pensar que estas narrativas podem ser instrumento na prática de ensino de Geografia em uma perspectiva intercultural.

Durante muito tempo os geógrafos fizeram questão de se ocupar apenas de realidades objetivas: os significados que as diversas sociedades conferem à sua inserção no espaço, as etnogeografias, não lhes interessavam. Contudo, eram elas que motivavam a curiosidade dos leitores. A forma literária das descrições fazia passar, neste domínio, elementos que um trabalho mais objetivo teria eliminado: a reflexão sobre a *geograficidade* das sociedades não estava ausente, mas muitas vezes era ignorada. Atualmente é uma das preocupações de um número grande de geógrafos. (CLAVAL, 2006, p. 21).

Para Claval (1999) apesar de ser uma noção pouco empregada os geógrafos não tem sido indiferentes aos estudos das práticas culturais e aos avanços no campo das etnogeografias, e estudam a algum tempo, as formas de orientação, expressões verbais e gráficas feitas por diferentes povos. Porém é um enfoque por muito tempo silenciado na história do pensamento geográfico. Ao reconhecer que há uma incoerência em alguns estudos, o autor propõe um percurso metodológico. Ele sugere campos para explorar os estudos etnogeográficos: as representações do mundo, das relações com o meio, da vida social. O objetivo das pesquisas com este enfoque seria compreender como os homens constroem a sua ideia de “mundo”, e poder caminhar para uma pesquisa voltada à uma geografia histórica.

Para Silva (2010)

a geografia indígena ou etnogeografia contribui na explicação da Nova Geografia Cultural, por apresentar-se como visão simbólica da construção do espaço por meio das formas, representações, mitos, signos e outros elementos que contribuem na discussão epistêmica. (SILVA, 2010, p.80)

É importante tratar a questão tomando por referência o debate epistemológico que o tema instiga, e ir além do viés infantilizador e folclorizado que é normalmente adotado quando se trata de mitologias e literaturas de tradição oral nas escolas, principalmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

É o nosso espaço. O ‘nosso’ espaço, dos doze povos (indígenas) que vivem no Acre, apresentam diferenças substanciais para o nosso espaço, o do ‘branco’. Buscar entendê-los é no mínimo que a Geografia deve fazer no sentido de radicalizar o respeito pelo direito do *outro* ao espaço, ao seu espaço. *Ao seu pedaço*, material e simbólico. Espaços simbólicos definidores de mitos de origem (muitos semelhantes ao Gênesis cristão) que, no Acre, ganham em diversidade e riqueza. Mas devemos combater o equívoco que aponta a valorização das culturas indígenas apenas por seu significado folclórico. A folclorização, além de preconceituoso, “civilizador” e “branco”, tende a desconsiderar que os povos indígenas são portadores de modos de produção diferentes do nosso. Por isso, compreender os espaços de cada povo índio, além da valorização da diversidade, do respeito e de sua autodeterminação, é rever nossos próprios valores, nossos próprios *fazeres* e nossos próprios *pensares*. (GOETTERT, 2008, p. 101)

A partir do debate epistemológico compreende-se que os conhecimentos são produções do pensamento, pelo qual se aprende e se representam as relações que constituem e estruturam as realidades. Os conhecimentos produzidos e legitimados socialmente ao longo da história são resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão, adaptação e transformação no meio, tecendo as relações socioespaciais que produzem o mundo.

O racionalismo e o eurocentrismo promoveram a desvalorização de saberes e culturas tradicionais, reduzidas a folclore num sentido de pejorativo, fruto de uma cultura popular, de tradição oral, portanto menos “evoluída” do que a cultura erudita e escrita. Neste sentido outras formas de produção de saberes foram sendo anuladas, e só o conhecimento científico reconhecido como válido – o monopólio da verdade.

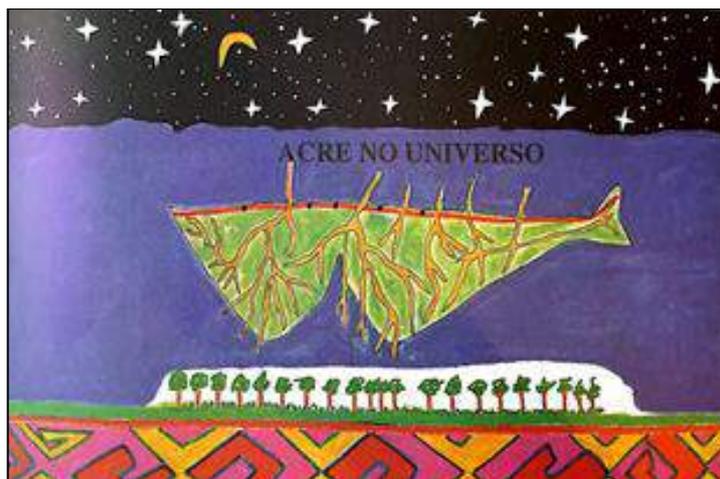
Porém, como destaca N.S. Tene Kaxinawá sobre as diferentes explicações.

As ciências do branco explicam a origem do mundo, do homem. Explicam também a questões como há quanto tempo os povos de outros lugares chegaram aqui na América, ou se espalharam por todos os continentes; em que tempo começaram a chegar na Amazônia e no Acre. Cada povo indígena também tem suas histórias de antigamente que explicam o começo do mundo, a geração da lua, dos animais encantados, dos outros povos, da floresta, das plantas, dos bichos, dos remédios, dos nossos costumes tradicionais. Sabe também onde morava de primeiro e os lugares para onde foi se mudando ao longo do tempo. (TENE KAXINAWÁ In: ACRE, 2002, p. 32)

A geograficidade do pensamento e das interpretações de mundo dos povos indígenas demonstra que todos os povos têm suas maneiras de buscar uma ordem e razão de ser para as coisas, seus arranjos espaciais, relações sociais e com o meio, isto é, fazer suas geografias. Estas formas de pensamento, que secularmente são transmitidos pela oralidade, agora se traduzem também em imagens (Figura 1) e textos.

Viajando como satélite, no mais alto do alto, vejo o Acre com uma cor atraente: verde, amarelo. Todos os astros luminosos iluminam o Acre. Da lua vejo todos os rios que no Acre tem. Aparecem brilhantes como se fossem fogos com chamas. A floresta do Acre parece ter cabelos compridos, lisos. Bem bonitos e penteados pela natureza acreana. Todas as estrelas que existem no universo são fêmeas. E todas elas olham o Acre. (J.L.MANCHINERI. In: REZENDE e GAVAZZI, 1998, p. 12).

Figura 1- Acre no Universo



Fonte: Atlas Geográfico Indígena do Acre, 1998, p.13.

Utilizar materiais didáticos, livros e textos produzidos por professores indígenas que trazem suas visões de mundo e narrativas é uma estratégia que pode levar os alunos a valorizar a diversidade do patrimônio sociocultural brasileiro, respeitando a pluralidade étnica e reconhecendo também os direitos individuais e coletivos dos povos indígenas.

A geografia indígena propicia acender o debate, como possibilidade epistemológica viva que procura em seu contexto teórico e metodológico incorporar outros campos do conhecimento, que contribuem significativamente para uma análise mais aprofundada de algumas temáticas consideradas até então inatingíveis. (SILVA, 2010, p.80)

Desde o final da década de 1990, o debate no campo educacional já começou a apontar nesta direção quando, por exemplo, o PCN de Temas Transversais sugere que o aluno deve:

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1998, p. 7)

O Referencial da Secretaria de Educação do Acre (ACRE, 2010) da área de Geografia, sinaliza para valorização do etnoconhecimento ao sugerir, por exemplo, que o professor utilize “o conhecimento de sistemas de orientações construídos por outros povos (índigenas brasileiros, incas, astecas, maias e etc.)” (ACRE, 2010, p. 34).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013) surgem como forma de atualizar os PCN, devido às várias modificações na LDB dos últimos anos. Ao aprofundar os debates iniciados com a formulação dos PCN, as novas DCN apontam para a defesa de uma educação multicultural. A temática da igualdade social e do direito à diferença são abordadas para que sejam garantidos a todos os direitos civis, políticos e sociais, e que em nome da igualdade, não se desconsiderem as diferenças culturais, de cor/raça/etnia, gênero, idade, orientação sexual, entre outras.

Na perspectiva de construção de uma sociedade mais democrática e solidária, novas demandas provenientes de movimentos sociais e de compromissos internacionais firmados pelo país, passam, portanto, a ser contempladas entre os elementos que integram o currículo, como as referentes à promoção dos direitos humanos. Muitas delas tendem a ser incluídas nas propostas curriculares pela adoção da perspectiva multicultural. Entende-se, que os conhecimentos comuns do currículo criam a possibilidade de dar voz a

diferentes grupos como os negros, indígenas, mulheres, crianças e adolescentes, homossexuais, pessoas com deficiência. (BRASIL, 2013, p. 115)

Nesse sentido interessa-nos propor um olhar para o ensino de Geografia a partir de uma perspectiva intercultural, promovendo uma ecologia dos saberes como sugere Santos (2007). A ecologia de saberes se baseia na ideia de que os conhecimentos são heterogêneos e propõe interações sustentáveis e dinâmicas entre os diversos tipos de conhecimentos.

Os povos indígenas, por exemplo, possuem uma forma particular de compreender o mundo e ensinar aos mais novos, utilizando a oralidade e os saberes de suas mitologias. Para Matari Kayabi, do Parque Indígena do Xingu, a

Geografia é um estudo para saber localizar as coisas do mundo e para entender como o mundo funciona.

Geografia é para saber as divisões da terra, saber sobre a demarcação de nossas terras, o que é nosso e o que não é.

Geografia é saber todos os nomes dos países, dos estados brasileiros, das cidades, dos rios...

Geografia é aprender e entender todas as coisas que existem no mundo.

Geografia é tudo que o homem faz na terra e tudo o que o homem não faz como: vento, chuva, céu, sol, lua, estrelas... (Matari Kayabi In: BRASIL/MEC, 1998, p.5)

Dialogar com estes saberes produzidos pelos povos indígenas, suas lutas sociais e suas mitologias pode ser um caminho para superar o eurocentrismo que marcou a história do pensamento geográfico e seu ensino nas escolas. Não se trata aqui de negar os avanços no campo da ciência, mas de reconhecer que existem diferentes formas de produção de conhecimentos, que podem dialogar. As concepções científicas apresentadas nos livros didáticos e instituídas como verdades tornam-se pontos de vista quando colocadas em diálogo com narrativas míticas, que fornecem, para um mesmo objeto de análise, imagens e sentidos éticos e estéticos outros, e assim podem estimular o aprendizado intercultural.

A PROPOSTA DE ENSINO: O JACARÉ FOI A PONTE NO ESTREITO DE BERING

O Projeto de Extensão “Etnogeografias e Histórias dos antigos: contadores nas escolas” desenvolvido de junho a novembro de 2016 na Universidade Federal do Acre propôs intervenções cênicas em seis escolas através de um “aulão” para o Ensino Médio, e abordou conteúdos previstos nos referenciais curriculares de Geografia e História. Foram utilizados, como recursos didáticos, narrativas indígenas e afro-brasileiras, exposição de slides, resolução de exercícios e técnicas de contação de história. Os conteúdos abordados foram desde a pré-história, o povoamento do continente americano até a formação econômica, territorial e do povo brasileiro. Em consonância com as diretrizes da lei nº 11645 (2008) e a matriz do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foi ressaltada a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil.

Para desenvolver o conteúdo sobre a ocupação do continente americano, uma das narrativas indígenas usadas no aulão foi a dos povos Katukina e Huni Kuin sobre a migração de seus ancestrais, por sua analogia com a teoria do Estreito de Bering, apontada no livro “Índios do Acre” (ACRE, 2002). A ideia é pensar que existem diferentes formas de narrar e produzir conhecimento sobre um mesmo fato histórico-geográfico. A abordagem de conhecimentos indígenas foi levada em uma perspectiva de produção de conhecimento, com sua linguagem e métodos próprios, e não como ideias fantasiosas, resultado de um imaginário e um pensamento primitivo de valor apenas folclórico.

Romper com o eurocentrismo na abordagem dos conteúdos, e valorizar os etnoconhecimentos nas salas de aula são parte de um movimento de descolonização do pensamento, e exige uma revisão da perspectiva epistemológica fundada na razão dominante, o pensamento abissal descrito por Santos (2007). A lógica civilizatória e racionalista que vem sendo difundida por cinco séculos faz-se hegemônica e apresenta a ciência, objetivista e pragmática, como única forma legítima de

produção de conhecimento. A opção por utilizar narrativas de povos indígenas está relacionada ao intuito de contribuir para o rompimento com esta visão colonialista que historicamente inferiorizou essas culturas e povos.

O plano de aula propôs uma reflexão sobre as diferentes formas de ensinar geografia, focando nas mitologias indígenas e afro-brasileiras como recurso didático. Um plano de aula com diferentes visões de mundo e percepções sobre um mesmo fenômeno geográfico, no caso aqui especificado a migração e dispersão dos nossos ancestrais pelos continentes, pode levar os alunos perceberem que coexistem diferentes visões sobre os fatos históricos e geográficos, visões estas produzidas a partir das diferentes linguagens.

Conta a teoria científica mais aceita, com base em fósseis encontrados e estudos de genética, que as primeiras populações de homínídeos surgiram no continente africano. Com o passar do tempo, nossos ancestrais transformaram a natureza e desenvolveram seus conhecimentos e técnicas, para fazer suas ferramentas, suas casas e outros meios de sobrevivência, adaptando-se a diferentes climas para buscar melhores condições de vida, novos hábitos e costumes. Espalharam-se para muitos lugares, por vários caminhos, chegaram aos outros continentes (ACRE, 2002).

As populações que chegaram às Américas não vieram por um só caminho, e hoje temos pelo menos duas teorias bem aceitas sobre a ocupação do continente americano. A mais conhecida narra que durante a última glaciação, que é o período que a Terra fica mais fria, aconteceu o recuo dos mares polares e formou-se uma passagem de terra pelo Estreito de Bering. Os humanos atravessaram do norte da Ásia para a América e espalharam-se com grande dificuldade, por grandes florestas, montanhas e rios das Américas do Norte, Central e do Sul, até chegarem ao que hoje chamamos Brasil. Tem também a Teoria Transoceânica que diz que eles vieram em pequenas embarcações das ilhas polinésias, navegando de ilha em ilha até chegar à costa oeste do continente sul-americano. (Soares, 1990; Guidon 2008)

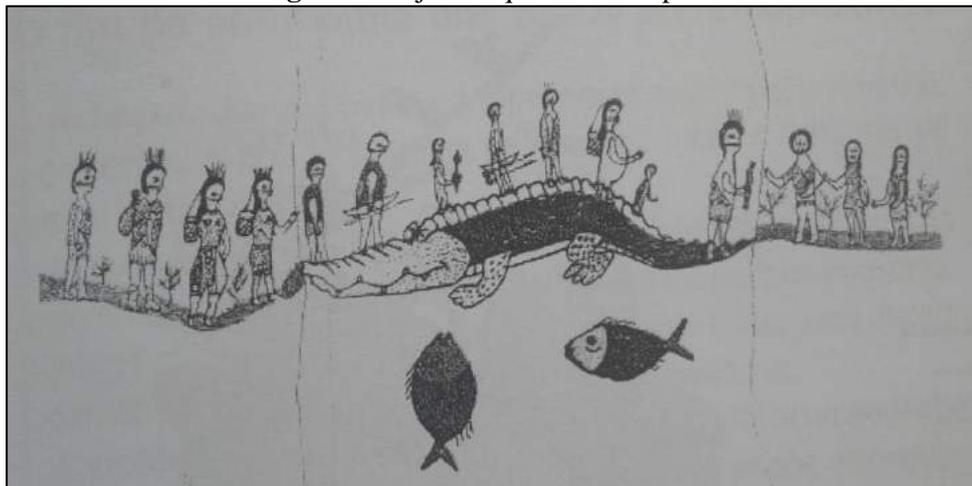
Os povos Katukina, grupo étnico que habita o Estado do Acre, contam que os povos migraram de um canto a outro procurando um lugar para morar, enquanto caminhavam e cantavam o mariri¹. Encontraram um jacaré encantado que ajudou parte do povo a atravessar para as novas terras. M. da S. Ni'i Katukina, B.P. Mae Katukina e J. A. Me'o Katukina narraram que

Aí foi um mês procurando para atravessar o rio. Aí falaram: Vamos subira onde a gente achar uma ponte a gente atravessa pro outro lado. Todos falaram: Vamos embora. Seguindo e cantando hi, hi, hi. Vieram debaixo e encontraram o Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram: Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado? (...) No outro dia de manhã o jacaré falou: Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. (ACRE, 2002, p. 31)

A narrativa diz que as pessoas gastaram três dias para limpar as costas do jacaré, enfrentando toda a sorte de insetos. Depois o jacaré propôs que os humanos podiam atravessar, mas fez uma restrição, que deveria por todos ser respeitada: “Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré.” (ACRE/CPI, 2002, p. 34). Assim, o pessoal começou a passar, em uma longa jornada migratória sobre as costas do jacaré (Figura 2), que sempre alertava: “Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês”. Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne ficou triste, pois isso significava que ele perdera um dos seus filhotes, e que o acordo com os humanos tinha sido rompido. Assim ele abaixou um pouco na água. “O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido”. (ACRE, 2002, p. 34)

¹ Mariri – Um dos vários nomes dados ao cipó *Banisteriopsis caapi*, nativo da região amazônica, também conhecido como Jagube, liana, Yagé, Caapi. É um dos elementos de confecção da bebida que também possui várias denominações, conhecida como ayahuasca, hoasca, huni, daime, entre outros, e é utilizada de forma cerimonial por muitos grupos indígenas e por populações de origem mestiça ou cabocla.

Figura 2- O jacaré que serviu de ponte



Fonte: ACRE/CPI, 2002, p. 47.

Os Kaxinawá, que se autodenominam Huni Kuin, grupo étnico aqui do Acre, contam uma narrativa parecida, na qual seus ancestrais no início viviam todos em uma só aldeia e depois de muito tempo começaram a se espalhar, “procurando presas de macacos, colares de miçanga e tintas para pintar o corpo.” (ACRE, 2002, p.46). Até que um dia encontraram um jacaré encantado na beira de um igarapé bem largo, e ele ajudou parte do povo a atravessar as terras. Os Kaxinawá foram os primeiros a apontarem a semelhança da narrativa com a teoria do Estreito de Bering. No mito Kaxinawá, o animal encantado disse aos humanos que queria comer carne, que eles teriam que alimenta-lo enquanto atravessavam, mas que não fosse de animais da sua família. Porém “Outros povos mais apressados mataram um jacaré e deram para ele como forma de pagamento pela travessia. O jacaré ficou com muita raiva e afundou para sempre.” (ACRE, 2002, p. 46). E.M. Ixã Kaxinawá conta que

Estudando a história dos primeiros povos do mundo, que nasceram na África e chegaram ao norte da América atravessando o Estreito de Bering, dá para lembrar a história de antigamente do nosso povo Kaxinawá sobre “o jacaré que serviu de ponte”. (...) Fazendo comparação dessa história contada pelos brancos com o nosso mito Kaxinawá, o Estreito de Bering parece com o jacaré que serviu de ponte. Depois que o jacaré afundou, nós passamos a viver apartados dos nossos parentes da Ásia. Os povos que conseguiram passar são os índios das Américas. (ACRE, 2002, p. 46-47)

Como é comum nas narrativas míticas, o rompimento de um acordo ou de um tabu pode desencadear o surgimento de uma nova ordem, costume ou ser. Na história Katukina e Kaxinawá o acordo com o grande réptil é rompido por um indivíduo, ou pequeno grupo, que prejudica uma coletividade. Neste sentido as narrativas indígenas sobre o “jacaré que serviu de ponte” além de enfatizar os processos migratórios que resultaram na dispersão e reorganização espacial dos povos, permite-nos uma reflexão sobre a conduta humana, os acordos sociais e o individualismo, as consequências do desrespeito às regras estabelecidas de comum acordo. Como instrumento didático as narrativas utilizadas nas aldeias e nas salas de aula podem nos fazer refletir sobre nossas ações no cotidiano.

A história também pode ser interpretada com enfoque nas relações dos humanos com os seres da natureza na lógica das sociedades míticas, onde os “animais são gentes”, falam, fazem acordos, ficam tristes, raivosos e trocam favores com os humanos. Ao estudar as mitologias diversas, é comum observar que uma história pode possuir várias versões, como na narrativa do Jacaré aqui analisada.

Os mitos permeiam a história dos coletivos humanos desde tempos imemoriais e prosseguem integrando o nosso imaginário e nossa vida, isto é, nos

encontramos permanentemente construindo-os e reconstruindo-os, oferecendo novos significados e semantizações. (SILVA, 2010, p.149)

A ideia de utilizar as narrativas é propor um diálogo de saberes e reconhecer que são múltiplos os olhares e interpretações possíveis sobre os fatos históricos e geográficos, pois estas interpretações surgem a partir da linguagem, que pode expressar distintas formas de pensamento e compreensão sobre um mesmo fenômeno. Este é um pressuposto fundamental para a produção de um conhecimento intercultural nas escolas, que transcenda o etnocentrismo, o monopólio da verdade científica e a “monocultura da ciência moderna” (SANTOS, 2007, p.15).

A Geografia instituída como um saber ocidental, que tem suas origens mais antigas na Grécia, e se desenvolveu principalmente na Alemanha e na França do século XIX, é comumente concebida como um saber particular, científico, “a Geografia”, universal e independente de valores particulares e étnicos. Claval (1999), porém, ao situar as origens e a história do pensamento geográfico, demonstra que ela também é arraigada a valores étnicos, e neste sentido defende a investigação das etnogeografias.

A importância em ampliar os saberes no campo da etnogeografia está relacionada à necessidade de propor outros caminhos que diferem da lógica positivista que marcou a geografia tradicional ocidental, e do materialismo exacerbado que marcou parte de sua renovação crítica. Neste sentido a proposta coaduna bem com a ecologia dos saberes proposta por Santos (2007) e nos instiga a reconhecer a infinita pluralidade de conhecimentos e a necessidade de valorização dos mesmos para realização de ações emancipatórias através do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do lançamento dos PCN de temas transversais como pluralidade cultural e orientação sexual, e, sobretudo a partir das leis nº 10639/03 e 11645/08, muitas escolas tem promovido uma série de projetos que focam questões que antes eram silenciadas e ignoradas. Estas diretrizes curriculares e leis instigam a comunidade escolar a compreender e valorizar a pluralidade cultural existente nas escolas, e fazer uma revisão crítica da história oficial. A partir do início da inserção das diversidades culturais nas escolas, poderemos ter adultos mais conscientes e que respeitam a cultura do outro, e uma Geografia escolar menos etnocêntrica e decorativa, capaz de dialogar com diferentes linguagens, como formas de interpretação do mundo e das relações socioespaciais.

Os preconceitos surgem principalmente por não conhecermos outras culturas, pois a falta de conhecimento gera os estereótipos étnicos negativos que alimenta sentimentos de superioridade. Portanto é muito importante abordar o tema nas salas de aula, para considerar os diversos tipos de perspectivas sobre as relações sociedade-natureza, e para que a rica literatura indígena e afro-brasileira seja reconhecida como arsenal de conhecimentos interessantíssimos, em uma perspectiva multi e intercultural.

É importante e necessária a utilização de materiais que já fazem parte do dia a dia do aluno, e outros que podem enriquecer seu horizonte cultural, de modo que venha a ter conhecimento de outros povos e desenvolver o respeito pelas diferentes concepções de mundo. A utilização das narrativas míticas indígenas junto com os conteúdos da Geografia, através do uso da tradição oral como ferramenta de transmissão e construção do conhecimento, é uma forma de tornar a Geografia escolar menos etnocêntrica, e apresentar aos alunos uma forma diversificada de aprender e significar os fenômenos socioespaciais do mundo.

As interpretações de mundo dos povos indígenas e suas geograficidades demonstram que todos os povos têm suas maneiras de organizar-se no espaço e buscar uma ordem, uma explicação para seus arranjos espaciais, relações sociais e com o meio em que habitam, e criam seus significados, fazem suas geografias.

REFERÊNCIAS

1. ACRE. Comissão Pró-Índio (CPI) (org.) **Índios no Acre: História e Organização**. Rio Branco 2002.

2. ACRE, Secretaria de Estado da Educação. **Série Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental CADERNO 1 – Geografia**. Rio Branco, 2010.
3. ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II: Documento Síntese**. Rio Branco: SEMA, 2010.
4. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
5. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Geografia Indígena: Parque Indígena do Xingu/ Instituto Socioambiental**. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1998.
6. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível Em: <https://goo.gl/oWrXBN>. Acesso em 09 de setembro de 2016.
7. BRASIL. **Lei Nº 11645 de 2008** que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://goo.gl/fth5BB>. htm Acesso: 06/05/16.
8. BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCN)**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
9. CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **O discurso fundador do Acre(ano): história & linguística**. EAC Editor: Rio Branco, 2016.
10. CLAVAL, Paul. **Etnogeografias – Conclusão**. Revista Espaço e Cultura. UERJ. RJ, Nº 7, (pg. 69-74) Jan-Jun. 1999.
11. CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Ed. 70: Lisboa/Portugal, 2006.
12. GOETTERT, Jones Dari. *Sobre gentes e lugares do Acre*. In: SILVA, Silvio Simione da (org). **Acre: uma visão temática de sua Geografia**- Rio Branco: EDUCAF, 2008.
13. GUIDON, Niéde. **Teoria de Ocupação das Américas**. 2008. Disponível em: <http://teoriadasamericas.blogspot.com.br/> Acesso: 24/05/17
14. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Acre - 2010** Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html> Acesso: 19/05/17.
15. MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”: Invenção e reinvenção da identidade acreana**. Niterói. [s.n]. 2008.
16. REZENDE, Marcia Spyer, GAVAZZI, Renato Antônio. (orgs.) **Atlas Geográfico Indígena do Acre**, Rio Branco: Comissão Pró-Índio, 1998.
17. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Revista Novos Estudos, nº 79, Novembro, 2007.
18. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
19. SILVA, Adnilson de Almeida. **Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (reencontro) dos marcadores territoriais**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. UFPR, 2010.
20. SOARES, José Luís. **O Rastro da Vida: Uma pequena história de bilhões de anos**. São Paulo: Moderna, 1990.

Toque de axé: um olhar sobre as espacialidades umbandistas

Axé touch: a look at the umbandista spatialities

Rogério Amaral Pereira²

RESUMO: As manifestações umbandistas assentadas na cidade de Rio Grande-RS são de uma riqueza ímpar. E direcionar o olhar para a devoção é transitar no mundo do sagrado e de suas linguagens espacializadas, as quais compõem as sacralidades urbanas. Refletir sobre a musicalidade religiosa leva à incidência da existencialidade humana, ou seja, de um encontro preso não só ao caráter institucional, mas ao pertencer do indivíduo praticante religioso como ser capaz na sua forma de relacionar-se com o mundo. Assim, o presente artigo objetiva a reflexão sobre a espacialidade cultural religiosa e a sua relação com a musicalidade dos praticantes religiosos. Com isto, o estudo é composto pela observação e investigação de três comunidades religiosas umbandistas rio-grandinas: o Centro Espiritualista “Reino de São Jorge”, o Centro Espiritualista “Tenda de São Jorge” e o Centro Espírita de Umbanda “Cristo Redentor”, realizadas entre os anos de 2013 e 2015, as quais compuseram o cabedal de pesquisa de campo. Neste sentido, a pesquisa consiste ainda no diálogo geográfico, pautado na exposição das falas dos praticantes umbandistas entrevistados que permitiram pressupostos para análise das lembranças devocionais e suas espacialidades, na compreensão das manifestações sociais, onde são cultivadas as devoções.

Palavras-chave: espacialidade; musicalidade; religião.

ABSTRACT: The umbandista manifestations sited in Rio Grande-RS are of a singular wealth. And directing the look to the devotion is to travel in the world of sacred and of its spatialized languages, which compose the urban sacredness. Reflecting about the religious musicality take to the incidence of human existentiality, that is, of an encounter stuck not only to institutional character, but also to belong to the religious practicing individual as being able in its form of relating with the word. Then, the present article aims the reflection about the religious cultural spatiality and its relation with the musicality of the religious participants. With this, the study is composed by the observation and investigation of three rio-grandina umbandista religious communities: the Centro Espiritualista “Reino de São Jorge”, the Centro Espiritualista “Tenda de São Jorge” and the Centro Espírita de Umbanda “Cristo Redentor”, accomplished between the years of 2013 and 2015, that composed the resource of the field research. In this sense, the research still consists in the geographic dialogue, basing in the exposition of the talks of umbandista practitioners interviewed which permitted assumptions to the analysis of the devotional memories and its spatialities, in the understanding of the social manifestations, where the devotions are cultivated.

Keywords: spatiality; musicality; religion.

1. INTRODUÇÃO

O espaço desponta, como a fonte do indivíduo, e mais, palco da administração e da atuação seletiva, no qual os símbolos³ são contemplados dentro desta seletividade e subjetividade humana. E a sua dinâmica fugaz transforma as relações espaciais, em uma escala de tempo cada vez menor.

E é na relação tempo/espaço que se desenvolvem as afinidades sociais humanas, ou seja, a transformação da natureza, na produção da cultura e da história. E entre ambos, há uma relação de dependência, interdependência e influências. As interações dos homens como o meio são provenientes de espaços socioculturais da existência humana, fruto, ainda, das transformações decorrentes no meio. Com isto, além do espaço há uma disciplina do tempo, que preocupa o homem nos seus vestígios da abrangência do presente (RICOEUR, 2011).

A dinâmica tempo espacial está presente nas linguagens estabelecidas pela religião, no caso da Umbanda⁴, a sua relação com os Orixás e as Entidades⁵ Espirituais. O espaço é articulado e também contemplado por uma fonte de imaginação, cuja carga de valor é determinada também

² Universidade Federal do Paraná - UFPR

³ O termo é apontado no estudo com a potencialidade de ligar as partes perdidas de uma representação, constituindo assim uma nova unidade significativa.

⁴ Referente à religião que cultua os espíritos humanos encarnados, na Terra, por intermédio dos Orixás. E nesse culto tem a participação dos espíritos elementares e os espíritos humanos. Assim a definição do nome Umbanda refere-se ao termo em linguagem Oriental Antiga, e a palavra Um, que significa Deus, e Banda, também de mesma origem, quer dizer agrupamento, entendido como legião de Entidades.

⁵ No decorrer do texto, o termo será referido com letra maiúscula inicial como sinal de respeito às comunidades umbandistas pesquisadas, que utilizam o termo para se reportarem aos seres encantados da Umbanda: Guias e espíritos e Orixás.

pelo vivido. Este é contemplado pelas experiências do homem e não apreendido como um fator técnico. Portanto, contempla um maior entendimento do mundo e o espaço habitado (PEREIRA, 2014).

A religião constitui o sentido, ou seja, a linguagem que se pode saber do mundo, nos espaços sacralizados. Diante desse fator, o mundo natural cotidiano, que é experimentado e atribuído a um cognoscível, do qual o sagrado invoca gestos de afetividade e respeito, pois ele apresenta um universo que transcende os limites da percepção e compreensão humanas (BOURDIEU, 2009).

O espaço, relacionado à prática social, é parte integrante de uma totalidade que, ao se organizar, configura diferentes tipos de paisagens e resultado de tipos determinados de sociedade, construindo as representações, ou seja, uma forma de conhecimento. Mesmo que o tempo e o espaço gerem determinadas formas de representação, é na dualidade sujeito e objeto que reside um denominador comum que pode conceber toda forma de representação.

Assim, na cidade situada no Estado do Rio Grande do Sul, manifestada popularmente como “Noiva do Mar”; devido a sua proximidade com os corpos hídricos, a exemplo do Saco da Mangueira, praia do Cassino, canal do Norte que arranja sua ligação com as águas oriundas da Lagoa dos Patos, lâmina de água doce, território sacralizado pelos umbandistas e das religiões africanistas como espaço simbólico do Orixá Oxum (símbolo de doçura, beleza e riqueza); e o Oceano Atlântico, energia salgada, que tudo purifica e limpa, território sacralizados pelos religiosos citados como espaço simbólico do Orixá Iemanjá. E nesta localidade regida por essas divindades religiosas surgem as primeiras manifestações umbandistas no sul do Brasil, na cidade de veio arenoso denominada Rio Grande, no dia 8 de outubro de 1926 que se tornaria anos mais tarde no Centro Espiritualista “Reino de São Jorge” - CERSJ, fundado em 20/11/1932. Fonte?

A cidade de Rio Grande, atualmente, apresenta 207,036 habitantes, sendo o terceiro município do Estado do Rio Grande do Sul com mais adeptos umbandistas, com um total de 5,72% da população⁶.

E para compreender tal importância Umbanda na cidade, as reflexões do estudo foram exercidas através das atribuições teóricas de: Bourdieu (2006, 2009, 2011), no campo religioso e a relação simbólica; Ricoeur (1976, 2011), na relação da linguagem espacializada por meio do discurso; Pereira (2014, 2016, 2016a), no entendimento das espacialidades religiosas; e Pinto (1975) e Streep (1999), na compreensão dos elementos que compõem o mundo religioso.

Com isto, a técnica de pesquisa no labor utilizou a investigação em *locus* com a apreciação empírica na comunidade de três Terreiros de Umbanda: o CERSJ (já citado), o Centro Espiritualista “Tenda de São Jorge” – CETSJ, fundado também no 20/11/1932 e o Centro Espírita de Umbanda Cristo Redentor – CEUCR, fundado em 24/11/1969, conforme o mapa a seguir (FIGURA 1). E também exerceu três entrevistas semiestruturadas: com dois Tamboreiros explicar o termo e um médium. Estas pesquisas compreenderam os períodos entre o segundo semestre de 2013 e o segundo semestre de 2015, na cidade de Rio Grande. Para viabilizar uma melhor visita ao postulado teórico com o tema de estudo, por meio da utilização de registro fotográfico. O resultado desta trajetória de pesquisa e reflexão será oferecido no decorrer dos próximos parágrafos.

⁶ Referente aos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Censo Demográfico - 2010 – resultados preliminares da amostra – tabela 1489 população residente; por situação do domicílio e sexo; sendo a religião – Unidade da Federação Rio Grande do Sul-RS.

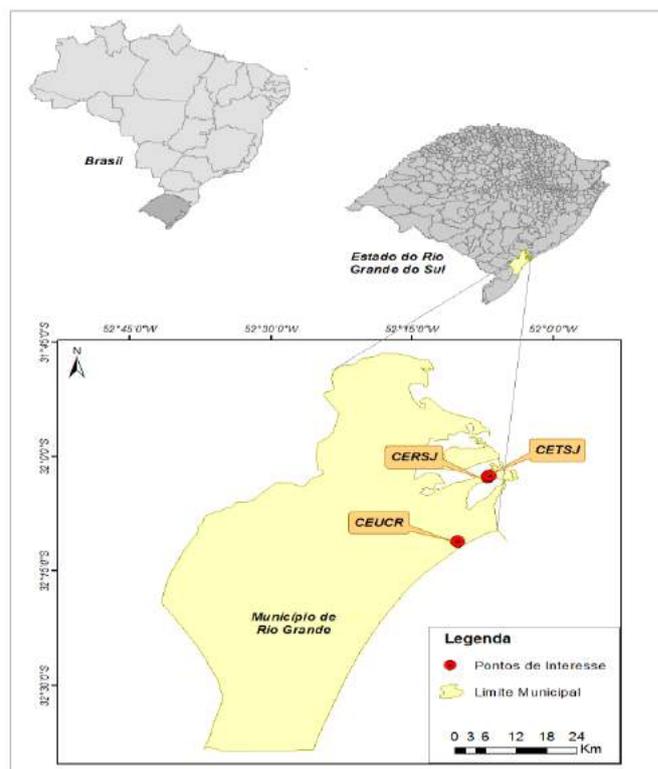


Figura 1: Mapa de localização dos Terreiros pesquisados na cidade de Rio Grande.
Fonte: IBGE (2013), organizado pelo autor, 2014.

2. A MUSICALIDADE E AS ESPACIALIDADES RELIGIOSAS

O sagrado dá-se através das manifestações culturais seria rituais? representadas, não só no evento religioso o que entende por isso? Sendo conceito, cabe uma apresentação, ele também conduz o pensamento sobre o processo de difusão social. Este é atribuído a fatores de troca entre os indivíduos. Essas trocas simbólicas ganham *status* de símbolos, que ultrapassam o evento religioso e materializam-se no mundo concreto, constituindo linguagem religiosa (Autor).

Para Pereira (2016a), a religião como linguagem, na sua representatividade, destaca sistemas simbólicos que derivam da sua existência. Com a aplicação sistemática de um único e mesmo princípio de divisão organiza, portanto, um mundo moral e social no recorte de classes antagônicas de sagrado e profano. Isso pelo fato de que são engendrados o sentido e o consenso por meio da lógica de inclusão e exclusão.

Os indivíduos propensos por sua própria estrutura a servirem, simultaneamente, as funções de inclusão e exclusão, de associação e de integração e distinção, apresentam a estrutura, com possibilidade de construir o “acordo” quanto ao sentido dos signos e quanto ao sentido do mundo na Umbanda.

A coerência de sistemas simbólicos revela um universo dualista, permeado por um ciclo de classes distintas (BOURDIEU, 2006). E esse fato é ponto preponderante, para a expressão religiosa. outro conceito A Umbanda vincula o seu sistema simbólico entre os Seres de Luz e os que estão à sua procura; atrelados a esse universo, são vinculados espíritos que estiveram no mundo, aos quais são atribuídas categorias superiores manifestas no Terreiro⁷.

A espacialidade religiosa desponta no sentido essencial da qualificação. solto Esta por meio de uma situação concreta que afeta o homem, o que provoca a espacialização cotidiana que se difunde. A distância é manifestada e experimentada não como uma quantidade, mas como uma

⁷ O termo será referido no decorrer do texto com letra maiúscula inicial como sinal de respeito ao local de manifestação religiosa afro-brasileira, neste caso, umbandista.

qualidade. E, esta vivência do sagrado, é ponto pertinente para a compreensão dos espaços diferenciados ou que possuem um fator qualitativo para uma comunidade, podendo ser contemplados como um bem patrimonial que auxilia explicação da Cidade de Rio Grande.

Neste caso, o estudo da musicalidade religiosa não se constitui em dados neutros; ele é possuído de significado e relações de sujeitos concretos que criaram e criam suas ações. O grupo umbandista atua nos lugares promovendo a relação do vivido no espaço conforme apresenta a imagem abaixo (FOTO1). É uma produção, a partir do espaço, por causa de todas as relações que envolvem e se inscrevem num campo de poder (BOURDIEU, 2006).

Foto 1: Atuação do grupo religioso do CERSJ fora do espaço do Terreiro na comunicação devocional com a divindade Oxum.



Fonte: Acervo do autor, 2014.

Pereira (2014) salienta que a espacialidade religiosa seria segundo elemento de sua análise (ver subtítulo) constitui-se em elementos que compõem o cenário citadino em fixos e fluxos. Deste modo, é pontuada uma espacialidade religiosa contida nos elementos que compõem a musicalidade umbandista que também se configuram em uma linguagem e um encontro do praticante religioso com o sagrado. Todo esse paragrafo não acompanha os demais (fala da ESPACIALIDADE) vinculados à musicalidade

A musicalidade seria o primeiro elemento da análise (ver título) torna-se a própria imagem das coisas sagradas, do mundo religioso da Umbanda. E ela não é apenas um fenômeno da vida religiosa, mas encontra-se difundida pelo domínio da religiosidade. A representatividade do espaço nela contida e as relações espaciais significam um elo entre os objetos religiosos e o praticante umbandista.

Consoante à filosofia sobre o simbólico de Bourdieu (2006, 2009, 2011), coloca-se que a musicalidade religiosa, expressada em seus pontos cantados cabe nota explicativa, revela um código dentro de uma estrutura especificada singular para cada uma das suas Entidades religiosas que compreendem compõem o panteão devocional da Umbanda. Ela A Musicalidade significa, pois, algo diferente da capacidade geral, de se comunicar com estas divindades. E designa a estrutura de um sistema particular da linguagem religiosa que percorre do seu sentido aparente ao imaculado.

Alicerçados no pensamento de Ricoeur (1976), salienta-se que a musicalidade tem o seu código e a sua mensagem podem ser apontados como o código sendo o que fornece uma estrutura específica a cada um dos sistemas. E a mensagem é algo diferente da capacidade geral de

manifestar sua significação, pois ela designa a estrutura particular do sistema da linguagem religiosa. A inter comunicação entre o parágrafo anterior e o posterior fica melhor sem este em destaque.

A linguagem expressada com a musicalidade “não aparece como uma mediação entre as mentes e as coisas. Compõe um mundo próprio, dentro do qual cada elemento se refere apenas a outros elementos do mesmo sistema” (RICOEUR, 1976, p.18).

E a musicalidade, como uma metáfora sagrada, não conduz os rituais da Umbanda como um ornamento do discurso religioso afirmação contraditória. O Transe e a sua sequência ritual, instrumental e orogestual não podem ser “ordenada” no principio e no discurso religioso? Ver os casos de intolerância e a posterior resistência. Cabe uma reflexão sobre os termos em destaques. Ela apresenta mais do que um valor emotivo, pois fornece uma nova informação. Em suma, a música é como uma metáfora que “diz algo novo acerca da realidade” religiosa (RICOEUR, 1976, p.23).

A música, no sentido simbólico religioso, expressa nos rituais pelos grupos umbandistas, realiza a projeção de uma existência sensível do real do ser-no-mundo. Deste modo, ela constituiu-se em uma “linguagem-manifestação” que permite, antes de tudo, prender a essência humana. A música remete-os para além da fratura simbólica permeada pelos sons sagrados. E esta compreende uma totalidade que se designa, por um lado, como mundo (morada das Entidades religiosas) e, por outro, como existência humana. E neste fundamento, a sua espacialidade também é representada por meio dos pontos cantados durante os rituais.

Os pontos cantados energizam o espaço sacralizado, pois o som tem a capacidade de transformar os espaços. Deste modo, os ritmos sagrados funcionam “como asas, as asas de um transporte espiritual” (STREEP, 1999, p.100). O procedimento devocional umbandista apresenta-se atrelado à ritualização, a qual possui elementos distintos na sua sonoridade. A musicalidade, os sons compassados nos ritos umbandistas são ordenados em nome da comunhão com as divindades religiosas. Eles abrem uma linguagem da qual os grupos religiosos são portadores de maneira a sacralizá-los.

O espaço sagrado é energizado, ou seja, é uma “questão de trazer ao altar o respeito que ele merece” (STREEP, 1999, p.87). E o universo mítico da Umbanda é personificado na comunhão entre os elementos que compõem o encanto de chamada das Entidades, sendo traduzido pela musicalidade nos rituais. Pois junto à musicalidade, o umbandista também constrói o espaço como sagrado e salienta espacialidades que refazem as obras das Entidades religiosas veneradas por ele.

Segundo Pinto (1975, p.129):

A música de fundo espiritual, os pontos cantados, constituem elementos de preparação do ambiente, e não devem ser esquecidos. As regras de temperança deverão ser defendidas, sistematicamente, para que todos os elementos sejam realmente úteis aos diversos setores de ação da Umbanda [...].

A música nos Terreiros, como observado, expressa mais que um repercutir cadenciado de sons, ou deslocamento de ar em forma de ondas sonoras. Ela traduz em sonoridade o elo entre o praticante religioso na comunhão com os seres míticos da Umbanda.

3. A MUSICALIDADE E O SER RELIGIOSO

Os instrumentos que acompanham os pontos cantados nos rituais, o tambor⁸, o agê⁹ e o sino¹⁰ são sacralizados, conforme apresenta a imagem a seguir (FOTO 2), representam uma porta também para o campo devocional umbandista e uma relação com o africanismo pode transmitir ideia de redução. Pois, os entrevistados relacionados com a atividade religiosa de Tamboreiro também têm uma ligação muito forte com a religião africanista transmite noção de estudo. Sugiro uso afrobrasileira denominada Batuque¹¹.

Foto 2: Instrumentos musicais sacralizados no CERSJ.



Fonte: Acervo do autor, 2013.

Em uma entrevista com o senhor Jonathan Tamboreiro, no CERSJ, isso fica evidente, quando o mesmo relata:

⁸ Instrumento musical de percussão, que tem o corpo em lata, é ornamentado com as cores do Guia Espiritual do seu instrumentista. Com cerca de 60 cm de altura por 30 cm de diâmetro, cuja pele, em especial é de cabrito, fecha as duas extremidades, soma ao sistema de cordas para a sua tensão disposta horizontal e verticalmente. Essa envolta à cintura do instrumentista. No CERSJ, o tambor é tocado pelo instrumentista religioso, entre as pernas, que simboliza o ritmo mais cadenciado de estilo africano, Banto. E no CETSJ, os atabaques são tocados por dois instrumentistas em pé, o que dá uma toada mais acelerada de estilo africano Jeje.

⁹ Instrumento musical utilizado nos ritos cerimoniais da Umbanda, pelos médiuns da corrente. Constituído de um porongo, cujo formato é especial, único por se tratar de um vegetal. Este é envolto por uma larga rede com contas naturais denominadas de Lágrimas de Nossa Senhora, e também pode ser envolto por miçangas industrializadas. Assim, nos cerimoniais do CERSJ e no do CETSJ, são tocados geralmente por três médiuns, produzindo o compasso sonoro no interior dos terreiros, com caras divisões rítmicas dentro da musicalidade sagrada.

¹⁰ Pinto (1975, p.183) descreve o instrumento da seguinte forma: “Esta campainha é confeccionada com uma liga de sete metais abaixo mencionados e correspondentes aos sete Planetas das sete Linhas de Umbanda e também aos sete dias da semana, como se segue: Ouro, para o domingo. Prata, para a segunda-feira. Ferro, para a terça-feira. Mercúrio, para a quarta-feira. Estanho, para a quinta-feira. Chumbo, para o sábado, devendo cada metal ser fundido no seu dia sagrado e dentro de sua hora planetária, durando, portanto, a operação da fusão dos metais, sete dias, ou seja, uma semana. Na liga que resultar da fusão, serão gravados os sete nomes dos Espíritos planetários acompanhados dos signos dos planetas correspondentes aos mesmos, que são os seguintes: *Och*, para o Sol. *Phuel*, para a Lua. *Phaleg*, para Marte. *Ophiel*, para mercúrio. *Bothor*, para Júpiter. *Hagith*, para Vênus, *Aron* para Saturno. A seguir serão gravados os pontos riscados das sete Linhas de Umbanda, se assim for determinado pelo Guia chefe do Terreiro. Na parte superior e inferior desta sineta serão gravadas as palavras *Adonias* e *Tetragramaton*. Deverá ser consagrada durante os sete dias da semana, sendo defumada cada dia com as plantas correspondentes aos Planetas e Linhas. Em seguida será apresentada ao Guia Chefe do Terreiro para uma consagração final, cujo cerimonial será por ele orientado. Feito isto ela será conservada e guardada em pano verde e branco. Quando a sineta for usada, deverá ser tilintada, ficando a seguir, pendurada num fio a prumo durante os trabalhos.

¹¹ É a denominação dada, no Estado do Rio Grande do Sul, à religião de matriz africana que cultua somente os Orixás, essa oriunda de povos, por exemplo, de Angola, Nigéria, Nova Guiné, entre outros. Apresenta como Nações fundadoras de rituais: Jeje, Ijexa, Oyó, Cambinda e Nagô.

Eu cheguei à Umbanda através da Nação, porque a minha Mãe de Santo faz Nação e faz Umbanda e Quimbanda, né. No caso da Umbanda é pelo lado dos Caboclos, Cosme e Preto-Velhos. Quimbanda é mais pelo lado dos Exus e Pomba-gira. E eu cheguei através deles quando eu quis entrar, ninguém me obrigou, com a religião eu quis entrar. Tanto é que com 11, 12 anos, eu já fui me desenvolvendo. Primeiro eu fiz as minhas obrigações dentro da Nação e depois cumpri minhas obrigações, fui batizado na Umbanda tenho meus padrinhos e cumpro até hoje como a minha Mãe de Santo¹².

Neste sentido, entre os instrumentos sacralizados citados, o tambor apresenta um importante papel não só na parte de devoção como na parte social e financeira, atuando nas duas religiões. Pois o tambor é executado por um Ogã que nos Terreiros recebe por culto, como ocorre no CERSJ. Conforme salienta o mesmo entrevistado:

Todo o Tamboreiro tem que ganhar o seu axé, não explorar as pessoas. Todo o Orixá tem a sua contagem. Tem a sua conta, assim tu fazes a obrigação. Pois o Tamboreiro é ele que chama os espíritos, ele que faz a chamada assim. Sem ele se torna um pouco difícil. Para tu tocares uma Terreira sem tambor, tu tocas sim, mas o tambor é o mais importante. O tambor tem tanta importância como o Pai de Santo ou Mãe de Santo. O tambor é que vira e desvira uma casa. Assim, oh, tanto pode fazer o bem, como pode fazer o mal. É o cabeça de tudo. Tem que haver uma relação de muita confiança. Se tu confias naquela pessoa para tocar o tambor para ti chamar as tuas Entidades. Pois as tuas Entidades vão chegar através daquele som, daquele tambor que vão bater.¹³

O que estabelece todo o significado de sacralidade com este instrumento evidencia as diferenças existentes nele, através do plano religioso.confuso

Para o Tamboreiro, este instrumento participa de um universo mítico encantado, do qual ele é a porta que abre para o interior da religião, sendo a abertura para o sagrado. Como simbólico, o tambor também constrói “o dado pela ação, de fazer ver, e fazer crer ou de transformar a visão do mundo” (BOURDIEU, 2006, p.14). O instrumento é escoltado de inúmeros rituais: fazem veneras e diversos gestos que exprimem o sentimento sagrado da sua musicalidade.

Esta situação de sacralidade do tambor pode-se descrever através do seguinte relato:

É ele que chama o Orixá. É ele, como é que eu posso te dizer [...] é ele que chama o Orixá, não tem muita coisa. Não se pode abusar do tambor. Não se pode colocar tambor no chão. Ele recebe o ritual quando tu recebes o Axé de tambor. Aí aquele tambor não sai da casa de santo. Aquele tambor pertence ao teu Orixá e tu só toca Batuque com aquele tambor. Aí tu tens que fazer outro tambor para tu poderes tocar Umbanda e Quimbanda. Ele recebe o ritual quando tu recebes o Axé de tambor. Aí aquele tambor não sai da casa de santo. Aquele tambor pertence ao teu Orixá e tu só toca Batuque com aquele tambor. Aí tu tens que fazer outro tambor para tu poderes tocar Umbanda e Quimbanda. Quando o Tamboreiro vai para o chão, o tambor vai junto. Aí ele cumpre aquela obrigação junto com o Tamboreiro no chão se levanta e o tambor levanta junto, daí o tambor está para o e tu também¹⁴.

Como ser atuante no ritual umbandista, originário de uma vertente africanista religiosa, o Tamboreiro, com o seu som marcante, pulsa nos corações e ecoa na alma dos praticantes religiosos. Com seus pés desnudos em contato com o solo, enraíza e dá sustento nos rituais, como uma árvore que ampara os seus frutos na comunicação com as Entidades religiosas. O

¹² Conforme trecho transcrito da entrevista com MOREIRA, J. O **Tamboreiro**. Rio Grande, 29 mai. 2015. Concedida ao autor.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

percussionista tem alma religiosa. Ele aprende os pontos cantados e as pancadas¹⁵ por meio da observação e da oralidade nos cultos como refino para o seu dom. Segundo expõe o relato abaixo:

Com 10, 12 anos eu comecei a tocar. Assim, oh, a gente aprende através de outros, né [...] Tamboreiro. Um vai passando por outro. Ele passa para mim, eu aprendo eu passo para o meu filho, meu filho cresce e assim se vai, entendesse. E para tu cantar, para tu rezares para uma Entidade primeiramente tem que saber bem o que tu vais cantar. Se tu vais cantares para um Caboclo na vibração de Xangô ou para uma Cabocla na vibração de Oxum, ou para um dos Orixás assim. Tem que saber o que tu vais cantar pra Ogum, pra Bará que são na Linha de guerra, para abrir um caminho, justiça, tem que saber o que tu vais cantar para um [...]. Isso tu vais aprendendo com os mais antigos.

O Tamboreiro que, segundo o grupo religioso do CERSJ, diz ser o médium que “tira” os cânticos na casa. Já no CETSJ, a musicalidade é realizada apenas por médiuns da corrente, não sendo executada por um Tamboreiro. E o CEUCR, por apresentar uma vertente da Umbanda voltada para o espiritismo de mesa, denominado Umbanda Universal, não utiliza instrumentos musicais nos seus rituais, “é como era a Umbanda antigamente, só nas palmas¹⁶”.

É o Tamboreiro, como é denominado o instrumentista dos rituais de matriz afro-brasileira no Rio Grande do Sul, que auxilia a dirigir os trabalhos nos Terreiros umbandistas de matriz voltada ao africanismo, durante os rituais e as festividades.

A musicalidade faz refletir, no ritual umbandista, a relação de um conjunto de práticas relacionadas à história mítica das Entidades religiosas que envolvem o sagrado (BOURDIEU, 2011). Constitui um conhecimento também o saber oral de um repertório de crenças e ritos recriados na memória dos praticantes umbandistas. Práticas do sagrado que se fundem com o local sacralizado também pelo som, constituindo um mundo através da prece e da musicalidade, representados na sequência de imagens a seguir (FOTO 3). Cada imagem é única. Deve receber um número e um título

Foto 3: Musicalidade sagrada: a musicalidade no ritual umbandista no CERSJ¹⁷

¹⁵ O termo refere ao padrão rítmico que o Tamboreiro realiza no seu instrumento para acompanhar o ponto cantado da Entidade religiosa em questão nos rituais.

¹⁶ Conforme trecho transcrito da entrevista com SASA, W. B. **O Tamboreiro**. Rio Grande, 01 out. 2013. Concedida ao autor.

¹⁷ (A); a musicalidade na caminhada do em homenagem ao dia da Umbanda em Rio Grande (B); a musicalidade no ritual umbandista no CEUCR (C); *Compact Disc* - CD com músicas umbandistas gravadas pelo Dirigente Espiritual do CEUCR, utilizadas nos rituais (D).



Fonte: Acervo do autor, 2013.

Em Streep (1999, p.100), são elucidadas questões importantes para a atuação do som nos rituais:

[...] usam o som para limpar o espaço sagrado, e sempre com o intuito de dispersar as energias e sonoridades que poderiam ser contra produtivas ao ritual, como também para remover os sons que possam distrair e enfraquecer a abertura espiritual. [...] permite que as pessoas saiam, rapidamente, do espaço exterior e penetrem em seu espaço interior. E assim se libertam dos entulhos que carregavam, o som atua como um faxineiro.

Essa passagem é importante, pois demonstra o sentido da musicalidade nos elementos ritualísticos religiosos. De fato, a autora expõe e associa a funcionalidade dos sons no ambiente sagrado. E atribui aos sons os movimentos das forças das Entidades religiosas, sendo ele uma das mais fortes ligações para o movimento destas forças no espaço sagrado.

Deste modo, a musicalidade é mediadora, fronteira do sagrado. É atribuída ao som a matriz que congrega também o que de mais natural o mundo pode ofertar. Ou seja, para a constituição do tambor, apresenta-se por meio da alimentação, a pele que, esticada, ecoa os sons que ultrapassam as fronteiras do mundo concreto. Com os cipós, as cordas são feitas através das palmeiras e vêm às amarras; e do metal, o ferro dominado pelo fogo, dá forma à base e aos aros que sustentam o som e equilibram o mundo naquele momento de realização do ritual, do cerimonial e das festividades no Terreiro e fora dele e constitui espacialidades religiosas.

Contudo tem-se outra vertente que é apresentada por meio de músicas, onde não há a utilização do referido instrumento sacralizado, o tambor, como as fotos referidas anteriormente representam, onde os pontos cantados são realizados pelo Dirigente Espiritual do CEUCR, o qual também realiza a gravação, como a sequência daquelas fotos expõe.

E, pelo simbólico umbandista, a musicalidade possui o caráter sagrado atribuído aos pontos cantados e às preces nos rituais. Desta forma, para elucidar a relação do cerimonial com a música, há como finalidade colocar-se dentro do universo religioso permeado por esta linguagem simbólica. A interpretação da espacialidade religiosa é atribuída ao artefato da cultura, que exigiu o entendimento de como os praticantes religiosos imprimem por meio dela os seus valores e crenças no encontro com o sagrado (PEREIRA, 2014).

A proximidade apresentada por meio dos cerimoniais encontra-se também consolidada em conjunto de atividades diferenciadas nos espaços religiosos citados. Porém ambas atribuem suas atividades ao simbólico religioso da Umbanda.

Contudo, a musicalidade apresenta-se como parte do mundo divino, através dos seus rituais permeados pelos sons. No entanto, pode-se afirmar que a musicalidade é, ao mesmo tempo, um recurso e um instrumento de poder e valor. Pois ela compõe o sagrado, de tal forma que estende a valorização simbólica, existencial entre as Entidades religiosas e os praticantes umbandistas.

Os pontos cantados remetem também à memória do praticante umbandista como relata o senhor Walter nas suas lembranças do tempo de cambono cabe uma nota explicativa no CERSJ:

Tirava o ponto teu, tu trabalhavas com Ogum e qualquer um. O Pai tirava o teu ponto, o Chefe tirava, te colocava ali no meio da roda e tu ficava ali, puxava o teu ponto e tu começavas e já pegava e bem incorporadinho, com o pensamento bem firme puxa o teu ponto tu já pensaste. “Quem vem de aruanda, não vem de aruê”, aquilo entra na cabeça do cara que fica todo arrepiado. Tem cada ponto meu Deus do céu, às vezes, estou deitado e me lembro dos pontinhos, eu canto, que coisa boa, aí me lembro das minhas irmãs: uma que trabalhava com essa, outra com aquela [...] eu me lembro de que um dia eu girei, mas não me lembro. Botaram a girar eu e o meu irmão, mas não lembro mais os pontos, sei que nós só giremos assim e terminou, abriram os olhos e estou na mesma. Não entrou, né. Meu irmão também não entrou, mas minhas irmãs pegavam mesmo¹⁸.

Entretanto, a musicalidade apresenta uma dimensão espacial e nela a Umbanda por meio da música, dos sons, marca o mundo dos praticantes religiosos. Pois ela expressa ainda as experiências e os sentimentos devocionais, tudo isso, através de uma linguagem simbólica, a qual torna viva a essência religiosa como meio de prática humana. Essa existência humana religiosa é anunciada também por meio dos sons religiosos

Abordar a religião umbandista, que apresenta, atrelado em sua essência de devoção, o misticismo e a magia. A busca pelos elementos que a conduz, como uma religião que cultua diversas formas de espiritualidades, se faz presente também através dos sons. Pois, ao mesmo tempo, o seu espaço é lugar com o sentimento de pertença dos umbandistas em busca de direção em seus aspectos da vida cotidiana. Os locais de manifestação umbandista também se configuram como portadores de uma linguagem sacralizada por esses elementos que compõem a percepção humana (RICOEUR, 2011).

A musicalidade pode ser vista como um componente de comunicação entre os praticantes umbandistas e as Entidades religiosas. A sua relação com o mundo religioso fornece o conjunto de significados nos espaços sacralizados. Porquanto, através dos sons, os praticantes umbandistas prenunciam o “Inter mundo” e compreendem as espacialidades formadas pelos sons, também como uma apropriação do mundo umbandista apresenta a relação dos pontos cantados relacionadas aos Orixás.

Para Pereira (2016, 2016a), a compreensão do espaço sacralizado pela música é entendida ainda como local das atividades integrais dos indivíduos, mas não abrangida como um receptáculo imóvel e, sim, como dinâmico, o qual acompanha as manifestações promovidas pelos grupos religiosos e nestes espaços tomados pela presença da música sacralizada. As afinidades atribuídas a esses ambientes por meio dos sons se desenvolvem no tempo e no espaço, sendo denominadas

¹⁸ Conforme trecho transcrito da entrevista com MACHADO, W. **Umbanda na cidade de Rio Grande**. Rio Grande, 05 nov. 2015. Entrevista concedida ao autor.

de ações perceptivas; neste caso, abarcam a religiosidade do praticante com as Entidades religiosas.

Os sons passam a representar o ser, o corpo vivo das Entidades religiosas, nestes espaços (PEREIRA, 2016). Com isso, no seu entorno, o praticante religioso alcança, através dos sentidos, de modo que o sujeito da percepção não ignora a sensação enquanto estado de consciência em si e a existência para si (FOTO 4).

A percepção do espaço por meio da audição tem a consistência não só na impressão provocada pelos próprios sons, ou seja, de agradável ou repulsivo, entretanto, também nas experiências e emoções que lhe estão associadas. Desse modo, os sons sacralizados remetem os indivíduos às diversas espacialidades, provocando reações emocionais que vão de uma experiência positiva a uma lembrança infeliz, incluso a representação do sagrado.

Foto 4: A comunicação do ser umbandista, com as entidades religiosas no espaço sacralizado.



Fonte: Acervo do autor, 2014.

A musicalidade também pode gerar um mapa auditivo seria um conceito, cabe nota, no texto, explicando o seu entendimento sobre ele para os umbandistas auxiliarem na conceituação do seu ambiente, pois diferentes sons locais criam o efeito de um mapa auditivo, habilitando os grupos religiosos dos Terreiros a conceituarem seus espaços através da audição. Os instrumentos sacralizados também representam um simbólico religioso em relação às divindades religiosas.

E os sons envolvem a esfera de sacralidade, quando junto aos ritos revelam simbólicos e envolvem uma gama de atividades do cotidiano. Assim, o indivíduo também aprende a si através das crenças, ou seja, para o religioso, o contexto mítico devocional pode ser revivido, lembrado pelo pela música oriunda do tambor o de um toque de sino, entre outros elementos, que levem ao sentir de uma espacialidade que o contempla não só em processo externo, mas também interno, no qual ele não aprende apenas o mundo, mas ao mesmo tempo suas singularidades, nesse caso, sua forma espiritual religiosa e terapêutica (STREEP, 1999).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, orientaram-se os olhares investigativos para a Religião na qualidade existencial dos seres religiosos umbandistas e do seu discurso espacializado diante do mundo religioso que

os cerca. A parte empírica apresenta as relações dos grupos religiosos com o universo simbólico da Umbanda, na forma de compreender o espaço, a linguagem e as espacialidades umbandistas. E diante disto, tornam-se pontos de junção entre os religiosos e o espaço.

Com isto, as espacialidades expressadas pela lembrança dos praticantes umbandistas contemplam no seu cotidiano e se apresentam fora dos locais de assentamento dos Terreiros. A sua presença foi compreendida como de sentido qualitativo ímpar para com os espaços simbólicos.

De modo que a investigação sobre a experiência com o sagrado destes indivíduos repercutiu em diferentes relações com os espaços e os objetos. E mais, está se encontrando ligada ao vivenciar das comunidades religiosas, partindo da visão do indivíduo religioso, pois este, além de sacralizar os espaços, necessita vivê-los. Ele percebe estes espaços em torno dos locais de manifestação ritualística como locais reservados a sua potencialidade religiosa.

Direciona-se ao existencialismo presente no indivíduo umbandista com a sua relação com os espaços sacralizados, bem como suas aspirações presentes em uma religiosidade alicerçada também no agir e no sentir das comunidades religiosas dos Terreiros pesquisados. Tudo isso, com a contribuição e pretensão de que esses fatores fossem evidenciados e colaborassem para o estudo geográfico presente nas espacialidades religiosas constituídas.

Isto, através das representações alicerçadas na oralidade dos umbandistas, permitiu também salvaguardar as diferentes vivências e a relação da linguagem religiosa no cotidiano dessas pessoas. Essas linguagens foram evidenciadas por intermédio das construções elementares realizadas pelos religiosos e sua comunidade. Aspectos que se constituíram dentro da pesquisa como indispensáveis na comunicação e interpretação permitiram colocar um sentido de ressignificação nas ações e relações, entre os umbandistas e o espaço geográfico.

Nesta perspectiva, entenderam-se as espacialidades religiosas como uma linguagem que contribuiu para a arguição sobre os espaços sacralizados em um território vivo, no auxílio do entendimento das suas nuances. São as que os símbolos atuam como instrumentos por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação e os signos configuraram-se espacialmente quanto elemento de uma construção socializada, os quais os umbandistas referendam.

E na relação geográfica da espacialidade com os sons, mas que demandam em seu discurso salientar para o refino do olhar do pesquisador, pois ao observar o que não é apresentado de maneira explícita, em um primeiro olhar é aceitável apenas decodificar a sua reprodução por meio de uma mística que envolve sentimento de arte com cientificidade; e a musicalidade na pesquisa torna-se esta magia conflitante de emoções passadas que auxiliam no construir do presente.

Neste sentido, são evocados os mais diversos sentimentos humanos. Do modo em que a musicalidade se apresenta móvel na sua forma de compreensão, ela surge dinâmica e potente na circulação de mensagens que encaminham aos mais variados pensamentos transcendidos do seu espaço físico aprisionado, em muitos casos, aos instrumentos e cantos e que estabelecem na sua dinâmica um diálogo científico com a Geografia na compreensão das espacialidades religiosas.

5. REFERÊNCIAS

1. BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 9. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
2. BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2009.
3. BOURDIEU, P. **O senso prático**. 2. ed. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
4. PEREIRA, R. A. Entre imagens e devoções: a pesquisa geográfica nas festas de homenagem a Xangô. **Revista, Geografar**, Curitiba, v.9, n.1, p.45-62, 2014. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/viewFile/35377/22742>> Acesso em 10 jul. 2014.
5. PEREIRA, R. A. O espaço urbano e os templos afro-brasileiros em Rio Grande-RS-Brasil. **OKARA: Geografia em debate**, v. 9, n. 3, p. 482-494, 2016. Disponível em: <www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/24223> Acesso em 5 out. 2016.

6. PEREIRA, R. A. Odores das entidades: espacialidade cultural religiosa da Umbanda. **Revista de Geografia (Recife)**, v.33, n. 1, p. 283-302, 2016a. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/1086/704>> Acesso em 20 set. 2016.
7. PINTO, A. **Dicionário da Umbanda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Eco, 1975.
8. RICOEUR, P. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Tradução de Artur Morão. Lisboa - Portugal: Edições 70 LTDA, 1976.
9. RICOEUR, P. **Hermenêutica e ideologias**. 2. ed. Tradução de Hilton Japiassu. Petrópolis: Vozes, 2011.
10. STREEP, P. **Altar a arte de criar um espaço sagrado**. Tradução de Márcia Frazão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Cooperativismo MST: um estudo sobre a Fundação da Cocapar

MST cooperativism: a study about the Cocapar Foundation

Karin Gabriel Moreno de Souza¹⁹

RESUMO: Este artigo é parte integrante dos resultados de pesquisas realizadas na elaboração de Monografia de conclusão de curso em Geografia na Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Atualmente o autor está cursando Mestrado na mesma universidade. Este trabalho tem como propósito analisar as características da fundação da COCAPAR (Cooperativa dos Assentados do Pontal do Paranapanema), observando como ocorreram as organizações para a fundação da cooperativa, que inseriu novas estratégias de organização por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), aos assentamentos rurais. Os assentamentos surgem como resultados da luta dos movimentos socioterritoriais pela terra e reforma agrária. Esse é o tipo de reforma agrária existente no país, a implantação de assentamentos rurais mediante a pressão popular. A construção de cooperativas surge nos assentamentos rurais objetivando a permanência na terra, pois após a conquista da terra, as famílias assentadas necessitam permanecer e reproduzir seus modos de vida, buscando ascensão social e emancipação econômica, o campesinato passa então a articular suas produções em cooperativas.

Palavras-chave: Cooperativismo. Assentamentos Rurais. Reforma Agrária.

ABSTRACT: This article is an integral part of the results of researches carried out in the elaboration of a monograph on the conclusion of a course in Geography at the Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente campus. Currently the author is studying Masters at the same university. The purpose of this paper is to analyze the characteristics of the foundation of COCAPAR (Cooperativa dos Assentados do Pontal do Paranapanema), observing how the organizations for the founding of the cooperative took place, which introduced new strategies of organization by the Landless Workers Movement, to rural settlements. Settlements arise as a result of the struggle of socio-territorial movements for land and agrarian reform. This is the type of agrarian reform existing in the country, the implantation of rural settlements through popular pressure. The construction of cooperatives appears in the rural settlements aiming at the permanence in the land, because after the conquest of the land, settled families need to remain and reproduce their ways of life, seeking social ascension and economic emancipation, the peasantry then starts to articulate their productions in cooperatives.

Keywords: Cooperativism. Rural Settlements. Agrarian Reform.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender o cooperativismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) na organização na fundação da Cooperativa dos Assentados do Pontal do Paranapanema (COCAPAR), buscando analisar a construção e atuação das estratégias pressupostas que seguem a lógica do MST, como o SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados). São analisados aspectos da estrutura, funcionamentos e organização das atividades na fundação da cooperativa, as estratégias de organização rural das famílias assentadas pelo processo de Reforma Agrária. Também observou-se como as famílias do assentamento inserem seus produtos na formação de cooperativas, buscando contribuir com a construção do desenvolvimento territorial dos acampamentos em que as cooperativas e a agroindústrias estão atuando, compreendendo a reprodução do campesinato nos assentamentos, observando fundamentalmente a organização territorial no campo. Utilizou-se da ciência geográfica em conformidade com os resultados qualitativos das entrevistas, para compreender, investigar, identificar e descrever, as atualidades e conflitualidades da Questão Agrária e do cotidiano camponês.

O referencial teórico desta pesquisa é o Paradigma da Questão Agrária (PQA), que compreende a questão agrária como um problema estrutural desencadeado pelo desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo na agricultura (FERNANDES, 2008; FELICIANO, 2009; OLIVEIRA, 2002). Sendo um problema estrutural, a questão agrária só pode ser resolvida mediante a construção de outra sociedade, mais equânime.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura produz relações de produção capitalistas, como o trabalho assalariado, e, contraditoriamente, relações de produção

¹⁹ Professor de Geografia e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente (SP) – Brasil karin.gabriel_kg@hotmail.com

não capitalistas, como o trabalho familiar (OLIVEIRA, 2002). O campesinato também é (re)criado por meio da ocupação da terra (FERNANDES, 2008). Assim, o camponês pode ser (re)criado pela compra, arrendamento ou ocupação da terra (FERNANDES, 2008). Após o acesso a terra, os camponeses se reproduzem subordinando-se ao capital (MARTINS, 1995) ou construindo alternativas aos impérios agroalimentares (PLOEG, 2008).

O processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade (FERNANDES, 1999). Essa leitura histórica é importante para a compreensão da lógica da persistência do campesinato em diferentes tipos de sociedades. Dessa forma, a existência do campesinato nas sociedades escravocrata, feudal, capitalista e socialista é um referencial para entendermos o sentido da sua existência. A coexistência e a participação do campesinato nesses diferentes tipos de sistemas sociais, políticos e econômicos e a sua constância quando do fim ou crise dessas sociedades demonstram que a sua persistência precisa ser considerada como uma qualidade intrínseca dessa forma de organização social.

O camponês é um modo de produção não capitalista (CHAYANOV, 1974) e uma classe social que se opõe aos capitalistas-latifundiários (CARVALHO, 2012). Enquanto o objetivo do capitalista-latifundiário é a reprodução ampliada do capital, o intuito do camponês é a reprodução social da família. O princípio básico da unidade camponesa é a satisfação das necessidades da família e não a obtenção de uma taxa média de lucro. A importância do produto do trabalho camponês é determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, pelo número de pessoas da família capazes de trabalharem e pelo seu grau de autoexploração. Esse último é determinado pelo equilíbrio entre a satisfação da família e a penosidade do trabalho.

O camponês é compreendido por sua base familiar, pelo trabalho da família na sua própria terra ou na alheia. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda a sua existência essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-lo. O trabalho familiar é, muitas vezes, articulado a outras relações de trabalho no âmbito da unidade camponesa, como a ajuda mútua, a parceria e, quando necessário, o trabalho assalariado (OLIVEIRA, 2002). Esse conjunto de relações é sempre estabelecido a partir da hegemonia do trabalho familiar na unidade de produção e consumo. No Brasil, a luta pela terra faz parte do processo de formação do campesinato que, desde a sua origem, é (re)criado ocupando terras ou resistindo à expropriação (FERNANDES, 1999). O campesinato é, portanto, (re)criado tanto no bojo do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo como na luta pelo acesso a terra de trabalho. Ao ocupar terras, os camponeses sem-terra organizados em movimentos socioterritoriais possibilitam a sua (re)criação através da conquista de assentamentos rurais.

De acordo com Bergamasco (2003), os assentamentos rurais, espaços divididos em lotes onde os camponeses sem-terra passam a residir, permitem a reprodução de modos de vida fundamentados no trabalho familiar e, em alguns casos, coletivo, e, ainda, a continuidade da luta pela terra. A democratização do acesso a terra é relevante para o desenvolvimento rural, pois segundo Bergamasco (2003), contribui com a melhoria da qualidade de vida dos camponeses assentados, além do aumento da oferta de alimentos. Ademais, os territórios camponeses propõem a construção de outro modelo de desenvolvimento da agricultura, baseado na agroecologia e soberania alimentar.

Segundo Ribas (2002), as experiências produtivas que ocorrem nos assentamentos rurais estão voltadas para a reprodução do modo de vida camponês, levando-se em consideração a convivência harmônica com o meio ambiente e a produção de alimentos.

De acordo com Mazzini (2007), a política de assentamentos rurais gera impactos no desenvolvimento regional, pois os assentamentos rurais são produtores de novas feições e organizações espaciais em substituição ao latifúndio e de contraposição ao agronegócio. A política de assentamentos rurais foi colocada na agenda do Estado a partir da pressão dos movimentos socioterritoriais, dos conflitos e enfrentamentos protagonizados pelos sem-terra.

Os assentamentos rurais, independente da vontade do poder público, materializam-se como territórios de luta pela/na terra, sendo inegável os benefícios que a inserção dos assentamentos tem proporcionado no desenvolvimento regional, em diversas áreas do país, tanto no campo, como na cidade, melhorando a qualidade de vida das famílias assentadas e tornando-se exemplo

de luta para tantas outras famílias despossuídas. É preciso destacar, de acordo com Bergamasco (2003), os assentamentos rurais também são carentes de infraestrutura, em algumas localidades, existe falta de coleta de lixo, falta de saneamento básico, além de muitas vezes, faltar transporte coletivo para os jovens frequentarem as escolas. Ou seja, ainda que os assentamentos representem um aporte para o desenvolvimento regional, existe a necessidade de políticas emancipatórias para o desenvolvimento das famílias assentadas, que muitas vezes, continuam excluídas, mesmo após a conquista da terra.

É no processo de luta pela terra, reforma agrária e desenvolvimento dos assentamentos rurais que outras lutas vão sendo forjadas pelos camponeses, sobretudo aqueles organizados em movimentos socioterritoriais como o MST. A luta dos camponeses pela organização da produção de alimentos através de cooperativas agropecuárias, cooperativas de prestação de serviços e cooperativas de crédito agrícola faz parte desse contexto (FABRINI, 2007). A luta pela terra se desdobra, necessariamente, na luta pela viabilização econômica dos assentamentos rurais (RIBAS, 2002). De acordo com Fernandes (1999), a construção do cooperativismo nos assentamentos rurais organizados pelo MST é resultado do multidimensionamento da luta pela terra e reforma agrária.

Logo, essas lutas se desdobram em outras, como as lutas por moradias, infraestrutura, educação, saúde, produção, processamento, comercialização, entre outras. Nesse sentido, o associativismo e o cooperativismo nos assentamentos rurais se inserem nas estratégias camponesas de construção da autonomia e emancipação no cultivo, no processamento e na comercialização de alimentos, normalmente, agroecológicos, fortalecendo as lutas dos camponeses contra o modelo de desenvolvimento da agricultura hegemônico, o agronegócio, que desterritorializa, subordina e marginaliza os camponeses. Uma das soluções encontradas pelos membros do MST para resolver os problemas em relação à produção é desenvolver formas de cooperação que permitam aos agricultores assentados superarem em conjunto as dificuldades que recaem sobre eles quando atuam isoladamente. Para o movimento, através do trabalho em conjunto os assentados podem encontrar formas de adquirir equipamentos, tecnologias, assim como comercializar os seus produtos com preços mais favoráveis, evitando a pauperização dos camponeses (FABRINI, 2007). O cooperativismo é exercido como parte integrante da luta pela permanência na terra e da luta pela conquista da terra.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados para a análise sobre a fundação da COCAPAR, assim como da sua estrutura organizativa, foram levantamentos bibliográficos, análises de dados levantados pelos técnicos do MST durante o evento “Escola de Inverno - Extensión, Integralidad y Desarrollo en Territorios Campesinos”, que ocorreu em 2016 na região do Pontal do Paranapanema, que é localizada no Oeste do Estado de São Paulo e sobre a organização dos lotes das famílias interessadas em produzir alimentos para as cooperativas.

Os procedimentos metodológicos são fundamentais para as análises científicas e podem ser entendidos como um conjunto de técnicas que permitem ao pesquisador interagir com o seu objeto de estudo de diferentes formas, dependendo dos objetivos da pesquisa.

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos entrevistas abertas, com membros da COCAPAR e assentados associados que são membros do MST, realizando diálogos e registrando informações sobre a fundação da COCAPAR.

As estratégias metodológicas utilizadas no desenvolvimento desta pesquisa, propõe a análise das práticas organizativas de um grupo social no interior da sociedade capitalista, os camponeses rurais. Em função disso, a pesquisa parte do reconhecimento da luta de classes e, portanto, da conflitualidade presente nas relações sociais. Nesse sentido, procuraremos primar pela perspectiva crítica.

Uma das atividades iniciais desse estudo é o levantamento bibliográfico, pelo qual realiza-se a busca de publicações e trabalhos acadêmicos, que possam contribuir no desenvolvimento da pesquisa. Compõem também esta etapa, o levantamento de dados secundários, nos institutos e

órgãos oficiais, bem como o de fontes históricas nos lugares de memória das cidades (como bibliotecas e arquivos históricos).

Além da pesquisa documental, realizamos trabalhos de campo, buscando analisar o surgimento e estrutura organizativa da cooperativa, assim como a construção de futuras agroindústrias. Os primeiros trabalhos de campo foram realizados no decorrer do evento “Escola de Inverno - Extensión, Integralidad y Desarrollo en Territorios Campesinos”, organizado pelo NERA e FCT/UNESP. Outros trabalhos de campo foram realizados nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2017, no qual dialogamos com os coordenadores de cooperativas e membros do MST envolvidos na construção de agroindústrias.

Também participamos das reuniões entre os membros do MST, e representantes do poder público, para a discussão e elaboração da gestão e logísticas de agroindústrias. Nessas reuniões, discutimos quem são os assentados que produzem para a agroindústrias e as formas de produção que possuem, como estão organizadas as cooperativas, se a produção é agroecológica ou convencional, qual é geralmente a produção inicial de agroindústrias (produtos e quantidade) e quais são os canais de comercialização (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), feiras e cestas agroecológicas.

3. A FUNDAÇÃO DA COCAPAR

A fundação da COCAPAR surge em um contexto de necessidade de criar alternativas para os assentados da região conseguirem escoar a sua produção, gerar renda para as famílias e, assim, permanecer na terra.

A ideia de formar a COCAPAR, surgiu no ano 2001, para realizar a organização e escoamento de nossas produções, quando aconteciam reuniões com a base do MST, onde recebíamos instruções da comissão estadual do MST, que esta sempre se reunindo com a organização nacional do movimento. [Presidente da COCAPAR Gestão 2016. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016]

A COCAPAR está registrada na comarca do município de Teodoro Sampaio. Apesar de ter sido inaugurada na região no ano de 2001, só foi oficializada em 2006, ou seja, registrada como um empreendimento cooperativo.

Segundo os coordenadores da COCAPAR, após a experiência da COCAMP não ter dado certo em virtude dos enfrentamentos políticos-ideológicos com representantes do poder público na região e da falta de infraestrutura, nas reuniões que ocorriam na escola Florestan Fernandes, localizada em Guararema, com a coordenação regional e estadual do MST, os assentados da região decidiram formar uma nova cooperativa.

A partir de muitas reuniões e tomadas de decisões que envolviam elaborar uma proposta de cooperativa, analisar os lotes interessados em participar, definir o perfil da estrutura de funcionamento, convocar assembleias nos assentamentos, motivando a participação de famílias camponesas, os assentados decidiram implantar a COCAPAR na região. O atual escritório sede da cooperativa está localizado no município de Euclides da Cunha Paulista:

A COCAPAR funciona como organização de uma empresa, surgiu depois que a COCAMP não teve sucesso, nos reunimos com organizações estaduais pra trazer a ideia de uma nova cooperativa. A COCAMP não deu certo por que nós enfrentávamos na época o agronegócio aqui na região, e enfrentamos até hoje, é uma luta. Nós queremos o modelo socialista de gestão da cooperativa e o agronegócio é capitalista. Existe uma discordância entre nós e o agronegócio possui dentro do poder público grandes aliados que barravamnos sas propostas. Nossos financiamentos eram barrados pelos promotores judiciários da região, tivemos muitas discussões em Mirante do Paranapanema com os políticos e não conseguiram resolver muita coisa. A COCAMP foi se desgastando nessa luta contra do agronegócio, e aí surgiu a ideia de uma nova cooperativa para

melhorar nossas produções e melhor enfrentar o modelo da agricultura capitalista. [Tesoureiro da COCAPAR Gestão 2009. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23- 10-2016]

A comercialização de alimentos já estava sendo realizada por alguns assentados no município de Rancharia, mas eles não conseguiam avançar porque havia poucos associados, então essa questão foi transferida pela coordenação regional do MST para o município de Teodoro Sampaio, onde se pensou em novas estratégias, envolvendo a participação das mulheres no processamento dos legumes advindos dos lotes e dos jovens nas tomadas de decisão, gerando assim maior comprometimento social e agrícola:

Essa ideia de fundar a COCAPAR foi transferida de Rancharia pra cá, pois aqui havia maior número de assentados para participar, e tem os jovens também pra poder gerar aprendizado ajudando. [Associado da Cocapar desde 2009. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23- 10-2016]

Segundo a presidência da COCAPAR, o surgimento e funcionamento da cooperativa, ocorre aos moldes de uma cooperativa tradicional do MST.

A Cocapar, funciona como qualquer outra cooperativa comum do MST, acontecem reuniões com os assentados, possuímos uma ideologia política, e a questão principal que temos é produzir, escoando a produção, conseguindo vender alimentos que plantamos. Para começar com a Cocapar, nós buscamos nos espelhar muito nas cooperativas do MST que ficam localizadas no Sul do Brasil, aparentemente por lá, as coisas estão dando certo. [Presidente da Cocapar Gestão 2016. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016]

A Cocapar, foi formada a partir de experiências dos camponeses com a produção agrícola, e de suas vivências na luta pela terra. O membros procuram objetivar as conquistas como ocorreram na região Sul do Brasil, onde experiências de cooperativismo do MST, obtiveram sucesso em comercialização dos produtos.

Uma das ideias fundamentais pra fazer o escoamento dos produtos rurais, foi entregar os alimentos pra merenda escolar, das cidades de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, conseguimos fornecer nossos produtos, gerando renda e incentivo pros associados da cooperativa. [Presidente da Cocapar Gestão 2016. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016]

Em pesquisas de campo, participando em observação de reuniões da COCAPAR, foi possível notar que a direção da cooperativa, além de prosseguir outras atividades de formação e capacitação, criou os núcleos de formação, que de acordo com a presidência com a transferência de conhecimento múltiplos, tanto de vivência prática, quanto de experiências educacionais, destinados a transmitir aos assentados conhecimentos tanto de técnica organizativa como de técnicas referentes à agroindústria. A COCAPAR tem como fundamental desenvolvimento, a produção de pães, as mulheres que são associadas, participam ativamente, gerando um revezamento conforme a disponibilidade, para a produção dos produtos de panificação que são comercializados nos municípios próximos. Esse aspecto gerou impulso para a continuidade das atividades na cooperativa.

Segundo a presidência da COCAPAR, a ideia é exercer um cooperativismo com a participação da mulher, dos jovens, envolvendo o desenvolvimento da agroecologia, buscando escoar as produções realizadas por parte das famílias assentadas, gerando renda e emancipação dos pequenos produtores.

Desde o surgimento inicial da ideia em 2001, até na atualidade em 2017, notamos que os desafios ainda persistem, entretanto a organização ainda se mantém, buscando formas de dinamizar o escoamento das produções agrícolas.

As dificuldades são muitas, enfrentamos a falta de acesso aos créditos rurais, não conseguimos financiamentos, empréstimos para tocar nosso empreendimento cooperativo. Buscamos também nos inserir na agroecologia, e não é fácil, o solo é infértil por aqui, e lutamos, gerando estratégias de irrigação. Por mais que sejamos adeptos do socialismo, precisamos desenvolver nossas produções dentro da lógica do sistema capitalista, pra depois ter autonomia e poder estruturar nossa comercialização de forma socialista. A chegada do Programa PAA aqui na região foi muito boa durante os anos de 2014 e 2015, agora em 2016 com essa crise, e com a entrada do novo governo do PMDB como oficial, foram cortados alguns investimentos do Programa de Aquisição de Alimentos, e as comercializações de produtos agropecuários estão se tomando fracas. [Tesoureiro da Cocapar Gestão 2009. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016]

O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), é um dos principais instrumentos que contribuem no desenvolvimento da cooperativa. Notamos em observações empíricas que os assentados necessitam intrinsecamente do programa para escoamento de mercadorias. Na atualidade, os associados conseguem comercializar seus produtos nas feiras livres, segundo a presidência da COCAPAR, alguns membros da cooperativa, vão à feira-livre em Teodoro Sampaio, e comercializam alguns produtos, como mamão e legumes, mas a presidência da cooperativa nos alertou em entrevistas, que isso não ocorre amplamente, mas de forma esporádica, entre poucos associados. Eles entregam também para o PAA, da mesma forma contam com o fornecimento para merenda escolar.

Recentemente foram realizados alguns estudos e pesquisas da FCT-UNESP, em parceria com o NERA e o MST, buscando compreender a formação de uma agroindústria por parte dos associados da COCAPAR, e nos questionários aplicados foi possível analisar algumas informações sobre o manejo que ocorre nos lotes dos associados da COCAPAR. Nas pesquisas empíricas, notamos que a maior parte dos associados, estão atualmente, realizando manejos agroecológicos em seus lotes, para determinadas culturas, o que vem contribuindo muito para o escoamento das mercadorias, que passam a possuir caráter ambiental e ecológico. Segundo a presidência da cooperativa, a agroecologia dentro da COCAPAR é exercida como a agricultura desde uma perspectiva ambiental.

Tem como manejo básico a preservação dos ecossistemas agrícolas, abordando os processos agrícolas de maneira sustentável, não só visando maximizar a produção mas também otimizar o agroecossistema, incluindo os componentes de fauna e flora, econômicos e técnicos. É possível analisar que grande parte dos lotes possuem Sistemas Agroflorestais (SAFs), que são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas.

A utilização de árvores é fundamental para a recuperação das funções ecológicas, uma vez que possibilita o restabelecimento de boa parte das relações entre as plantas e os animais. Os componentes arbóreos são inseridos como estratégia para o combate da erosão e o aporte de matéria orgânica, restaurando a fertilidade do solo.

A região conhecida como Pontal do Paranapanema, possui recorrência de processos erosivos, os solos são em grande maioria arenosos. Em trabalhos de campo durante as pesquisas, coletando amostras de solo, posteriormente realizando análises de solo em laboratório na FCT-UNESP foi possível notar que os tipos de solos encontrados não são propícios para a agricultura, são arenosos, e nas observações empíricas notamos a recorrência de processos erosivos. Segundo Nunes (2010), a cobertura do solo é fator primordial no controle da erosão, para isso diversas práticas conservacionistas podem ser utilizadas. Os sistemas agroflorestais, são uma prática bastante eficaz para o controle das erosões, que por sua vez, influenciam melhoras no meio ambiente.

A implantação de agroflorestas faz com que a biodiversidade, tanto da fauna quanto da flora se eleve, relacionando com a agroecologia existente nos lotes rurais. Notamos ao observar a tabela que existe uma diversidade de produtos agrícolas que são advindos dos lotes rurais. A diversidade na produção, surge como estratégia de elaborar um modelo de agricultura mais sustentável, que não vise somente a lucratividade a partir da venda dos produtos, mas também, uma

responsabilidade com a saúde do consumidor, buscando também fortalecer e preservar o meio ambiente.

Em meio as produções das famílias associadas, a COCAPAR leva em consideração o papel fundamental que a agricultura desempenha para a sociedade, não somente como produtora de alimentos, mas também, de sua função ambiental. Segundo Altieri (2010), as atividades de agricultura que visam a diversidade, realizam a retenção de carbono, preservação da biodiversidade, gestão de bacias hidrográficas. Segundo as entrevistas com associados da cooperativa, notamos que muitos lotes buscam utilizar manejo agroecológico, buscando produzir uma agricultura saudável. Uma das principais bandeiras da cooperativa, desde sua formação, é a ecologia, que para fortalecer o enfrentamento perante o modelo capitalista de agricultura, busca levar aos consumidores produtos sem o uso indiscriminado de agrotóxicos, e com responsabilidade socioambiental.

A adoção de ações de sustentabilidade, na gestão da agroindústria, segundo os associados da COCAPAR e membros do MST, garantem a médio e longo prazo que os assentamentos possuam boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Buscando garantir os recursos naturais necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais, das florestas, matas, rios, lagos, oceanos e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações de famílias camponesas.

Segundo a tesouraria da COCAPAR, as sobras líquidas apuradas no exercício são divididas entre os associados, depois de analisados os percentuais para o fundo indivisível em partes diretamente proporcionais às operações realizadas na cooperativa.

A COCAPAR é administrada por uma diretoria, mantendo um conselho de administração e outros mutirões necessários à administração, composto exclusivamente de assentados eleitos pela assembleia geral, com mandato de até 2 anos. Segundo a presidência da COCAPAR, a cooperativa de trabalho é constituída por membros do MST para o exercício de suas atividades laborativas e profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

A estrutura funcional básica da COCAPAR é formada da seguinte maneira:

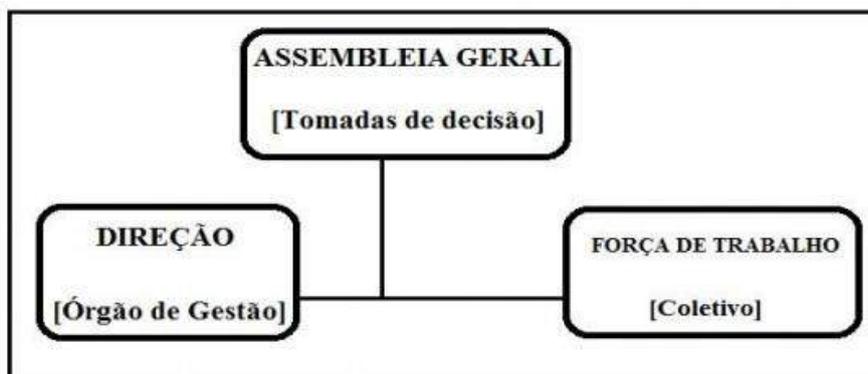


Figura 1: Diagrama da Estrutura Organizativa da COCAPAR
Fonte: Trabalho de campo, 2017. Org. Karin Gabriel Moreno.

A partir dessa estrutura organizativa, a COCAPAR objetiva ampliar a emancipação rural entre as famílias assentadas pelo processo de reforma agrária. Estabelece Núcleos em diversos assentamentos, para a organização e funcionamento, buscando inserir a participação da mulher e dos jovens, ampliando a permanência no campo. De acordo com a presidência da COCAPAR, a direção basicamente é formada por 5 membros que atuam ativamente, pelo fato de possuírem mais disponibilidade no compromisso com o desenvolvimento da cooperativa, mas sempre acessando as considerações do grupo, buscando atender as necessidades de todos os associados, que participam também de diversas atividades organizativas.

É preciso destacar também que, sendo uma forma de relação social, a cooperação proporciona uma situação problemática favorável ao desenvolvimento intelectual e moral dos envolvidos, fator esse que se reverte sobre a forma da reprodução da relação inicial, de forma qualitativa.

Quanto mais os assentados se envolvem em relações de cooperação, mais se desenvolvem politicamente e intelectualmente, de maneira que mais conseguem estabelecer relações conjuntas entre os mesmos. E devido o desenvolvimento dos participantes, proporcionado pela própria situação de cooperação, as relações de cooperação que se seguem tornam-se gradativamente melhores que as anteriores, as diversas experiências de cooperativismo que ocorrerão no passado, no Pontal do Paranapanema, impulsionarão o desenvolvimento das atuais perspectivas de cooperativismo.

Por fim, podemos notar que a coordenação da COCAPAR e os membros associados, propriamente participam das propostas do MST de biodiversidade e agroecologia, buscando elaborar atividades cooperativas que não visem somente a sustentabilidade econômica e social, das famílias envolvidas, mas também a sustentabilidade ambiental dos lotes rurais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou analisar as estruturas na fundação da COCAPAR, sua forma de comercialização e de Reforma Agrária do MST. Especificamente, analisamos o processo de modificações, as evoluções e a delimitação das estratégias de ações coletivas. Ao longo do trabalho, descrevemos também a organização do MST e as articulações centrais de cooperativismo.

O modelo de cooperativismo adotado pelo MST é o de cooperativas de comercialização e, por isso, está próximo ao modelo de cooperativas de compras e vendas proposto por Singer (2002). Como foi possível observar, os principais benefícios do cooperativismo são industrialização dos produtos, comercialização dos produtos, projetos de financiamento e aluguel de máquinas agrícolas.

O que trazemos aqui é uma discussão sobre as relações de produção entre famílias assentadas, base fundamental para a compreensão acerca da Reforma Agrária. Ao investigar os fatos históricos, as técnicas de comercialização e produção, e as maneiras como elas são utilizadas, é possível contribuir na qualificação das estratégias cooperativistas, no uso realizados pelos assentados, na melhor adaptação as adversidades produtivas, também contribui na criação de diferentes recursos para influenciar no desenvolvimento das famílias em assentamentos rurais, colaborando no desenvolvimento do trabalho de organização e também inserindo um novo estudo, que poderá ser utilizado como referência nas análises sobre luta pela terra.

As constatações das dificuldades de reprodução dos pequenos agricultores no Brasil e a existência de uma grande massa populacional de excluídos do campo, conhecidos como 'sem-terras', norteou o interesse da presente pesquisa.

Como identificamos no trabalho, o grande objetivo do cooperativismo é auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária e se contrapor ao sistema de exclusão social imposta aos pequenos agricultores. Como a opção ideológica do grupo são ações coletivas, há um projeto de organização produtiva, estruturada dentro do próprio sistema de produção, embora com relações de trabalho diferentes. Ou seja, uma organização que não é individualista, no sentido das formas de exercer a mão de obra, que são organizadas coletivamente a partir dos métodos pressupostos pelo MST.

Por fim, é preciso destacar que o debate sobre cooperativismo mostra a importância da produção coletiva entre camponeses no espaço agrário. A Geografia e o estudo da questão agrária trocam contribuições em um contexto dialético, partindo do fato de que, em um dado momento, a ciência, as técnicas emergem como produtoras da história sobre a luta pela terra, e posteriormente se tornam produto do mesmo. Os estudos que investigam os modos de reprodução da vida nos ambientes rurais, exercem papel no processo de produção da ciência, através do desenvolvimento de pesquisas científicas, que posteriormente podem resultar em políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento territorial.

Dessa forma, buscamos contribuir com a compreensão das práticas organizativas nos assentamentos rurais, visando um melhor entendimento sobre o ordenamento territorial nesses territórios que possuem a inserção do campesinato, utilizando-se da ciência geográfica e das investigações sociais, explicitando as formas de organização nos espaços rurais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BERGAMASCO, Sonia. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo; Edunesp; 2003.
2. CHAYANOV, Alexander V. (1974). **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.
3. CARVALHO, Horacio Martins. **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo; Expressão Popular; 2013.
4. CARVALHO, Horacio Martins. **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo; Expressão Popular; 2013.
5. FABRINI, J. E. . **Concepções e práticas coletivas entre os camponeses**. Geografia (Rio Claro), v. 32, p. 571-585, 2007.
6. FERNANDES, Bernardo. **Sobre a Tipologia de Territórios**. Unesp, Presidente prudente; Outubro de 2008.
7. FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST**. 1979- 1999. Tese Doutorado; Presidente Prudente; UNESP; 1999.
8. FELICIANO, C. F. **Território em Disputa: Terras (re) tomadas. Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema**. Tese de Doutorado, 2009. Disponível na internet. USP, São Paulo.
9. MARTINS, Adalberto. **Cadernos das Experiências Históricas da Cooperação Nº 02 – O Cooperativismo no pensamento Marxista**. CONCRAB; 1995.
10. MAZZINI, Eliane de Jesus. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social ?**; UNESP_FCT; 2007.
11. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. 11ª edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002.
12. PLOEG, J. D.Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Série Estudos Rurais, Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.
13. RIBAS, Alexandre. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP) : uma "leitura" a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)**. FCT-Unesp, 2002.

Diagnóstico regional como suporte à tomada de decisão sobre itinerários formativos: experiências metodológicas do observatório do IFRO

Regional diagnosis as a support for the decision-making on training itineraries: methodological experiences of the observatory of IFRO

Rosa Martins Costa Pereira²⁰

Josélia Fontenele Batista²¹

Leonardo Sousa Araújo²²

Braulio Fernandes Gerhardt²³

RESUMO: Uma das grandes dificuldades no desenvolvimento de pesquisas institucionais é a utilização de procedimentos metodológicos adequados que não se restrinjam aos limites da pesquisa acadêmica, mas que promovam planejamento institucional eficiente que, no caso de instituições de ensino, impactem na tomada de decisão e contribuam na criação de itinerários formativos alinhados aos cenários sociais atuais e suas perspectivas de mudança. Esse texto tem como objetivo apresentar experiências metodológicas vivenciadas no Observatório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRO), de modo específico, relata a experiência do projeto-piloto denominado “Diagnóstico Regional Guajará-Mirim” com o objetivo de dar suporte inicial, a ser aperfeiçoado pelos *campi* do IFRO e demais interessados, à elaboração de projetos de pesquisa institucional que alinhem demandas sociais e oferta educacional de modo relevante e eficaz para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Pesquisa Regional. Itinerário Formativo. Metodologia. Observatório.

ABSTRACT: One of the great difficulties in the development of institutional research is the use of adequate methodological procedures that are not restricted to the limits of academic research, but that promote an efficient institutional planning that, in the case of educational institutions, impacts in decision making and contribute to the creation of training itineraries aligned to current social scenarios and their perspectives of change. This text aims to present methodological experiences experienced in the Observatory of the Federal Institute of Education, Science and Technology (IFRO), in a specific way, tells the experience of the pilot project called "Guajará-Mirim Regional Diagnosis" with the aim of giving initial support to be perfected by the IFRO *campi* and other stakeholders, to the elaboration of institutional research projects that align social demands and educational offer in a relevant and effective way for regional development.

Keywords: Regional Research. Formative Itinerary. Methodology. Observatory.

1. INTRODUÇÃO

Planejar, de forma estratégica, envolve tanto o diagnóstico quanto o monitoramento e tomada de decisão das realidades que se deseja transformar. Nesse sentido, as instituições de ensino precisam criar mecanismos para conhecer as demandas sociais e os diferentes cenários que interferem ou podem interferir no planejamento da oferta ou redimensionamento de seus cursos.

O planejamento é conceituado como um processo de estabelecimento de objetivos e linhas de ação que são consideradas adequadas para alcançá-los. Já o planejamento estratégico envolve também a tomada de decisão sobre objetivos e estratégias, pois seus planos têm uma forte orientação externa e de longo prazo. Depreende-se que o planejamento estratégico é o processo de elaboração da estratégia, no qual se define a relação entre a organização e o ambiente interno e externo, bem como os objetivos organizacionais, com a definição de estratégias alternativas. (FREEMAN, STONER, 1999; BATEMAN, 1998; MAXIMIANO, 2006).

Nessa direção, em março de 2016, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRO implantou seu Observatório, compreendendo a importância da vinculação orgânica entre as políticas educativas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e os arranjos produtivos,

²⁰ Graduada em Pedagogia, Especialista em Gestão Escolar e em Metodologia do Ensino Superior, Mestre e Doutora em Geografia

²¹ Graduada em Geografia, Especialista em Gestão Escolar e em Tecnologias da Educação, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Doutorado em Geografia

²² Graduado em Administração com especialização em Recursos Humanos, Mestrado Profissional em Administração.

²³ Graduação em Administração, especialização em Administração Pública e Orçamentária.

sociais e culturais. Com esse objetivo, instituiu-se o Grupo de Trabalho do Observatório do IFRO, por meio da Portaria N. 0439, de 11 de março de 2016.

O Observatório do Instituto Federal de Rondônia é um projeto institucional que foi criado com o objetivo de mapear demandas econômicas e sociais por cursos de formação profissional e tecnológica e seus fatores intervenientes na área de influência dos *campi* da instituição a fim de fornecer à gestão subsídios para tomada de decisão quanto as melhores alternativas de eixos de formação e cursos que se articulem com os vetores produtivos da região.

A criação do Observatório do IFRO teve como contexto propulsor o fato de que as políticas de expansão da rede federal de educação profissional e a consequente criação de cursos, não foram acompanhadas de ações específicas de acompanhamento educacional e replanejamento institucional. Essas ações são recentes e ainda incipientes face aos indicadores acadêmicos preocupantes da EPCT no Brasil.

Nesse contexto, a necessidade de se criar um Observatório institucional partiu da problemática: Os *Campi* do IFRO têm perfil para atender as potencialidades socioeconômicas das localidades e entorno onde estão inseridos? Com essa questão norteadora, criou-se um Grupo de Trabalho para elaboração do projeto de implantação do Observatório e de seu primeiro projeto piloto com o objetivo assessorar a tomada de decisão institucional, a partir do fornecimento de informações e estudos socioeconômicos relativos ao mundo do trabalho e a Educação Profissional e Tecnológica.

Portanto, o Observatório do IFRO constitui-se num espaço institucional destinado à realização de pesquisas sobre o mundo do trabalho e sua interação com a Educação Profissional e Tecnológica de modo a apoiar o planejamento estratégico da instituição. Os estudos realizados pelo observatório têm enfoque estadual, sem perder de vista os processos regionais e nacionais que possam influenciar a dinâmica do mundo do trabalho no estado de Rondônia.

O primeiro projeto de pesquisa do Observatório do IFRO é o “Diagnóstico Regional Guajará-Mirim” cuja finalidade foi delinear alternativas para o itinerário formativo (ensino, pesquisa e extensão) do Campus Guajará-Mirim, localizado na cidade gêmea Guajará-Mirim (Brasil)/Guayaramerín (Bolívia).

Entre outras ações, o Observatório irá atender a um dos objetivos estratégicos da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) que consiste em manter a demanda de cursos oferecidos pelo IFRO compatível com as características do Estado, levando em conta os Arranjos Produtivos Locais, as oportunidades regionais, respeitando os percentuais de oferta de vagas definidos pela Lei de criação dos IF’s, assim como os indicadores pactuados no Termo de Acordo de Metas IFRO/MEC. Com a criação do Observatório do IFRO pretende-se parametrizar indicadores internos e externos que serão utilizados para a definição de políticas institucionais, contemplando as múltiplas facetas do mundo do trabalho, interligando-as aos indicadores quantitativos e qualitativos a fim de elucidar, da melhor forma possível, forças, fraquezas, alcance e potencialidades da atuação do IFRO nas áreas de abrangências de seus *campi* as quais não estão claramente definidas, o que será mais um dos desafios a serem enfrentados pelo Observatório.

Uma das grandes dificuldades no desenvolvimento de pesquisas institucionais é que promovam planejamento institucional eficiente traduzido em itinerários formativos alinhados aos cenários sociais atuais e suas perspectivas de mudança.

Esse texto tem como objetivo apresentar experiências metodológicas vivenciadas no Observatório do IFRO no projeto-piloto que originou sua implantação em março de 2016, o Projeto de Pesquisa Institucional “Diagnóstico Regional Guajará-Mirim”.

2. DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E AMOSTRA

O mundo é complexo e as relações são sistêmicas. As tecnologias aceleraram os tempos e ritmos dos lugares e o conhecimento da realidade socioeconômica constitui-se numa atividade interdisciplinar onde cada área do conhecimento oferece perspectivas e metodologias diferentes que devem ser integradas conforme os objetivos de cada ação, pesquisa ou projeto.

Dessa forma, a complexidade é mais que um desafio, é uma proposta de pensamento conforme Edgar Morin (2000)²⁴, cuja abordagem dos fenômenos é transdisciplinar, tentando construir uma visão holística da realidade.

A abordagem metodológica do observatório não se reduz a um procedimento técnico definitivo. Cada procedimento e instrumental será definido a partir da definição de objetivos e do conhecimento prévio da realidade a se estudar, mas sempre primando pela abordagem transdisciplinar de modo que cada área do conhecimento pertinente à investigação possa dar sua contribuição e se tenha uma visão integrada da realidade.

Para a definição da área de estudo e amostra partiu-se do pressuposto de que a os reflexos dos circuitos de produção e organização espacial em interação: o local e o global que se articulam e interagem isto porque o território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. (SANTOS, 2005)²⁵.

Para o reconhecimento da realidade estadual, nas pesquisas do Observatório do IFRO, o Estado de Rondônia foi dividido em áreas de influência a partir da localização dos Campus já existentes. Como não existem regionalizações definidas para as áreas de abrangência dos *campi* do IFRO e a regionalização estadual não foi considerada adequada, optou-se partir do estudo do IBGE (Região de Influência das Cidades)²⁶, mas considerando a dimensão local. Dessa forma, a partir deste estudo, traçou-se área de influência de Guajará Mirim qual seja: Guajará Mirim, Nova Mamoré, Guayaramerim, e Riberalta. O estudo foi dividido em etapas: Etapa Brasil e Etapa Bolívia, cada uma sob coordenação do Observatório.

3. DIMENSÕES DE ESTUDO E INDICADORES

O mundo do trabalho é permeado por diferentes tipos de fatores intervenientes. Dessa forma para entender a inserção do IFRO/Campus Jaru no cenário rondoniense elegemos três dimensões que se correlacionam ao mundo do trabalho para uma análise holística da realidade, a saber:

- a) **Dimensão sociocultural:** diz respeito a realidade social, educacional, e étnico cultural com ênfase nos quantitativos, políticas e características das populações envolvidas que influenciem sua inserção do mundo do trabalho regional e as possibilidades de interesse e restrições ao acesso, permanência e êxito nos cursos do IFRO.
- b) **A Dimensão socioeconômica e educacional:** aborda indicadores que retratem a realidade econômica local e regional na qual o IFRO/Campus Jaru deve se inserir. A economia em termos de tendências produtivas locais e regionais, fluxos de transporte de mercadorias e passageiros, e infraestrutura de apoio ao crescimento econômico e que interfiram na implantação dos cursos, na absorção de egressos e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão do IFRO/Campus.
- c) **Dinâmica Geopolítica e Institucional:** Compreende o conhecimento dos vetores de organização do território e seus principais agentes que podem atuar como forças ou fraquezas no sucesso da inserção do IFRO/Campus Jaru de modo a construir propostas de atuação eficazes a partir de parcerias e potencializar as forças institucionais.

3.1. Indicadores por Dimensão:

Quando se fala em diagnósticos é importante destacar a importância e a pertinência de quais dados são importantes para o alcance dos objetivos, ou seja, estabelecer quais os indicadores qualitativos ou quantitativos que podem fornecer as evidências da situação/realidade a ser

²⁴MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

²⁵ SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. S. Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

²⁶ Disponível em: ftp://geofp.ibge.gov.br/regioes_de_influencia_das_cidades/regic.zip.

retratada. Para a pesquisa na região de Guajará - Mirim, com base no conhecimento prévio das dinâmicas regionais, dividiu-se as Dimensões em Situações de Estudo (Quadro 1), as quais continham os indicadores mínimos para coleta, tabulação e análise situacional.

Quadro 1: Indicadores por Situação e Dimensão de estudo

Dimensões	Situações	Indicadores
DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL	Situação Populacional: essa dimensão tem como base estudos sobre a caracterização, situação, migrações e dinâmicas populacionais da área de influência.	Quantitativos populacionais por situação (rural e urbana), população por faixas etárias, taxas de crescimento populacional, fluxos migratórios, sexo, taxa de analfabetismo, grau de instrução da população por faixa etária, população abaixo da linha pobreza, população residente em aglomerados subnormais, caracterização de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, agrosilvopastoris, entre outras.
	Situação Educacional: estrutura-se a partir dos indicadores educacionais nacionais, regionais e institucionais, incluindo as modalidades presencial e a distância, bem como demandas externas ao IFRO, em especial, com relação à área de abrangência e influência do Campus.	Número de matrículas por segmento da educação básica, técnica e superior; taxa de crescimento das matrículas por segmento da educação básica, com ênfase nos últimos anos do ensino fundamental e médio, e ensino superior; Instituições públicas e privadas de educação profissionalizante e superior, bem como cursos e vagas ofertadas e modalidades de ensino; demanda/interesses locais da sociedade civil; empresas e estudantes.
	Situação Étnico-Racial, Cultural e Política Interviente: Descrição e análises dos principais grupos humanos, suas redes de apoio, segundo sua etnia, modos de vida, ou situações específicas que estão presentes da área de influência do campus e que constituem situações intervenientes na atuação do campus; descrição de políticas públicas implantadas na área de estudo; identificação da autonomia econômica por meio da inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e oportunidades de qualificação; descrever o acesso a assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente para a população local.	<u>Indicadores por município e área de estudo:</u> número e tipos de organizações dos grupos; leis, decretos e regulamentos e infraestruturas criadas a partir das políticas existentes; levantamentos primários.
DIMENSÃO	Situação Econômica: essa dimensão é constituída de estudos voltados ao	Produto Interno Bruto (PIB), PIB per Capita e Valor Adicionado por setor;

SOCIOECONÔMICA	setor primário, indústria, serviços, rentabilidade, empregabilidade, entre outros indicadores socioeconômicos; comercialização e inserção econômica de produtos de pequenos e médios produtores em mercados diferenciados e convencionais e nas cadeias produtivas.	Participação % no Valor Adicionado Bruto; Pessoas de 10 anos ou mais de idade e situação de ocupação na semana de referência; Evolução dos Empregos Formais por Setor do IBGE; Quantidade de Empregos Formais e Quantidade de Empresa por Cidade; Análise dos Arranjos Produtivos Locais em Relação a Produção Diagnóstica Tendências produtivas dos setores de serviços, agropecuário (lavoura temporária, lavoura permanente e pecuária) e industrial; Principais agentes financeiros locais e possíveis formas de comercialização e atividades econômicas informais.
	Situação da Mobilidade intra e intermunicipal e fatores de acessibilidade ao Campus: diz respeito a estrutura de mobilidade intra e intermunicipal que influenciarão na acessibilidade das diferentes populações das áreas de influência e que poderão demandar novos arranjos curriculares a exemplo das populações indígenas, quilombolas, agrícolas, etc.	Principais vias de acesso, distâncias rodoviárias, tempo de viagem, transportes públicos e privados, valores, documentação exigida (deslocamento e saúde), horários, e caracterização do funcionamento.
	Situação de moradia, localização, imobiliária interveniente: Considerando o potencial atrator que os Cursos do IFRO tenham sobre a cidade de Jarú, descrever as possibilidades de moradia e impacto na atual estrutura da cidade.	Disponibilidade de imóveis para locação, alternativas de residência permanente e temporária, valores médios do custo de vida no município-sede e nos municípios da área de influência.
DIMENSÃO GEOPOLÍTICA-INSTITUCIONAL	Situação do Ordenamento Territorial: essa dimensão estrutura-se em estudos relacionados à localização geográfica, aspectos geoambientais e política de ordenamento territorial para a área de estudo.	Localização geográfica; definição da abrangência do campus; situação quanto ao zoneamento, vetores produtivos; áreas especiais de preservação e conservação; terras indígenas; estrutura de gestão para a área; principais instituições, atores e suas políticas para a área.
	Situação da Sustentabilidade e Meio Ambiente: Diz respeito à caracterização e interações do ambiente natural e sociedade e análise dos fatores geoambientais intervenientes na produção e na qualidade de vida das populações	Tendências de usos do solo; taxas de desmatamento; situações problemas já detectadas para o desenvolvimento local como dados de saúde pública; saneamento; conflitos locais; etc.

Quadro 1: Indicadores por Situação e Dimensão de estudo. Fonte: Observatório do IFRO (2017).

Para dar conta do levantamento de tantos indicadores, foi necessário construir um percurso metodológico com dados quantitativos e qualitativos por meio de instrumentais de coleta de dados diferentes.

4. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E GRUPOS ESTUDADOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos adotados foram desenvolvidos em três etapas:

A primeira etapa se refere ao **levantamento de dados secundários** que ocorrem conforme os indicadores descritos nas dimensões relevantes do estudo e seus indicadores da área de inserção do campus, disponíveis em sites oficiais e instituições públicas e privadas. Os indicadores são levantados por município, os quais serão analisados a partir de suas correlações na região de influência da cidade onde o campus está localizado.

A segunda etapa foi o **levantamento dos dados primários** que tinha como foco os seguintes grupos de população de interesse: estudantes do ensino fundamental e médio; gestores públicos; gestores de entidades de representação social, comercial e industrial relevantes para as localidades; sociedade civil organizada; representações civis; entre outros que forem identificados, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Detalhamento da coleta de dados primários

Grupos	Técnica de Coleta	População Alvo	Tratamento dos dados
Alunos do último ano do ensino fundamental e médio	Questionário aplicado numa amostra sistemática de	Escolas das áreas urbanas	Elaboração de Gráficos e tabelas com as demandas e interesses, dificuldades e potencialidades.
Gestores Públicos	Entrevista semiestruturada	Prefeitos, Secretários Municipais de Educação e de Planejamento	Elaboração de Quadros Síntese com ênfase nas percepções dos gestores e fatores de incentivo e colaboração
Representações sociais e de produtores e	Entrevista semiestruturada	Associações de cunho produtivo ou social	Elaboração de Quadros Síntese com as demandas e potencialidades locais e inserção dos cursos na realidade local para potencial de extensão, pesquisa e estágio.
Indústrias e maiores empregadoras	Entrevista semiestruturada	Indústrias, empresas	Elaboração de Quadros Síntese com as demandas e potencialidades locais e inserção dos cursos na realidade local para potencial de extensão, pesquisa e estágio.
População em Geral	Questionário aplicado em amostragem aleatória simples, conforme amostra.	População em geral que tenha mais de 18 anos	Elaboração de Gráficos e tabelas com ênfase na percepção social da realidade socioeconômica, suas demandas em termos de formação profissional e visão sobre o IFRO
Empresas e profissionais que atuam no transporte	Entrevista semiestruturada	1 Pessoa responsáveis por tipo de transporte	Elaboração de Quadros Síntese e se possível, gráficos, mapas de rotas e tabela de distância e valores.

Empresas do ramo imobiliário e hoteleiro	Entrevista semiestruturada	2 empresas imobiliárias e 5 empresas da área de hotelaria	Elaboração de quadros sínteses e quadros com a disponibilidade de possíveis moradias, valores médios e condições.
--	----------------------------	---	---

A amostragem ocorreu conforme Silva (1997, p. 135 apud CANTO, 2008, p. 54) a seguir:

$$\text{Onde: } n = \frac{Z^2 pq N}{(N-1)E^2 + Z^2 pq}$$

n = tamanho da amostra,
 Z = valor correspondente ao nível de significância α na distribuição normal padrão.
 p = variabilidade positiva,
 q = variabilidade negativa,
 N = tamanho da população,
 E = precisão ou erro.

Para facilitar o trabalho dos interessados em realizar pesquisas desse tipo há na internet vários sites que possibilitam cálculo amostral²⁷, mas que precisam ser validadas pelo cálculo da formula acima. A pesquisa de 5% de Erro, com grau de confiança de 95%.

Com relação aos procedimentos e instrumentais de coleta de dados primários, foram utiliza dos questionários estruturados e entrevistas com roteiros semiestruturados.

Questionários estruturados: construiu-se cadernos de campos específicos para o estudo.

Entrevista Semiestruturada: A realização de entrevista semiestruturada aplicada pelo critério de acessibilidade em quantidade estimada com base em seleção prévia depende da disponibilidade dos respondentes. Quanto à quantidade, pode-se estimar, mas deve-se fazer um estudo prévio das áreas consolidadas e em expansão para mapear os principais atores. As entrevistas foram realizadas com os seguintes grupos, conforme a necessidade do estudo, disponibilidade dos pesquisados e natureza do serviço prestado: a) Representações sociais; b) Setor hoteleiro, Setor de Transporte, Setor Imobiliário e Gestores públicos.

A terceira etapa consistiu na **sistematização, análise e produção de relatório final** realizada por pesquisadores com experiência nas áreas temáticas de cada dimensão. Para o tratamento das informações foram utilizadas técnicas estatísticas e/ou de correlação que geraram gráficos, tabelas, imagens, cartogramas que permitiram análises que retrataram uma visão regional.

A análise dos dados e construção do relatório continha, entre outras informações, a listagem de possíveis cursos e atividades de pesquisa e extensão alinhadas a realidade e seus condicionantes (formas de organização de tempos e horários, ênfases, situação de ingresso, etc.). A metodologia de análise dos dados pode contar com pesquisadores de áreas específicas, permitindo a interdisciplinaridade e o uso diferente de várias metodologias de tratamento das informações permitindo uma análise regional sob várias perspectivas.

5. SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE

De modo geral, os procedimentos de análise se referem à sistematização dos resultados alcançados nas dimensões de estudos em suas respectiva situações e no cruzamento de indicadores.

Além disso, houve o cruzamento dos dados primários e secundários, incluindo os resultados obtidos **na elaboração de uma proposta de itinerário formativo** com todos os servidores e representação de alunos do campus e em **audiência pública** no município-sede do campus com convite para todas as instituições participantes da pesquisa e comunidade dos municípios envolvidos na pesquisa.

²⁷ Um dos exemplos é o site: <http://www.publicacoesdeturismo.com.br/calculoamostral/>

A intersecção de indicadores populacional, educacional e econômico consistiu no estudo de indicadores que conectam diferentes dimensões, como o índice de desenvolvimento humano, entre outros. O objetivo foi possibilitar uma análise comparativa e detalhada de determinada realidade.

6. RESULTADOS E PRODUTOS

Os resultados esperados dividiram-se em produtos e políticas institucionais.

Em termos de políticas institucionais pretende-se fortalecer o trabalho da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional enquanto espaço de organização e apoio à execução das políticas institucionais buscando subsidiar as decisões por meio de dados coletados por métodos consistentes, além de:

- a) aumentar o diálogo com os *Campi* do IFRO a partir do conhecimento de suas realidades e do trabalho coletivo para a tomada de decisões em conjunto aumentando a transparência, a eficiência e eficácia das ações; e
- b) Fomentar a consolidação do Observatório do IFRO, enquanto núcleo de organização, orientação e articulação entre as pesquisas atualmente realizadas pelo IFRO.

Em termos de produtos, além da própria metodologia que será uma *expertise* a ser aprimorada em vários outros estudos de interesse do IFRO, teremos ainda:

- a) Relatório contendo proposta de itinerário formativo do campus (ensino – pesquisa – extensão); e
- b) Base de indicadores para a criação de um boletim que se constitua num instrumento para o monitoramento da realidade de inserção do IFRO de modo que possamos, enquanto instituição, planejar nossas ações a partir das mudanças dos cenários sociais e econômicos de Rondônia.

7. IMPLICAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA INSTITUCIONAL

Os Institutos Federais de Educação foram criados para estabelecer uma nova organização para a Rede Federal, atuando como centros de ensino, pesquisa e extensão nos diferentes níveis de ensino profissional e tecnológico alinhados ao desenvolvimento econômico, social e cultural de suas respectivas regiões, e articulando-se com os demais sistemas públicos. Esse pressuposto, presente na Lei N. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica quanto criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é objeto de muitas discussões sobre o alcance das ações dos institutos federais e sua interface com outras instituições.

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (CONIF, 2013, p.28) tem buscado delinear um política comum aos institutos federais que consiste no estabelecimento de parcerias e no desenvolvimento das “governanças de observatórios e núcleos locais, regionais e estaduais que promovam a indução de arranjos produtivos, sociais e culturais”.

No contexto da função social para a qual os institutos foram criados, a Secretaria de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (SETEC) vinculada ao Ministério da Educação (MEC) propôs a instituição do Observatório Nacional do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica (Observatório Nacional). O movimento que impulsionou a criação do Observatório Nacional teve início ainda em 2003, antes mesmo da existência dos institutos federais, mas a partir destes conquistou espaço e valorização.

A criação do Observatório Nacional e o fomento de observatórios regionais justificaram-se pelo novo modelo educacional no qual os institutos federais foram criados. A despeito da carência

de qualificação profissional em muitos setores produtivos, a identidade institucional dos institutos federais se diferencia da simples formação técnica para o trabalho. A educação profissional ofertada pelos institutos federais deve ultrapassar a preparação para postos de trabalho. Para dar conta de um desafio tão complexo, os observatórios (nacional e regionais) deveriam estruturar indicadores e informações para subsidiar ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região.

A implantação de cursos no âmbito dos Institutos Federais requer uma ação de planejamento eficiente que preveja o atendimento de demandas de formação profissional em várias escalas de tempo (curto, médio de longo) isto porque a contratação de pessoal pelos IF's é uma contratação de longo prazo, além da compra de materiais permanentes para a composição dos espaços para as práticas de ensino.

Nesse contexto, além das implicações éticas comuns a um processo investigativo, a pesquisa com fins institucionais têm como implicações o impacto na própria gestão da instituição.

Com relação ao processo de pesquisa, o grupo de trabalho do Observatório do IFRO elaborou instrumentos próprios ao projeto piloto com o fim de assegurar a ação ética, como autorização do consulado para a coleta de dados em Guayaramerín e Riberalta, termos de aceite institucional, termos de consentimento de entrevistas no âmbito do Projeto Diagnóstico Regional Guajará-Mirim. A proposta de solução criada para minimizar o constrangimento do preenchimento de TCLE com a população em geral foi a elaboração de um termo resumido ao fim do questionário.

Com a experiência do projeto piloto, constatou-se que a importância da regulamentação das pesquisas com fins institucionais a fim de assegurar condições de confiabilidade e segurança tanto da população quanto dos pesquisadores envolvidos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência em pesquisas acadêmicas contribui, mas não define a qualidade da atuação em pesquisas com fins institucionais. Com finalidades distintas, é preciso clarificar os objetivos institucionais com relação ao campo científico, apropriando-se deste último para subsidiar práticas de pesquisa no contexto institucional.

Com a ausência de pesquisas institucionais “institucionalizadas”, isto é, que ocorram de forma sistêmica e alinhada ao planejamento estratégico, o Observatório do IFRO que é um espaço com um ano de existência e ainda sem regulamentação, precisou e precisa construir caminhos e fluxos ainda inexistentes e, muitas vezes, pouco acolhidos internamente.

Muito se fala sobre pesquisas de demanda regional, sua importância e necessidade, muitos informam que a executam antes de iniciar a oferta de cursos, mas o que se percebe é a ausência da divulgação dessas pesquisas, bem como os procedimentos metodológicos utilizados para fins de compartilhamento de experiência educativa.

A proposta desse texto é socializar caminhos metodológicos com base nas escolhas e condições disponíveis, sem deixar de criar espaços antes inexistentes. É um texto aberto que se completará com a experiência de muitos educadores pesquisadores ansiosos por ver um horizonte além da vista, além do “eu acho”, mas buscar conhecer a multiplicidade de dimensões que podem interferir da oferta dos cursos. Um conhecimento provisório e incompleto, mas amparado em critérios e indicadores sociais, demográficos, econômicos e institucionais.

REFERÊNCIAS

1. BATEMAN, T.S. **Administração: Construindo vantagem competitiva/** Thomas S. Bateman, Scott A. Snell; tradução Celso A. Rimoli; revisão técnica José Ernesto Lima Gonçalves, Patrícia da Cunha Tavares. São Paulo: Atlas, 1998.
2. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (CONIF). Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá, MT: CONIF/IFMT, 2013.

3. FREEMAN, R.E. STONER. J.A.F. **Administração/** James A. F. Stoner e R. Edward Freeman. Traduzido por Alves Calado. Revisão de Conteúdo Agrícola de Souza Bethlem. Rio de Janeiro. Editora Livros Técnicos e Científicos, 1999.
4. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Região de Influência das Cidades Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/regioes de influencia das cidades/regic.zip](ftp://geoftp.ibge.gov.br/regioes_de_influencia_das_cidades/regic.zip). Acesso em 10 de mar.de 2016.
5. MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.
6. MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.
7. SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. S. Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
8. CANTO, Jorge Alberto Elarrat. **Gestão da Informação na Controladoria do Ministério Público: Um Estudo de Caso**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação – PPGMAD, do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas – NUCS, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, no Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração. Porto Velho, 2008.

Violencia de género en las zonas rurales de Santiago de Chile

Violência de gênero nas zonas rurais de Santiago de Chile
Gender violence in the rural areas of Santiago de Chile.

Martin Ignacio Torres Rodriguez²⁸

RESUMEN: Este artículo se basa en los índices de violencia de género y violencia intrafamiliar en las zonas rurales de la ciudad de Santiago de Chile, específicamente en la comuna de San José de Maipo, comparando estos resultados con los índices de las zonas urbanas. Entendiendo que las performances de género y los roles hegemónicos han marcado las masculinidades y feminidades de la zona, generando la naturalización de la violencia. Un análisis basado en los poderes hegemónicos sociales del patriarcado (FOUCAULT, 1998, 2003), y las performances de género de aquellos cuerpos acallados en la ruralidad y las manifestaciones binarias – heteronormativas (BUTLER, 2005). Comprendiendo las masculinidades y la violencia en Lan. D. (2009).

Palabras claves: violencia de género, ruralidad y violencia intrafamiliar.

RESUMO: Este artigo baseia-se nas taxas de violência de gênero e violência intrafamiliar nas áreas rurais da cidade de Santiago de Chile, especificamente no distrito de San José de Maipo, comparando esses resultados com os índices das áreas urbanas. Compreendendo que os desempenhos de gênero e os papéis hegemônicos marcaram as masculinidades e feminidades da área, gerando a naturalização da violência. Uma análise baseada nos poderes sociais hegemônicos do patriarcado (FOUCAULT, 1998, 2003) e performances de gênero. desses corpos silenciados em ruralidade e binário - manifestações heteronormativas (BUTLER, 2005). Compreender as masculinidades e a violência no Lan. D. (2009).

Palavras-chave: violência de gênero, ruralidade e violência intrafamiliar.

ABSTRACT This paper is based on rates of gender violence and domestic violence in rural areas of the city of Santiago de Chile, specifically in the municipality of San Jose de Maipo, comparing these results with rates of urban areas. Understanding that the performances and hegemonic gender roles have marked the masculinity and femininity of the area, creating the naturalization of violence. An analysis based on the social hegemonic powers of patriarchy (Foucault, 1998, 2003), and gender performances of those bodies silenced in the rural area, and binary events - heteronormative (BUTLER, 2005). Understanding masculinities and violence in Lan. D. (2009).

Key words: gender violence, rurality and interfamily violence.

1. INTRODUCCIÓN

Este artículo se presenta la incidencia de violencia de género e intrafamiliar en las zonas rurales de la capital de Chile, Santiago. Para lo cual el área de estudio se basa en la comuna de San José de Maipo, ubicada en la cordillera sur-oriente de la Región Metropolitana. Esta zona se caracteriza por uno de los índices de ruralidad mayores dentro de las comunas de la ciudad de la Región Metropolitana; esta comuna se caracteriza por un entorno turístico a pocos minutos de la ciudad de Santiago, su geomorfología ha generado que la vorágine de la urbe no penetre en su totalidad, a pesar de su cercanía con Santiago, generando que la comuna de San José de Maipo permanezca con sus costumbres intactas, ocasionando que más que ser parte de una ciudad, se mantenga con características de pueblo aledaño, y orbite a la zona más urbana de Santiago.

A su vez da a conocer las diferencias culturales y simbólicas en torno al género – sexo – y roles, entre las zonas urbanas y las rurales, otorgando el contexto actual de dichas zonas, en este sentido el material es presentando tanto en relación con los índices expuestos a nivel nacional, como también aquellos recopilados durante la investigación del artículo, en el año 2015.

La relevancia de este tipo de estudios, radica en que la violencia de género continua siendo una de las principales causas de discriminación, y de desigualdad social; además de ser motivo de muerte, agresión física, verbal y psicológica. Objetivo, dar a conocer una realidad de violencia

²⁸ Instituição: Doutorando no programa de pós-graduação em geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Endereço de e-mail: martin.torres.r@gmail.com

de género e intrafamiliar en las zonas rurales de Santiago de Chile, específicamente en la comuna de San José de Maipo.

2. METODOLOGÍA

Este trabajo es una investigación sobre la violencia de género e intrafamiliar (VIF^{*29}), en la comuna de San José de Maipo, comuna rural dentro de la ciudad de Santiago de Chile. Para esta metodología se utilizan datos a nivel nacional sobre la ruralidad y la violencia de género e intrafamiliar a nivel país, y regional.

De esta forma se hace un análisis de estadísticas, como también sobre el material de primera fuente; en donde se obtiene datos comunales de San José de Maipo, los cuales han sido resguardados para no dar a conocer nombre ni direcciones de las personas.

Para entender este marco contextual es necesario ingresar a la literatura de la ruralidad, y a la comprensión en campo sobre como son entendidas las masculinidades y feminidades en la comuna de San José de Maipo; para esto es necesario generar una comprensión de los simbolismos y contexto cultural del mundo rural.

Se presentan así los niveles de violencia de género y VIF, otorgando un diagnóstico sobre género en la comuna de San José de Maipo, analizando causas y consecuencias en relación a las masculinidades, roles de género, cultura endémica, y posibilidades de denuncia. Para esto se analizan estadísticas del INE^{*30}, del Observatorio de Equidad y Género en Chile (OEGS^{*31}), el SERNAM^{*32} y entidades como la UNESCO; todas ellas dedicadas a denunciar en cifras la violencia de género e intrafamiliar.

3. VIOLENCIA DE GÉNERO E INTRAFAMILIAR EN UN CONTEXTO RURAL: Contexto rural en Chile

Para entender cómo se llevan a cabo los contextos de género en las zonas rurales, es fundamental analizar cómo se vive la ruralidad en Chile, sus códigos y condiciones de vida; como también a su vez fundamental entender los simbolismos de la masculinidad rural.

Según estadísticas del Instituto Nacional de Estadísticas en Chile, solo el 13% de la población a nivel nacional vive en condiciones de ruralidad. Si bien esto es real, debemos analizar los parámetros para entender ruralidad. Los cuales son poseer alcantarillado público, calles pavimentadas, agua potable, acceso a transporte público y luz, entre otros factores. Según estadísticas del INE, los niveles de ruralidad a nivel país serían los siguientes. (Ver tabla numero 1).

Tabla numero 1: índice de ruralidad a nivel país y por regiones.

²⁹ VIF: es la sigla más comúnmente usada para denominar Violencia Intra Familiar

³⁰ INE: Instituto Nacional de Estadísticas, en Chile.

³¹ OEGS: sigla que representa al Observatorio de Equidad y Género en Salud, el cual fue creado de forma oficial en el 2004, en respuesta a la reforma de Equidad de Género que se ha ido dando en Chile desde el 2000 en adelante.

³² SERNAM: sigla que representa al Servicio Nacional de la Mujer, en Chile, esta es una entidad gubernamental dedicada a la desigualdad y violencia de género en Chile.

POBLACIÓN TOTAL ESTIMADA AL 30 DE JUNIO DE 2010, POR ÁREAS URBANA Y RURAL, SEGÚN REGIONES

REGIÓN	Población estimada al 30 de junio ^a		
	Total	Área	
		Urbana	Rural
TOTAL	17.094.275	14.868.172	2.226.103
XV Región de Arica y Parinacota	184.957	167.343	17.614
I Región de Tarapacá	314.534	294.026	20.508
II Región de Antofagasta	575.268	560.801	14.467
III Región de Atacama	280.543	254.783	25.760
IV Región de Coquimbo	718.717	578.245	140.472
V Región de Valparaíso	1.759.167	1.610.211	148.956
VI Región de O'Higgins	883.368	626.417	256.951
VII Región del Maule	1.007.831	676.615	331.216
VIII Región del Biobío	2.036.443	1.699.819	336.624
IX Región de La Araucanía	970.419	659.274	311.145
XIV Región de Los Ríos	379.709	260.445	119.264
X Región de Los Lagos	836.256	588.352	247.904
XI Región de Aisén	104.843	88.376	16.467
XII Región de Magallanes y Antártica	158.657	147.490	11.167
Región Metropolitana	6.883.563	6.655.975	227.588

¹ Estimación realizada con antecedentes hasta Censo 2002
 FUENTE: INE, Chile, Proyecciones y Estimaciones de población por sexo y edad, 1990-2020.

Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas. www.ine.cl

Sin embargo en las zonas de ruralidad media existen los mismos problemas que en las zonas rurales completas. Estos lugares quedan a merced de una categoría que nos los beneficia del todo. Como es el caso de la comuna de San José de Maipo. Si a esto agregamos que las formas de medir la ruralidad no tienen relación con otros accesos, como posibilidad de consumir cultura, educación y campo laboral; tenemos que hay zonas entendidas como urbanas por sus infraestructuras básicas, sin embargo su población no puede optar de forma fácil a los beneficios de la urbe.

La comuna de San José de Maipo es parte de lo denominado el *Gran Santiago*, lo cual se ha denominado así desde 1990, por los planes efectuados en planificación urbana en respuesta a la explosión demográfica desde la década del '60. El Gran Santiago incluye algunas zonas aledañas a centro urbano de Santiago, las cuales son zonas más alejadas, denominadas comunas habitacionales, ya que generalmente las personas viven ahí, pero orbitan tanto en lo laboral como en lo estudiantil a la zona más central y antigua de la ciudad de Santiago.

En el caso de San José de Maipo, es una comuna más alejada de las denominadas comunas habitacionales de Santiago, por lo cual generalmente las personas trabajan y estudian ahí mismo en la comuna o en sus comunas más próximas como Puente Alto o La Florida. Hay que agregar que la geografía del lugar y la inclemencia del clima también genera un nivel importante de aislamiento, esta comuna se extiende con una gran porción de tierra la cual no es equivalente en sus habitantes, como tampoco en su grado de urbanización, es en sí una comuna cordillerana, lo cual determina tanto sus limitaciones de transporte como también la cultura del lugar. La localización de la comuna es Sur-Oriente. (Ver mapa número 1).

En este sentido la comuna investigada presenta características urbanas en cuanto a los parámetros reglamentarios, como lo son los alcantarillados, calles pavimentadas, agua potable y tendido eléctrico, sin embargo es una zona lejana a las demás comunas de la ciudad, está inmersa en la cordillera con una topografía abrupta, rodeada por volcanes emblemáticos como el Maipo, Tupungato, Tupungatito, San José, Los Piuquenes, y El Plomo.

Estos parámetros de medición de urbanidad o índice de ruralidad en algunas ocasiones no son representativos de una realidad cultural, como tampoco de las vivencias cotidianas de la zona. Si bien tiene calles pavimentadas, se podría decir que en la comuna solo existe una sola gran calle, y de ella derivan algunas pequeñas callejuelas las cuales pueden tener o no pavimento, el alcantarillado llega a la mayoría de las casas, sin embargo existen zonas en donde aún hay pozo

séptico; lo cual a diferencia de otras zonas no es sinónimo de pobreza, sino más bien de mantener una costumbre de auto sustentación.

Mapa número 1.



Fuente: elaboración Martín Torres-Rodríguez. **Elaboración en:** ArcGis.10.

Podemos decir que San José de Maipo, está catalogado como urbano bajo los parámetros establecidos por el ministerio de planificación urbana. Sin embargo al analizar el contexto diario y real de la comuna nos encontramos con una ruralidad media, con costumbre arraigadas al pastoreo, al ganado, y una cultura diferenciada al resto de la capital enfocada principalmente en la cotidianidad cordillerana. En este sentido la lejanía, la baja cantidad de población³³, el difícil acceso, lo endémico y poco rotativo de la población que habita la comuna genera que las situaciones dadas en los simbolismos cotidianos, y las continuas vivencia, como las lecturas de los acontecimientos (DUNCAN, 1990) de la comuna continúen siendo tradicionalmente rural.

En este contexto de ruralidad media, tenemos que la investigación se centra en analizar los niveles de violencia de género e intrafamiliar en las zonas rurales, en especial de la comuna de San José de Maipo.

Las zonas rurales históricamente han presentado índices de violencia de género superiores a las urbanas, a su vez los acontecimientos en las zonas rurales suelen ser resguardados por los mismo habitantes, quedando solo como historias que se transmiten de boca en boca, no existiendo una denuncia real. Para esta investigación ha sido tomadas en cuenta solo aquellas situaciones que han presentado denuncia, por lo tanto se presupone que existen más acontecimientos de violencia de género e intrafamiliar que no son llevadas a la luz.

3.1. El género en las zonas rurales.

³³ La población total de la comuna de San José de Maipo, según el censo del 2012, sería de 14.464; y en comparación con la población de otras comunas aledañas de menor volumen como La Florida, con 363.903; o la comuna de Puente Alto con una cifra de, 824.579 habitantes. También el total de Santiago para el mismo censo, sería de 5.155.984 habitantes.

Lo que entendemos por género se ha ido modificando con el paso de los años, ya no entendemos género como ligado a un sexo biológico, sabemos que el género tiene relación con un ámbito social, con una construcción social y cultural del individuo, como también de sus roles en la sociedad. Si bien las corporalidades no binarias, y las vejaciones sobre a comunidad LGBTTTIQ dentro de las zonas rurales, esta investigación se referirá específicamente a la violencia de género e intrafamiliar en relación a la continua discriminación hacia la mujer; en este sentido como son entendidas las masculinidades con sus cánones occidentales y heteronormativas genera un aumento en la violencia de género (BUTLER, 2005).

En este sentido es que el género visto en una sociedad rural, será entendido, y sobreentendido de maneras simbólicas, de una manera diferente a las lecturas del género en la zonas urbanas. La lectura de las zonas rurales, al igual que el de las urbanas, será entendida mediante los simbolismos culturales de cada sociedad (DUNCAN, 1990), generando que las situaciones sean entendidas bajo el parámetro colectivo de un simbolismo, siendo impenetrable en algunas ocasiones.

Es así como el género en las zonas rurales será entendido bajo los parámetros de roles asimilados simbólicamente en el inconsciente colectivo de la población, entendiendo que estos estarán dados por la construcción social de cada individuo dentro de su rol en la sociedad en la cual se desenvuelve.

Si bien en la nueva ruralidad, tenemos que la economía no se basa solo o principalmente en lo agrícola, sino que también se enfoca fuertemente en el ámbito terciario con el turismo, como es el caso en particular de la comuna estudiada, la cual tiene un gran auge como zona turística, dada su relativa cercanía con la urbe santiaguina, y a su vez la gran belleza natural de la zona. Estas áreas primarias en las economías, han sido relacionadas históricamente con la mano de obra masculina, lo cual ha posicionado al género femenino en un desmedro en cuanto a la capacidad de hacer surgir una zona rural; a pesar de los cambios predominantes en cuanto a la economía rural, aun se mantiene la idea primordial de ser zonas agrícolas. Y a su vez, a pesar de los constantes cambios en relación al género, la visión de la mujer, las orientaciones sexuales, y las distintas performances de género, estos temas continúan siendo foco de máxima violencia en las zonas más rurales.

De esta forma entendiendo que el sexo – género – orientación, han sido en occidente una materia tabú, la cual ha sido explorada de manera binaria y heteronormativa por la academia intelectual y la medicina durante décadas, dejando solo a los últimos tiempos encargados de un cambio de paradigma, otorgando a la medicina moderna nuevos antecedentes, y logrando que la producción académica intelectual en las diferentes áreas de las ciencias sociales emerjan con temas no binarios, alejados de la heterónoma y el patriarcado, reivindiquen la forma de observar los cuerpos acallados históricamente.

En este sentido no podemos dejar de lado que tanto en las zonas rurales como urbanas, los movimientos feministas, y los cambios de paradigma en cuanto al cuerpo, su performance y su objeto de deseo, impulsados en su gran mayoría por la comunidad LGBTTTIQ³⁴, han logrado una reivindicación de los sexos no masculinos, rompiendo una hegemonía de lo fálico.

A pesar de ello las zonas más rurales han quedado de alguna forma olvidadas en este proceso, opacadas en la poca modernidad, dejándolas en un atraso social y simbólica de los roles de género. Dicho de una manera banal, no es lo mismo representar una performance de género femenina en la ciudad que una zona rural, no es lo mismo pertenecer a una comunidad LGBTTTIQ en el centro mismo de la urbe que hacerlo en los lugares campestres de Chile. Esta realidad no está ajena a la capital de Chile, es dicotómico como Santiago puede representar en su centro neurálgico una gran gama de oportunidades para la diversidad en su amplia mayoría, pero sin embargo no tan lejos de todo el caos de la ciudad, de la diversidad y polos estratégicos de reuniones feministas, existe una comuna que se instala y emerge en la cordillera, la cual tiene sus propios ritmos, culturas en donde el machismo aun ejerce un poder dominante, espacios vedados para las subculturas, otorgando situaciones acalladas en el tiempo, naturalizando actos de violencia.

³⁴ LGBTTTIQ: Sigla que se refiere a las comunidades Lesbianas, Gays, Bisexuales, Travestis, Transgenero, Transexuales, Intersexuales y Queer.

Dada la gran cantidad de denuncias por violencia de género, especialmente VIF, y la estimación de aquellas que no se convierten en una denuncia, se estima que en las zonas rurales de Santiago, y es más de Chile entero, ocurre una mayor incidencia que en las zonas urbanas, lo cual al analizarlo con visión de género podemos determinar que los paradigmas heteronormativos y binarios que aun predominan en las zonas más alejadas de los polos urbanos podrían determinar un comportamiento en la sociedad, impresa en el simbolismo cultural colectivo, generando que la violencia de género sea naturalizada en la mayor parte de los habitantes.

3.2. Un análisis de las masculinidades en las zonas rurales.

Entender las masculinidades desde la visión del feminismo, es fundamental para cambiar los paradigmas existentes en nuestra sociedad occidental – hegemónica, para ello la forma de educación desde las primera infancia es un punto clave para entender los próximos paradigmas sociales.

En este sentido podemos decir que las masculinidades al igual que los cuerpos acallados en la feminización, están dados por la respuesta estímulo positivo y castigo. Otorgando desde la base de la infancia las formas adecuadas de comportamiento según la heteronormativa y el binarismo imperantes en nuestras sociedades occidentales (FOUCALUT, 1998), generando que las sociedades sean educadas en el ámbito sexual con creencias de aquello correcto e incorrectos, naturalizando comportamientos impuestos por una hegemonía heteronormativa basada en la reproducción evolutiva del capitalismo, y validado en el matrimonio patriarcal, heteronormativo y binario (FOUCALUT, 1998). De esta forma aquellos cuerpos que escapan a la norma, que ejercen una fuga en un sistema determinadamente hegemónico, quedan expuestos a ser blanco de críticas y el castigo por su comportamiento fuera de la norma (FOUCALUT, 2003).

Es así como las masculinidades también están regidas por un sistema patriarcal, dejando a las personas de género masculino tan expuestas y determinadas a los machismos como a las de género femenino, si bien históricamente no podemos comparar las formas de violencia ejercidas entre ni una de las comunidades, la violencia de género y VIF, suele darse desde lo masculino a lo femenino, pero a su vez en algunos antecedentes también surgen antecedentes de VIF desde lo femenino a lo masculino, o violencia de género de lo masculino a lo masculino, o cualquier combinación posible, porque finalmente la violencia de género es ejercida por alguien que se siente dentro de la norma, hacia alguien que presenta una fuga en el sistema patriarcal. De este modo las personas que ejercen una violencia hacia otras no perciben que ellos mismo son presa de la violencia que ejercen, adoptando conductas y violentando sus propios cuerpos los cuales jamás podrán fugarse por el temor ocasionado a estar fuera de lo que ellos mismo han practicado históricamente.

Las masculinidades en una cultura rural están marcadas por el sistema patriarcal, exagerando en ocasiones los prototipos de rol y performance que deben tener los diferentes géneros, es así como también la masculinidad en las zonas rurales es sobre exigida a cumplir cánones heteronormativos y hegemónicos. En la comuna de San José de Maipo, se presentan antecedentes marcados de una masculinidad caricaturesca, la cual está dada por el hombre bruto, el cual no puede gozar de cosas delicadas, o del estudio, altos niveles de alcoholismo en la zona, y exclusión de aquellos que no tienen una orientación sexual heteronormada.

En la comuna de San José de Maipo, se puede apreciar como que el modelo de ser hombre hegemónicamente, es predominante, lo cual no está exento de descontento, incluso de los mismo que lo practican, sin embargo la relación dominado – dominador, es una paradoja antigua en cuanto a las masculinidades, en este sentido la repetición de la misma performance de género evoca y heredada en forma oral por generaciones, genera la naturalización de una performance determinadamente hegemónica, esta construcción social, que es el género, causa que las performances realizadas sean repetidas diariamente y reafirmadas con la auto aprobación y la aprobación de aquellos que también construyen la misma performances de género en la cual resguardan sus privilegios históricos (BUTLER, 2005).

Estas masculinidades al mantener privilegios basados en un falocentrismo antiguo, quedan olvidadas en sus diferencias, y no pueden otorgarse un placer no catalogado en lo heteronormativo, en lo hegemónico o lo binario, por ende son presos de sus propias creaciones, en este sentido la paradoja en cuanto a una posicionalidad de poder y privilegios, y una de una categoría poco valorizada, queda vetada por el temor de no pertenencia. Como explica Foucault (1998, 2003), los poderes facticos de la hegemonía occidental van más allá los poderes que se atienden a simple vista, ya que estos poderes permean las nociones de la realidad, dando simbolismos y lecturas de los espacios, los cuales están en un colectivo general, incluso en un imaginario de masas, los cuales han determinado de manera sobre entendida lo que es la masculinidad, como deben comportarse, y aquello que estaría vetado.

De esta forma podemos afirmar que los individuos son y actúan en reacción a los espacios determinados en los cuales se encuentran, esto dado que somos seres basados en nuestros espacios culturales, es de esta forma como también podemos afirmar que la violencia, está dada por una característica performativa de una cultura, y es más que la violencia de género responde a un escenario determinado, como quien juega un papel o un rol del cual ya se sabe el final y el parlamento. Es así como lo expresa Fernando Bertani Gomez:

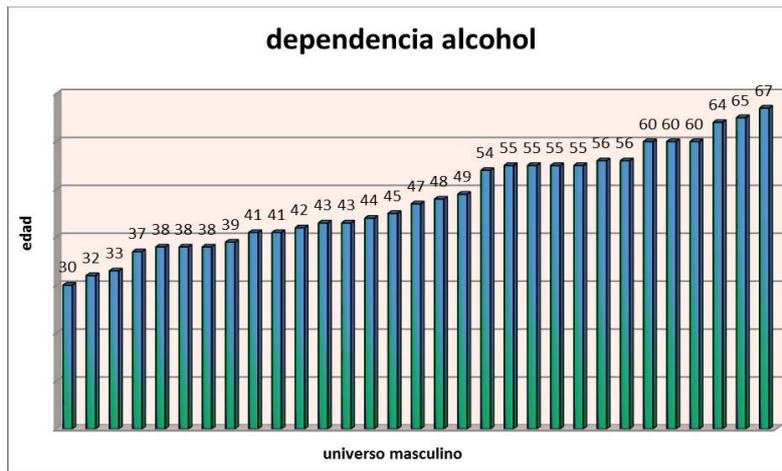
A violência é performativa e seu desempenho está mergulhado na dimensão estética de um grupo e de sua espacialidade. (BERTANI GOMEZ, Fernando, 2004) *³⁵.

De esta forma podemos entender que las formas de manifestación de la violencia pueden estar dadas tanto para la víctima como para el agresor, en este sentido al revisar las masculinidades nos encontramos con que el agresor en la comuna de San José de Maipo, posee características que también agreden su cuerpo. Es así como se mostrará un gráfico con los niveles de alcoholismo en la población masculina en relación con la población femenina, al igual que los niveles de drogadicción en la población masculina, los cuales sin duda pueden ser proporcionalmente relacionados, con una estrecha relación entre masculinidad e índices de consumo de drogas y alcohol. En los gráficos presentados a continuación se manifiesta cada barra del gráfico como una persona, colocando en su corona las edades de las personas que han manifestado este tipo de problemas de salud, por lo también se puede hacer un paralelo en la proporción etaria de las personas. (Ver gráfico número 1). Y en comparación con los índices manifestados por las personas de género femenino, se puede apreciar las abruptas diferencias entre ambas cifras. (Ver gráfico número 2).

De esta forma podemos relacionar una estrecha proporción entre masculinidad y niveles de dependencia al alcohol en la comuna investigada. Lo cual también podemos relacionarlo con violencia de género, ya que la mayoría de las denuncias son en momentos en que el agresor se encontraba en estado de ebriedad.

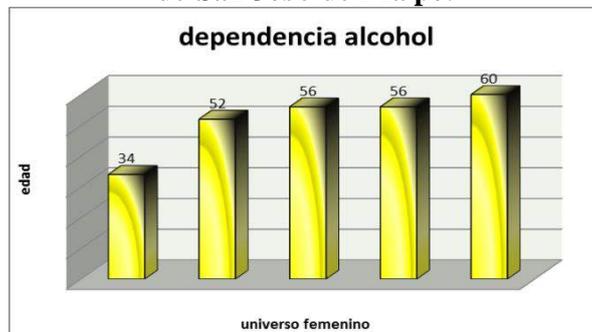
Gráfico número 1: índices de alcoholismo en personas de género masculino en la comuna de San José de Maipo.

³⁵ Fernando Bertani Gomez, del texto: Topografias da violência e as performances de masculinidade de jovens do sexo masculino com envolvimento com drogas em Ponta Grossa- PR. In: Silva, Joseli e Silva, Maria das graças. 2004. Texto: Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial. Editorial: Toda palavra.



Fuente: elaboración Martin Torres-Rodríguez. Dato: estadística hospital San José de Maipo.

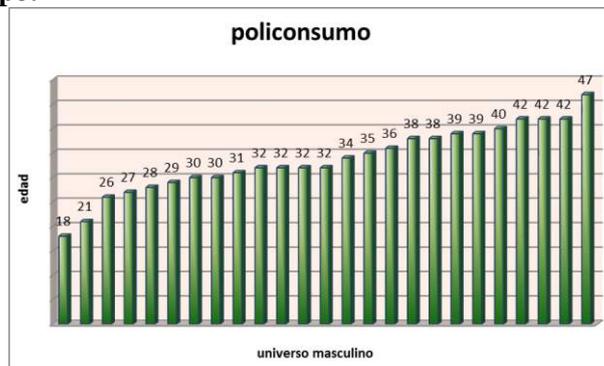
Grafico numero 2: índices de alcoholismo en personas de género femenino en la comuna de San José de Maipo.



Fuente: elaboración Martin Torres-Rodríguez. Dato: estadística hospital San José de Maipo.

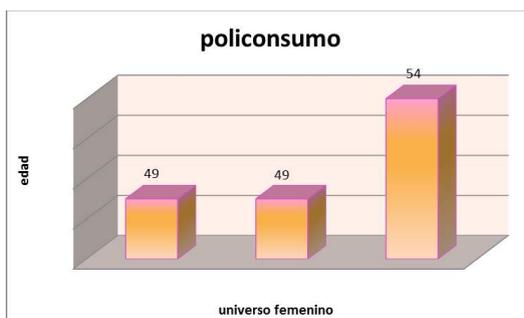
Así también podemos apreciar las diferencias entre el consumo de drogas (de diferentes tipos) entre la población masculina y la femenina. (Ver gráficos número 3 y número 4).

Grafico numero 3: índices de drogadicción en personas de género femenino en la comuna de San José de Maipo.



Fuente: elaboración Martin Torres-Rodríguez. Dato: estadística hospital San José de Maipo.

Grafico numero 4: índices de drogadicción en personas de género femenino en la comuna de San José de Maipo.



Fuente: elaboración Martín Torres-Rodríguez. Dato: estadística hospital San José de Maipo.

4. GÉNERO Y VIOLENCIA INTRAFAMILIAR

En cuanto a la violencia de género y en especial la VIF, tenemos que en las zonas rurales es más común el índice de VIF que la puramente tal violencia de género, esto porque la violencia degenera está dada también por abusos a personas que se fugan de la heterónoma, situación que en las zonas rurales es tan menguada, que finalmente aquellas personas que escapan a los binarismo y heterónomas jamás lo manifiestan o emigran a zonas más urbanas. Por lo tanto se legitima el matrimonio binario y heteronormado en la hegemonía patriarcal y occidental, reproduciendo patrones del capitalismo. En este sentido la VIF es avalada por un sistema machista en donde se han naturalizado actos de violencia dentro del matrimonio. Lo cual también se ve reflejado en violencia hacia los niños y niñas de la comuna.

En el Informe Final “Encuesta Nacional de Victimización por Violencia Intrafamiliar y Delitos Sexuales” Ministerio del Interior y Seguridad Pública entrega un dato interesante con respecto a la violencia intrafamiliar, que afecta a los niños y niñas de este país, en el específica la prevalencia año, es decir, aquellos que han experimentado en los últimos 12 meses algún episodio de violencia y la Prevalencia Vida, que han experimentado alguna vez en la vida o antes de doce meses un episodio de violencia, manifestando si esta violencia es por parte de un agresor masculino (HFC*³⁶) o femenina (MFC*³⁷), esto se grafica en el siguiente gráfico. (Ver gráfico numero 5).

Gráfico numero 5: tipos de violencia y agresor que lo realiza.



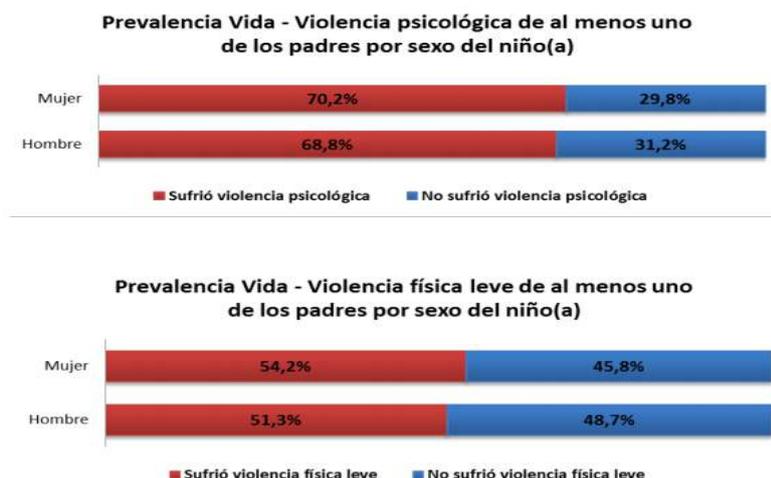
Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas. www.ine.cl

³⁶ HFC: sigla que se ocupa comúnmente en violencia intrafamiliar para denominar al agresor masculino, literalmente significa Hombre de la Familia que Cuida al niño-niña.

³⁷ MFC: sigla que se ocupa comúnmente en violencia intrafamiliar para denominar al agresor femenino, literalmente significa Mujer de la Familia que Cuida al niño-niña.

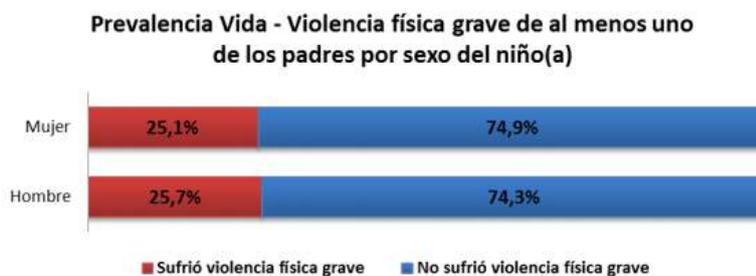
Se puede observar que la violencia es generada más por mujeres que cuidan a su familia, versus hombres, en el cuadro siguiente se observa que las niñas estarían más propensas a recibir violencia psicológica o violencia física leve por uno de sus padres, esta prevalencia se iguala en jóvenes de ambos sexos que sufren violencia física grave. (Ver gráfico número 6 y número 7)

Gráfico número 6: violencia psicológica y física, y agresor que lo realiza.



Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas. www.ine.cl

Gráfico número 7: violencia física grave, y agresor que lo realiza.

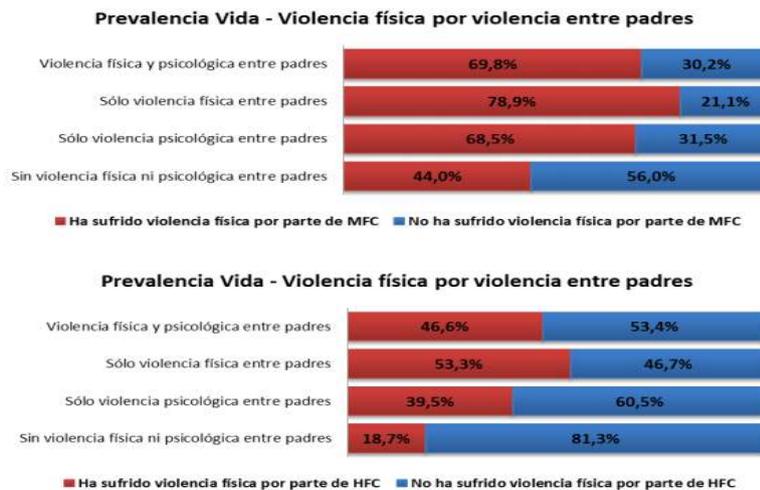


Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas. www.ine.cl

En cuanto a la estructura de la violencia se correlaciona la violencia entre los padres y el maltrato infantil, lo que aumenta el riesgo de ser víctima de maltrato. La cotidianidad de una vida en donde existe violencia de género y VIF, genera un ambiente en el hogar en donde el maltrato se naturaliza a tal punto que se está siempre entendiendo y sobre entendiendo que ante la violencia debemos reaccionar con más violencia.

Se manifiesta el abuso y violencia física y psicológica entre padres (violencia de género) y VIF que incluyen a los niños y niñas. (Ver gráfico número 8 número 9).

Gráfico número 8: prevalencia de violencia intrafamiliar, y agresor que lo realiza.



Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas. www.ine.cl

Grafico numero 9: prevalencia de violencia intrafamiliar, y agresor que lo realiza.



Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas. www.ine.cl

Las formas de entender el género, y de analizar la violencia guardan relación con las espacialidades, es por ello que lo rural manifiesta códigos diferenciados en cuanto a la naturalización de los actos de violencia por género y VIF, en este sentido tenemos tanto la fragmentación urbana en estratos socioeconómicos genera diferencias en la percepción cultural de la violencia y a su vez genera redes de apoyo fundamentales para tener una manifestación adecuada y temprana en caso de VIF, esta brecha también es tal en cuanto a lo rural y lo urbano, ya que esta última posee medio más adecuados y accesos más seguros a la manifestación de algún evento. En este sentido Diana Lan manifiesta en cuanto a la justicia espacial que:

Las desigualdades sociales reflejadas en las condiciones de vida (medio ambiental, territorial y social) que tienen los ciudadanos (en tanto habitantes de la ciudad) es hoy la principal muestra de exclusión y violencia. (LAN, Diana, 2009)*³⁸

En este sentido podemos deducir que la violencia tiene una espacialidad determinada, y que por ello afecta a algunas zonas que a otras, en relación a la cultura y a las formas en cómo se hacen cotidianas las formas de violencias y abusos, en este sentido Diana Lan (2009), hace

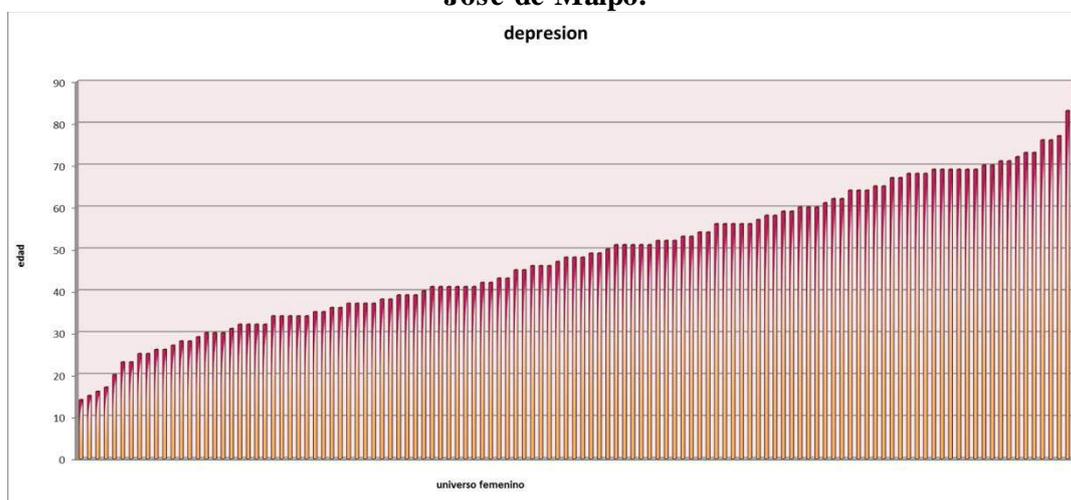
³⁸ LAN, Diana. Del texto: Genero y territorio: la violencia doméstica en espacios de vulnerabilidad y exclusión social – nota a partir de un caso en Argentina. In: SILVA, Joseli, 2009. Geografías subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Editorial: Todopalavra.

hincapié en cómo se perpetua los cotidianos de violencia y como se van naturalizando en el tiempo en el inconsciente colectivo:

La violencia contra la mujer y las niñas incluye el maltrato físico y el abuso sexual, psicológico y económico. Generalmente se la conoce como violencia “basada en el género” por desarrollarse en parte a raíz de la condición subordinada de la mujer en la sociedad. Muchas culturas tienen creencias, normas e instituciones sociales que legitiman y por ende perpetúan la violencia contra la mujer. (LAN, Diana, 2009)*³⁹

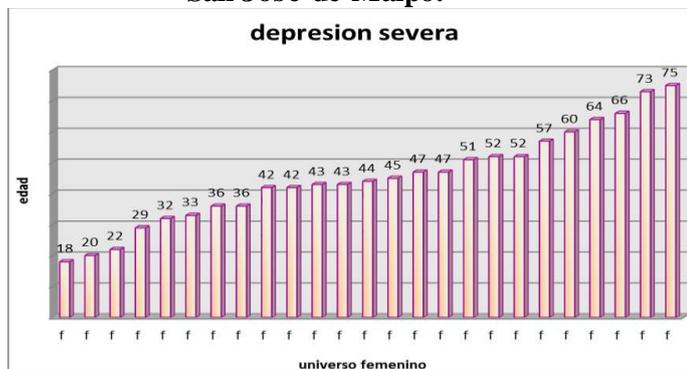
En este sentido tenemos que en la comuna de San José de Maipo, se puede hacer un paralelo entre otras consecuencias que acarrea de la violencia de género y VIF en general, así como en la población masculina se encuentran grandes índices de alcoholismo y consumo de drogas, se puede ver que la incidencia depresión, tanto moderada como grave, se manifiesta en las personas de género femenino, lo cual está relacionado con el nivel de consultas por abuso, agresión física y verbal, VIF y otras manifestaciones de la violencia de género. (Ver gráfico número 10, 11, 12 y 13).

Gráfico número 10: depresión en la población de género femenina en la comuna de San José de Maipo.



Fuente: elaboración Martin Torres-Rodríguez. Dato: estadística hospital San José de Maipo.

Gráfico número 11: depresión severa en la población de género femenina en la comuna de San José de Maipo.

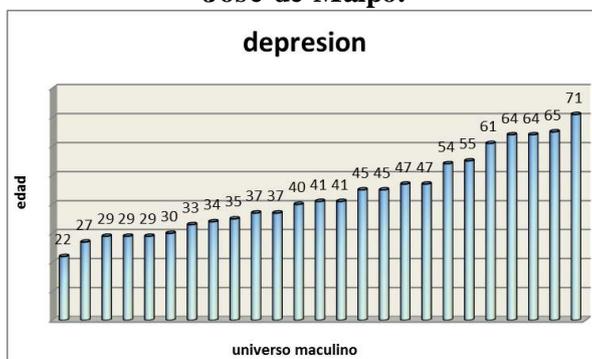


³⁹ LAN, Diana. Del texto: Género y territorio: la violencia doméstica en espacios de vulnerabilidad y exclusión social – nota a partir de un caso en Argentina. In: SILVA, Joseli, 2009. Geografías subversivas: discursos sobre espacio, género e sexualidades. Editorial: Todopalavra.

Fuente: elaboración Martin Torres-Rodríguez. Dato: estadística hospital San José de Maipo.

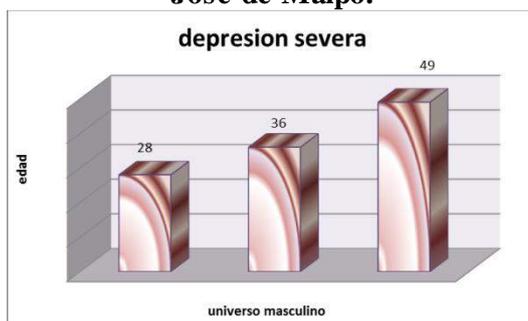
Si bien manifestar que las depresiones se den por violencia de género y VIF, es arriesgado dado que la psiquis es algo en constante cambio, se puede decir que existe una relación en cuanto a las consultas y denuncias por maltrato, abuso, violencia de género, VIF, y manifestación de consultas por depresión.

Grafico numero 12: depresión en la población de género masculina en la comuna de San José de Maipo.



Fuente: elaboración Martin Torres-Rodríguez. Dato: estadística hospital San José de Maipo.

Grafico numero 13: depresión en la población de género masculina en la comuna de San José de Maipo.



Fuente: elaboración Martin Torres-Rodríguez. Dato: estadística hospital San José de Maipo.

5. CONSIDERACIONES FINALES

Es innegable que las zonas rurales manifiestan una mayor cantidad de denuncias por violencia de género y VIF, lo cual se analiza desde el punto de vista de las performances de género que se entenderán en la cultura endémica de la zona, la cual está profundamente arraigada en el patriarcado, con una fuerte hegemonía en los binarismos y la heterónoma. Sin embargo para más allá de un análisis puramente teórico, es fundamental hacer un hincapié en la necesidad imperante de realizar nuevos paradigmas, generar nuevas masculinidades abiertas a la pluralidad de la masculinidad, entender los roles antiguamente hegemónicos como algo mutable, y no solo como un dogma impuesto desde hace décadas.

La falta de temáticas que aborden la sexualidad desde todas las aristas y no solo en como abordajes desde el área de la salud o prevención de enfermedades y embarazos, sino que sexualidades plurales que permeen los nuevos paradigmas de una sociedad que crece económicamente pero no culturalmente. Generar espacios en lo rural y no solo lo urbano de apertura en género, manifestaciones plurales y diversas en cuanto a las performances de género, entendiendo las sexualidad no heteronormativas y los cuerpos no binarios es fundamental para

desarrollar políticas de estado lejanas al abuso histórico, e incluyendo a las zonas olvidadas por años, esas zonas que quedan fuera de las políticas y de los grandes movimientos. Esas zonas rurales que hoy más que nunca manifiestan la falta de resguardo.

6. BIBLIOGRAFÍA

1. BAPTISTA CHIMIN, Junior Alides e ROSSI, Rodrigo. 2009. "Periferias pobres e masculinidades: uma discussão sobre espaços e elementos indeníarios dos adolescentes em conflito com a lei". In: SILVA, Joseli, 2009. "Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades". Editorial: Todapalavra.
2. BERTANI GOMEZ, Fernando. 2004. "Topografias da violência e as performances de masculinidade de jovens do sexo masculino com envolvimento com drogas em Ponta Grossa- PR". In: Silva, Joseli e Silva, Maria das graças. 2004. "Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial". Editorial: Toda palavra.
3. BUTLER, Judith. "Cuerpos que importan": Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo". Edición 2005, Buenos Aires.
4. DUNCAN James. The city as text: the politics of lanscape interpretation in the Kandyan kingdom. Cambridge. Cambridge University Press. 1990. p. 244.
5. FOUCAULT, M. 1975. Edición: 2003. Editora siglo XXI, Argentina. "Vigilar y castigar".
6. FOUCAULT, M. 1976, edición: 1998. "Historia de la sexualidad: Volumen 1: La voluntad de saber".
7. LAN, Diana. 2009. "Género y territorio: la violencia doméstica en espacios de vulnerabilidad y exclusión social – nota a partir de un caso en Argentina". In: SILVA, Joseli, 2009. "Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades". Editorial: Todapalavra.
8. LARRAIN, Soledad. 2008. "La situación de la violencia contra las mujeres en Chile. Legislación y políticas públicas". Consultoría nacional. UNESCO.
9. OBSERVATORIO de equidad de género en salud. 2007-2012. "Violencia de género en Chile: informe monográfico". Organización Panamericana de Salud y Universidad de Chile. Editorial: Biblioteca de la oficina de OPS/OMS en Chile.
10. SITIO WEB. www.ine.cl

Representações de eco espiritualidade em atividades de turismo em áreas naturais – estudo de caso no parque ecoturístico municipal São Luís De Tolosa, Rio Negro – PR.

Representations of eco spirituality in tourism activities in natural areas - case study in the municipal ecotouristic park São Luís de Tolosa, Rio Negro - PR.

César Augusto Kundlatsch⁴⁰
Alexsande de Oliveira Franco⁴¹
Ana Cláudia Folmann⁴²
Jasmine Cardozo Moreira⁴³
Nicolas Floriane⁴⁴

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo abordar a relação das unidades de Conservação, com o ecoturismo e a eco espiritualidade. Para tanto utilizar-se-á como parâmetro para a pesquisa: a) percepção dos visitantes no Parque Ecoturístico Municipal São Luís de Tolosa, em Rio Negro-PR; b) entrevistas aos visitantes elencando suas principais observações e sensações obtidas durante o passeio no parque; c) relacionar a perspectiva do desenvolvimento de programas de sensibilização ambiental nestes espaços. As Unidades de Conservação demonstram sua capacidade singular enquanto áreas de representação de fauna e flora preservadas, de forma a promover a percepção, interpretação e a sensibilização ambiental, voltada para atividades de conservação, preservação e manejo sustentável. Analisar como a espiritualidade enquanto experiência de ligação e significados é abordada nestas percepções, rem etendo às reflexões de conexão com o espírito da natureza, dos corpos e do cosmos traz uma nova contribuição para subsidiar potencias políticas públicas em Unidades de Conservação em áreas de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

Palavras-chave: Unidade de Conservação. Visitação. Ecoturismo. Espiritualidade.

ABSTRACT: This paper aims to address the relationship of conservation units, with ecotourism and eco spirituality. For this will be used as parameters for the search: a) perception of visitors in the Park Municipal Ecotouristic St. Louis of Toulouse, in Rio Negro-PR; b) interviews with visitors watching its main observations and sensations obtained during the walk in the park; c) relate the perspective of the development of environmental awareness programs in these areas. The protected areas demonstrate their unique ability as fauna representation areas and flora preserved, in order to promote the perception, interpretation and environmental awareness, focused on conservation activities, conservation and sustainable management. Analyze how spirituality while bonding experience and meaning is discussed in these perceptions, referring to the connection reflections with the spirit of nature, the body and the cosmos brings a new contribution to support potential public policy in protected areas in integral protection areas and sustainable use.

Keywords: Conservation Unit. Visitation. Ecotourism. Spirituality.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas é crescente a valorização do ecoturismo em áreas naturais, principalmente nas Unidades de Conservação – UCs. Os motivos principais são: 1) o desenvolvimento de atividades turísticas – lazer, descanso, relaxamento e aventura, que fogem da correria do cotidiano urbano; e 2) educativas – como práticas de percepção e interpretação ambiental – por proporcionarem o contato direto com a natureza, por trazerem a reflexão sobre a relação sociedade e natureza contemporânea. A complexa problemática ambiental dessa relação é a necessidade da conservação e preservação. Nesse contexto segundo Serrano (2000).

É possível identificar uma estreita relação entre o ecoturismo e a educação ambiental, que consideram as ações e os resultados das relações humanas no meio ambiente – com todas as condições de vida no meio e mundo natural – e

⁴⁰ Doutorando em Geografia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: cesar.geo@bol.com.br

⁴¹ Doutorando em Geografia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: aofrancoufac@hotmail.com

⁴² Doutoranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: acfolmann@hotmail.com

⁴³ Docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: jasmine@uepg.br

⁴⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: nicolas@uepg.br

são comprometidas com a busca da sustentabilidade pelos processos educativos. (SERRANO, 2000, p. 17)

Junto à conservação, a preservação do ambiente, ao contexto educativo e ao ecoturismo, as Unidades de Conservação possibilitam ainda a eco espiritualidade. Eco espiritualidade em linhas gerais são as experiências relacionadas aos aspectos da natureza e as sensações espirituais positivas e/ou negativas. Assim sendo o presente trabalho tem como objetivo abordar a relação das UCs, com o ecoturismo e a eco espiritualidade

Essa perspectiva é pouco abordada na literatura brasileira, no entanto merece destaque e, sobretudo discussão. As políticas públicas em um contexto geral não levam em consideração o aspecto da espiritualidade em suas abordagens. Consideram apenas a conservação dos recursos naturais, como mencionam Andreoli e Tarales (2015), no Brasil foram criadas políticas para a proteção e conservação de áreas naturais, demandada pela pressão da grande degradação dos recursos naturais pós-revolução industrial, com a ideia de criar espaços de preservação ambiental. Por meio da Lei Federal n.º 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, em consonância com a Constituição Federal e a Política Nacional de Meio Ambiente.

2. METODOLOGIA

Para desenvolvimento da presente pesquisa seguiu-se alguns procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos propostos:

- a. Levantamento bibliográfico relacionado ao tema proposto, especialmente às Unidades de Conservação de Uso Integral, ao Ecoturismo e a Eco Espiritualidade;
- b. Levantamento em documentos legais referentes às UCs, com enfoque na questão do turismo em áreas naturais;
- c. Definição da área de estudo. É importante mencionar que o Parque Ecoturístico Municipal São Luís de Tolosa, em Rio Negro-PR – PEMSLT, foi definido como objeto de estudo em função de sua relevância ambiental e estratégica para a conservação dos recursos naturais, fauna, flora e recursos hídricos locais.
- d. Observações de campo com visita a Unidade de Conservação de Proteção Integral, Parque Ecoturístico Municipal São Luís de Tolosa, em Rio Negro-PR. A pesquisa foi realizada no ano de 2014, por meio da técnica de entrevista visando avaliar a percepção do visitante do parque. Os sujeitos da pesquisa totalizaram cento e vinte visitantes (KUNDLATSCH, 2015).
- e. A pesquisa possui metodologia exploratória, que visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito e compreendê-lo, por meio da pesquisa bibliográfica, do estudo de caso e da técnica de entrevista (GIL, 1991). Nesse sentido o campo exploratório foi representado pela UC (PEMSLT), ecoturismo e a eco espiritualidade através de entrevistas com os visitantes do local;
- f. Análise das informações coletadas em campo por meio das entrevistas com os visitantes do local. As análises consideraram a percepção dos visitantes quanto às suas motivações em fazer o passeio, identificando proposições de gosto pelo contato com ambientes naturais conservados e protegidos, a sensação de paz e de tranquilidade que estes espaços trazem aos seus visitantes, e também às manifestações de contemplação de belezas naturais, com expressões de criação perfeita atribuídas a Deus e sua santidade.

3. (ECO) TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUAS PERSPECTIVAS

A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000, aprovada pela Lei 9985/2000, cria dispositivos legais para as áreas protegidas. Com a respectiva Lei estabelece a necessidade de um sistema com bases universalmente aceitas pelos gestores públicos, com critérios e normas para criar, implantar e gerir as UCs (ALMEIDA, 2004). A exemplo disso,

destaca-se a construção e o funcionamento de coletivos que representam “a efetiva implementação da gestão participativa no uso e na distribuição dos bens naturais” (LOUREIRO; CUNHA, 2008, p. 1). Dessa forma segundo (BRASIL, 2000), ficou instituído também como objetivo das UCs, a promoção da educação ambiental articulada aos programas de proteção. Destaca-se a possibilidade de utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento de atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental.

A UC se constitui de acordo com Vallejo (2000) “numa das principais formas de intervenção governamental, buscando reduzir as perdas da biodiversidade”, em contraponto à degradação ambiental imposta pela sociedade capitalista atual.

O resultado desse processo, a criação das áreas protegidas, contribuiu com a definição de duas tipologias de UC, de uso sustentável e de uso integral. As unidades de proteção integral ou de preservação têm como objetivo a preservação da natureza e estão subdivididas em Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Estadual, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Para o presente trabalho interessa-nos a segunda tipologia, Unidades de Conservação de Uso Integral. Nessa categoria como mencionado, enquadram-se os Parques. O presente trabalho tem como objetivo abordar a relação das unidades de conservação, com o ecoturismo e a eco espiritualidade, em especial no Parque Ecoturístico Municipal São Luís de Tolosa, em Rio Negro-PR.

No Estado do Paraná, em consonância com os instrumentos legais nacionais foi criado o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, na década de 90, respaldado na Lei Estadual n.º 10.066/92 e na Lei Florestal do Paraná n.º 11.054/95, que se integra com as demais áreas naturais protegidas, formatando o Sistema Estadual da Biodiversidade.

Em um contexto geral as áreas protegidas objetivam a manutenção de condições naturais adequadas para a proteção da diversidade de ecossistemas. As UCs são consideradas importantes instrumentos para pesquisa, educação ambiental e a geração de modelos sustentáveis para o desenvolvimento econômico regional (MOREIRA, 2011, p. 42). Além de manterem seus objetivos anteriormente citados, estão associadas a outro fenômeno econômico em crescimento: o turismo. Muitas pessoas têm procurado áreas naturais para o reconhecimento de espécies, contato com a natureza, visitação em locais de beleza cênica, entre outros objetivos. Portanto, o turismo é uma atividade crescente e vem diversificando seu campo de estudo e suas técnicas de trabalho.

Observa-se que as UCs, conforme a natureza e características, as quais lhes trazem singularidade espacial, têm se transformado em importantes ofertas turísticas, apresentando procura e aceitação por parte de seus visitantes.

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT, 1994, p. 38), o turismo “compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros”. A oferta turística engloba tudo o que o local de destino tem “a oferecer para seus turistas atuais e potenciais, representada pela gama de atrações naturais e artificiais, assim como bens que, provavelmente, induzirão as pessoas a visitar especificamente um país” (WAHAB, 1991, p. 131).

Os espaços que possuem uma condição de natureza preservada passam a destacar um importante patrimônio turístico, pois conforme Oliveira (2001): entende-se por patrimônio turístico os recursos utilizados para atrair visitantes, que podem ser classificados como patrimônio turístico natural ou como patrimônio proveniente da atividade humana. E Teles (2002) distingue que patrimônio natural são os elementos criados pela natureza e que de alguma forma, são utilizados pelos turistas; enquanto que o patrimônio cultural seriam os acontecimentos, obras e atividades provenientes de ações do ser humano e que podem servir de atração turística.

Para que ocorra a visitação em UCs, o MMA (2006) orienta que a atividade seja muito bem planejada, a fim de que a mesma possa assegurar os seus princípios de criação, funcionando também como ferramenta de sensibilização da sociedade para a conservação da biodiversidade e como uma alternativa para o desenvolvimento local e regional (MOREIRA, 2011, p. 46).

Contudo, é preciso destacar que este tipo de turismo ligado à natureza requer uma série de precauções, de forma a garantir a manutenção das espécies animais e vegetais existentes na oferta

turística, o preparo dos agentes que farão a condução desta visita, e o respeito do visitante, o qual deve perceber que aquela área que utiliza possui uma interação entre diversos outros organismos.

Moreira (2011, p. 46) reforça sobre o turismo realizado em UC que, de um modo em geral, “ordenar a visita em áreas protegidas é um grande desafio [...], os benefícios podem ser consideráveis, mas os efeitos negativos devem ser minimizados por meio de planejamento e de uma gestão eficaz”.

Segundo o MMA (2006, p. 9) o Brasil possui um vasto conjunto de áreas naturais protegidas em UCs com um grande potencial para fortalecer o turismo no país. “A riqueza dos biomas brasileiros e a diversidade cultural do país são atrativos singulares para a oferta de produtos turísticos diversificados e de qualidade”.

É neste contexto que surge o ecoturismo, como uma proposta de conservação da natureza por meio de práticas sustentáveis. A princípio o ecoturismo tem demonstrado “ser um dos mais eficientes instrumentos econômicos adotados por governos e setores comprometidos com o meio ambiente para financiar e garantir a proteção do ecossistema” (MOREIRA, 2011, p. 23).

Nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo publicadas pelo Ministério do Turismo, o ecoturismo é definido como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2008, p. 16). O ecoturismo apresenta-se sobre “o tripé: interpretação, conservação e sustentabilidade e também pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental” (BRASIL, 2008, p. 18).

O ecoturismo apresenta-se de forma relevante acerca dos aspectos ambientais, sociais e econômicos para as comunidades envolvidas, (Brasil, 2010).

Os produtos de Ecoturismo apresentam peculiaridades que vão desde a escolha da área natural, a identificação da legislação ambiental pertinente, a seleção de atrativos naturais a serem ofertados, as atividades contempladas, até a aplicação de um marketing responsável, associado à promoção e comercialização, observando-se o caráter ecológico – que ampliam as reflexões ambientais e a interpretação socioambiental com inserção das comunidades locais receptoras. (BRASIL, 2010 p. 12)

Observa-se a complexidade e importância do turismo ecológico e/ou ecoturismo, além dos aspectos mencionados acima, destaca-se ainda um outro fator que vem ganhando força, a eco espiritualidade em Unidades de Conservação.

4. A ECO-ESPIRITUALIDADE

O prefixo “eco” (grego: oikos), significa casa, o lugar onde se vive. A espiritualidade é uma palavra subjetiva que está ligada a religião e ao misticismo. A eco espiritualidade nessa perspectiva é o caminho de ressignificação da casa. Tudo está interligado no planeta inclusive os seres humanos fazem parte do todo. A eco espiritualidade possui uma visão de complexidade e holística do meio ambiente.

A perspectiva relacionada a eco espiritualidade é pouco discutida em território brasileiro, no entanto fora do país encontra-se uma discussão mais robusta principalmente no oriente.

Na condição da pós-modernidade [...] enfatiza a dimensão da experiência pessoal e a imanência do sagrado na paisagem e na natureza (Steil, 2008, p.784). Segundo Rech (2001) a eco espiritualidade tem como desafio entre outros fatores: a) tirar o ser humano do centro, do antropocentrismo; b) valorizar o dom da cooperação e não a lei da competição; c) espiritualidade é o profundo do humano, abrir espaços para o novo e para a vivência da mística do cuidado; d) integrar todas as coisas, o ser humano é um microcosmo; e) ressacralizar as “casas”: o planeta, a natureza, a casa, o corpo.

De acordo com Boff (2004, p.231) essa “espiritualidade é parte da autoconstrução humana embora não venha registrada no prazo de referências religiosas. É parte da jornada humana para a conquista de si mesmo e seu próprio coração”. Nesse sentido a espiritualidade está no lugar e dentro do indivíduo, mas é em grande medida implodida ou manifestada pelas características e perfil do local.

Ainda segundo Boff (2004) a espiritualidade significa um conjunto de valores, projeções, modelos, ideias geradoras que dão sentido pessoal e social à vida, e que unificam o conjunto de experiências que se fazem. Isso significa a forma como subjetivamos a cosmologia coletiva.

A espiritualidade envolve, por sua própria natureza, a subjetividade. Portanto, não é totalmente descritível e controlável. É na espiritualidade, onde o indivíduo pode preservar suas idiossincrasias e marcar a sua diferença. É nessa perspectiva que o fator “natureza” desenvolve sua importância para o indivíduo e suas potenciais experiências espirituais no Parque Ecoturístico Municipal São Luiz do Tolosa.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percepções de espiritualidade na visitação em áreas naturais - parque Ecoturístico municipal São Luís de Tolosa - PEMSLT, em Rio Negro- PR.

O Parque Ecoturístico Municipal São Luís de Tolosa está localizado no município de Rio Negro – Paraná. Está distante aproximadamente 110 km de Curitiba. Rio Negro faz fronteiras com o município da Lapa, a oeste; com o município de Campo do Tenente, ao norte; com o município de Piên, a leste e com o estado de Santa Catarina, ao sul.

O PEMSLT possui aproximadamente 53,87 hectares de área. Segundo Wandembruck (2011) o parque é constituído por 80,69% de áreas de vegetação nativa; 10,23% de áreas de plantio de espécies exóticas; 8,39% de áreas construídas e antropizadas e 0,69% de áreas degradadas (figura 1).

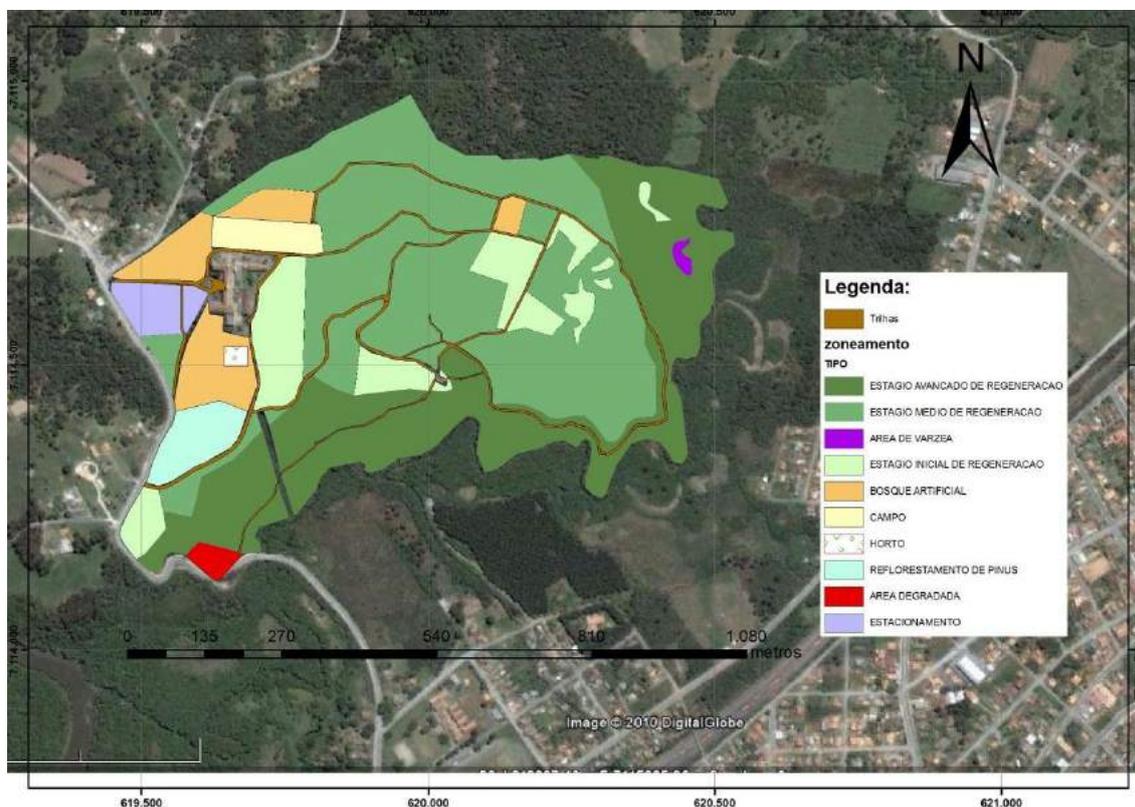


Figura 1: Localização e Características do PEMSLT.

Fonte: Wandembruck, 2011.

A área do parque possui segundo a figura 1, mosaico de formas de uso da terra, com destaque para os aspectos vegetais, áreas com regeneração além de remanescentes de floresta ombrófila mista com araucárias, no entanto apesar de pequena, observam-se áreas degradadas. De acordo com Wandembruck (2011) encontram-se ainda espécies exóticas (ciprestes, nêspers, laranjeiras, hortênsias, entre outras espécies). O local possui ainda importante aspecto histórico e cultural, segundo Kundlatsch e Moreira (2016).

O legado histórico-cultural deixado pelos franciscanos, que construíram o prédio para sediar o seminário, e por todas estas razões merece atenção especial quanto à sua herança patrimonial. A restauração do prédio e o resgate de artigos, fotos, herbários e móveis do antigo seminário agregou valores históricos, científicos e ecológicos, facilitando a conexão do visitante com o lugar. (KUNDLATSCH; MOREIRA, 2016 p. 26)

Nesse sentido o aspecto turístico como mencionado anteriormente é muito importante, aliás observa-se que o parque possui grande visitação por parte de turistas. Com relação ao aspecto ecoturismo e espiritualidade no parque os resultados seguem descritos e analisados a seguir:

Satisfação com relação ao Parque

Na avaliação dos visitantes do PEMSLT, o nível de satisfação é positivo, 75% dos entrevistados classificaram a visita entre muito boa, excelente e perfeita. Na análise dos visitantes, as instalações estão sempre limpas e bem cuidadas; há proteção e segurança, mesmo com número reduzido de vigias e seguranças, os quais se encontram na área de recepção e algumas vezes fazendo rondas próximo ao prédio histórico; as condições das trilhas são bem avaliadas, bem como as instalações.

As unidades de conservação de uso público são os locais onde as trilhas são mais representativas e para onde convergem os visitantes que procuram, através delas, os ambientes naturais para turismo, lazer e prática de esportes. (COSTA, 2006). As trilhas oferecem aos caminhantes oportunidades de novas descobertas e percepções, tanto do local, como de si mesmo, ao possibilitarem a superação de obstáculos e limites.

Motivação e propostas de Educação Ambiental

Em relação aos motivos que levaram o visitante a procurar o parque (gráfico 1), a maior parte das respostas remetem ao gosto pelo contato com a natureza e a sensação de paz e tranquilidade; depois os que visitaram para passar mais tempo com os amigos e companheiros, em terceiro lugar existem os que visitaram por que gostam do lugar e sentem-se bem, com lembranças e fatos históricos relevantes do lugar, depois aqueles que foram ao parque para praticar atividades ao ar livre como esportes e caminhadas, e houve ainda os que visitaram porque era o parque mais próximo da sua casa para fazer um passeio.

Quanto às propostas de educação ambiental, 95% dos entrevistados reconhecem que o parque possui uma forte indicação para o desenvolvimento desta atividade, apenas 5% de entrevistados não identificam esta proposta.

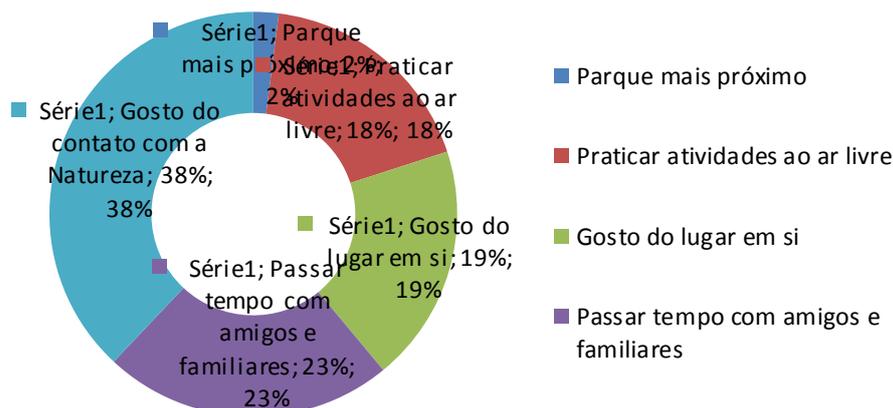


Gráfico 1: Motivos da visita ao parque.

Fonte: César A. Kundlatsch, 2015.

Elementos naturais locais e as sensações de espiritualidade

Os elementos naturais do local são os que mais se destacam nas exposições dos visitantes: 76% dos visitantes responderam que o que mais gostaram no parque foi o contato com a natureza, a nascente d'água (figura 2), as trilhas dentro da floresta, os animais observados, a sua preservação e a visualização de espécies de flora bem conservados. Isso também está corroborado com os dados obtidos no gráfico 1, os quais revelam as principais motivações das visitas ao parque.

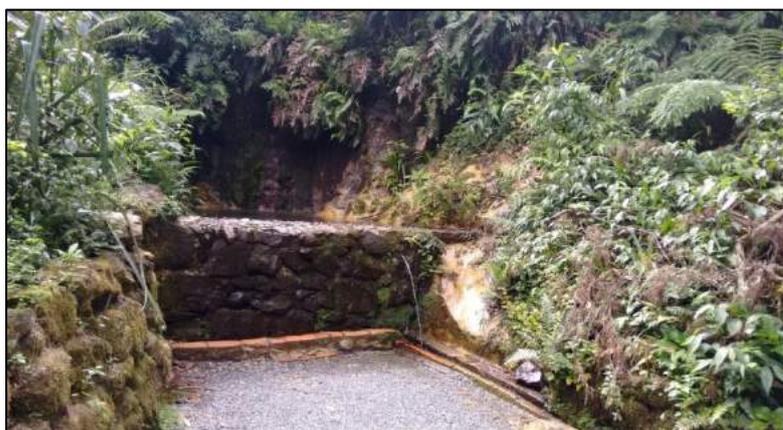


Figura 2: Nascente d'água na Gruta N. S. de Lourdes

Fonte: César A. Kundlatsch, 2015.

Os outros 24% dos visitantes responderam que o lugar apresenta destaques culturais e históricos como o pórtico de entrada, a capela, o museu bem cuidado, o prédio central com beleza singular.

O gráfico 2 apresenta as nove palavras chaves mais citadas pelos visitantes para descrever o parque, e o respectivo número de citações absolutas. Os visitantes foram questionados quais palavras usariam para descrever o PEMSLT, caso fossem indicá-lo para uma visita a um amigo, parente ou conhecido, criando desta forma um mapa conceitual hierárquico do lugar.

Entre as principais citações destaca-se a natureza do lugar como elemento central, porém outras percepções são observadas como sensações de bem estar, tranquilidade, paz e harmonia.

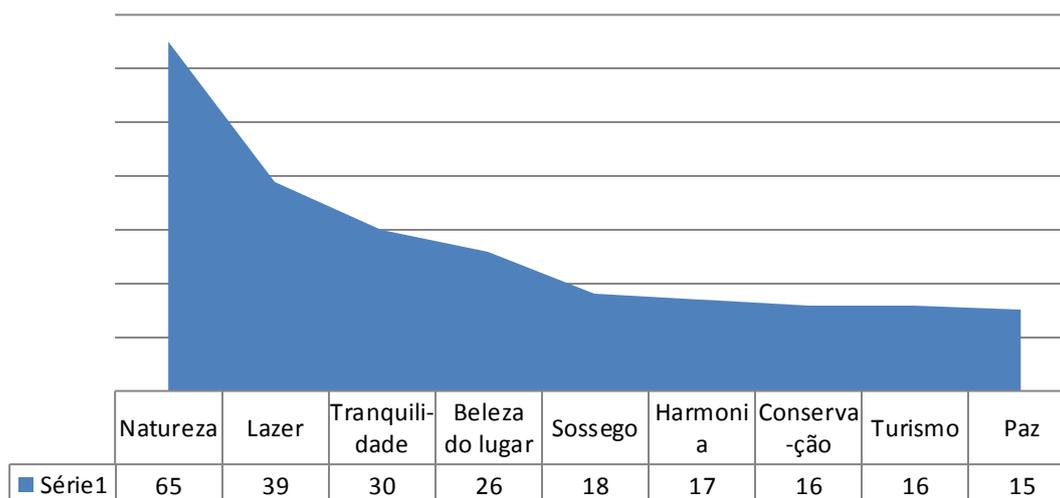


Gráfico 2: Descrição do parque.

Fonte: César A. Kundlatsch, 2015.

Segundo Diegues (2000) a corrente preservacionista das áreas protegidas pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem.

Neste sentido, o conceito de lugar assume sua caracterização nos estudos da Geografia, pois refletem os espaços com características de afetividade, de lembranças e de experiências vividas. Nesse aspecto concorda-se com Almeida Silva com os “marcadores territoriais”, sendo esses:

As experiências, vivências, sentidos, sentimentos, percepções, espiritualidade, significados, formas, representações simbólicas e presentificações que permitem a qualificação do espaço e do território como dimensão das relações do espaço de ação [...]. (ALMEIDA SILVA, 2010, p.105)

Os “marcadores territoriais” produzem e transportam fenômenos e elementos que compõem os aspectos espirituais dos visitantes do PEMSLT. Nesse sentido as respostas dos visitantes relacionados aos atrativos do local são potenciais marcadores territoriais.

As características do parque como centro de lazer, área de proteção e conservação, e de atrativo turístico também são citadas.

Outras percepções dos visitantes também foram registradas como área para caminhada, as trilhas ecológicas, lugar agradável, fonte de conhecimento, presença de animais silvestres protegidos, espaço de diversão, patrimônio histórico, entre outras mais, porém em menor número de citações. Para Rech (2011) A espiritualidade ecológica é um meio para uma consciência ecológica.

Com estas observações, pode-se confirmar o que Boff (2004, p.238) diz sobre a questão das relações sociais e naturais e sua espiritualidade, onde afirma que o espírito está em tudo o que respira, no que inspira e expira.

Como o espírito individual não está isolado é impossível desconectar-se do espírito da natureza, do espírito dos corpos e do espírito do cosmos. Rech (2011) corrobora afirmando que a dimensão da ecologia como microcosmo em nós existem todos os elementos da natureza, portanto somos parte do todo e o todo está em nós.

Assim, as observações positivas encontradas pelos visitantes do PEMSLT refletem essa relação. O fato de sentirem-se bem, terem sensações de bem estar em áreas naturais mostra como as energias funcionam em um sistema aberto, se comunicando em tramas complexas, mas inter-relacionadas, sustentando todo o Universo (BOFF, 2004, p. 239).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que a maior parte da população hoje reside em ambientes urbanos, há muita natureza envolvida em suas relações cotidianas, afinal a sociedade faz parte do meio ambiente sendo responsável pelas relações estabelecidas nele. Por isso as práticas de sustentabilidade, preservação e conservação não devem estar fixadas apenas aos ambientes onde a exposição na natureza está mais explícita, como é o caso das UCs.

Nesse sentido, é fundamental o contato direto com a natureza, que leve a reflexões da necessidade de cuidar e conservar os ambientes naturais, pois nestes locais sejam eles: UCs, parques, praças, jardins e entornos ocorrem trocas de energias e de experiências com a natureza e entre os indivíduos.

Ao utilizar uma UC, mesmo com a perspectiva de atividade turística – ecoturismo – sempre haverá a possibilidade de sensibilização em como o visitante desenvolve suas relações na natureza e com a natureza. Os visitantes podem ser sensibilizados a repensar suas práticas e desenvolverem um estilo de vida voltado ao respeito à natureza, ao aprimoramento de atitudes de conservação ambiental, de proteção às espécies de fauna e flora, a criação de uma consciência ambiental e a busca pela sustentabilidade.

Presentes nestas relações ainda, de acordo com a subjetividade de cada indivíduo, percebe-se também a relação da espiritualidade neste contato com os elementos da natureza. O fato de haver harmonia, estabilidade e um equilíbrio entre os diversos elementos da natureza remete às observações da presença divina e da sua manifestação nestes espaços.

7. REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, R. C. V. **O sistema estadual de unidades de conservação do Estado de Minas Gerais: diagnóstico dos instrumentos de planejamento e gestão e perspectivas.** In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (IV: 2004: Curitiba) **Anais...** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004. v. II, p.106.
2. ALMEIDA SILVA, A. **Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”.** Tese de Doutorado em Geografia. Curitiba: UFPR/SCT/DG/PPGMDG, 2010. 301 p.
3. ANDREOLI, V. M.; TORALES, M. A. C. **Educação Ambiental em unidades de conservação: o papel comunitário da escola.** *Revista Educação Ambiental em Ação.* n.54, ano XIV, dez/2015 fev/2016. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/pf.php?idartigo=2214>>. Acesso em: 11 jan. 2016.
4. BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 09 jul. 2016.
5. BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
6. BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p.
7. BOFF, L. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres.** Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
8. COSTA, V. C. da. **Planejamento e Manejo de Trilhas - Impactos pelo uso do turismo desportivo e eqüestre: alguns exemplos.** Artigo publicado no material didático do I Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas. Rio de Janeiro, 2006.
9. DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** HUCITEC. 3ª Edição.
10. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. Ed. São Paulo, Atlas, 1991.
11. KUNDLATSCH, C.A.; **A percepção do visitante no Parque Ecoturístico Municipal São Luis de Tolosa em Rio Negro (PR).** Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Ponta Grossa: UEPG, 2015.
12. KUNDLATSCH, C. A. MOREIRA, J. C. **A percepção ambiental no Parque Ecoturístico Municipal São Luis de Tolosa em Rio Negro – PR.** *CAD. Est. Pes. Tur.* Curitiba, v.5, n° 6, p. 22-41, jan/jun. 2016. Pg. 22-41.

13. LOUREIRO, C. B F.; CUNHA, C. C. Educação Ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Revista Ambiente & Sociedade**. v. XI, n. 2, Campinas, jul./dez. 2008. p. 237-253.
14. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação. Secretaria de Biodiversidade e Florestas**. Departamento de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
15. MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2011.
16. OLIVEIRA, A. P. **Turismo e Planejamento: planejamento e organização**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
17. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO E INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (OMT). **Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais**. Brasília: MKT Publish Company, 1994.
18. RECH, H. T. Espiritualidade Ecológica O caminho do coração Partilha de uma experiência. **Revista: Atualidade Teológica** Ano XV nº 37, janeiro a abril/2011. 137-145.
19. SERRANO, C. (org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000.
20. STEIL, C. A. Peregrinação. In: BORTOLLETO, Fernando Filho; SOUZA, José Carlos; KILPP, Nelson (Org.) **Dicionário Brasileiro de Teologia**. São Paulo: Aste, 2008, p. 782- 785.
21. STRUMINSKI, E. **Parque Estadual Pico do Marumbi**. Curitiba: Editora da UFPR. 2001.
22. TELES, M. A. **Análise do potencial turístico do município de Campo Magro – PR: áreas de proteção ambiental e zona rural**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, UFPR, 2002.
23. VALLEJO, L. R. **Unidade de Conservação: Uma Discussão Teórica à Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas**. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, 2002.
24. WAHAB, S. E. A. **Introdução à Administração do Turismo**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.
25. WANDEMBRUCK, A. Parque Ecoturístico Municipal São Luís de Tolosa (PEMSLT) Rio Negro – PR. **Relatório Final Limite Aceitável de Câmbio no PEMSLT**. (2011). Rio Negro, Paraná.

Diálogos femininos – trajetórias plurais: um estudo de caso dos projetos de assentamento rurais espinhara e polo Antônio de Holanda no município de Bujari, Acre

Women's dialogues - plural trajectories: a case study of rural settlement projects espinhara and polo Antônio de Holanda in the municipality of Bujari, Acre

Rogério Nogueira de Mesquita⁴⁵

RESUMO: Este trabalho investiga o tema da participação feminina no contemporâneo, trazendo como proposta examinar o protagonismo da mulher na unidade de produção familiar rural nos Projetos de Assentamentos Espinhara e Polo Antônio de Holanda no município de Bujari (AC). Para subsidiar o debate sobre a representação e organização do território, gênero e poder, elege-se como perspectiva teórico-metodológica a técnica de pesquisa bibliográfica e atividade de campo. Para tanto, procura-se responder basicamente a seguinte questão: Como são configuradas as relações de poder e de gênero nas unidades de produção familiar rurais? Destarte, a hipótese da pesquisa é a de que a participação feminina realiza-se através do protagonismo, da busca de intercomunicação e da reconfiguração das redes de interação entre as representações e as organizações dos saberes, compreendendo, assim, as dinâmicas sociais envolvidas na geografia do empoderamento das mulheres.

Palavras-chave: Mulheres. Campo. Auto sustentação.

ABSTRACT: This work investigates the theme of female participation in the contemporary field, bringing as a proposal to examine the role of women in the rural family production unit in the Espinhara and Polo Antônio de Holanda settlements in the city of Bujari (AC). In order to subsidize the debate on the representation and organization of territory, gender and power, the technique of bibliographic research and field activity is chosen as a theoretical-methodological perspective. In order to do so, we try to answer basically the following question: How are the relations of power and gender configured in rural family production units? Thus, the research hypothesis is that female participation takes place as a protagonist, the search for intercommunication and the reconfiguration of networks of interaction between representations and knowledge organizations, also understanding the social dynamics involved in geography empowerment of women.

Keywords: Women. Farm. Self-support.

1. INTRODUÇÃO

A articulação entre o patriarcado e a invisibilidade do trabalho feminino no universo rural, incide de modo direto no que vem ser a mulher camponesa no Brasil. Desse modo, no decorrer desse estudo, busca-se, através da pesquisa bibliográfica e de relatos das mulheres entrevistadas durante trabalho de campo realizado nos Assentamentos Rurais Espinhara e Polo Antônio de Holanda no município de Bujari estado do Acre, elucidar o protagonismo das mulheres rurais que praticam a autossustentação familiar. A visão que se propôs estudar essas mulheres parte de uma perspectiva plural, olhar esse que permite enxergar o trabalho feminino sobre diversas óticas, entre estas, o fato do trabalho feminino na maioria das vezes ser tratado como mera ajuda aos companheiros. A segunda etapa do trabalho se deu através do trabalho de campo realizada nos PAs anteriormente mencionados, objetivando conhecer de perto, a realidade dessas mulheres que ali vivem. Foi por meio dessa proximidade que foi possível acompanhar como se dava o modo de vida, a rotina diária, o sentimento de apego ao lugar e as relações de gênero e poder. Ainda foi possível verificar a ausência de iniciativas do poder público para com essas mulheres, bem como a ampla oferta de créditos rurais, para que possam gerar renda.

Graças a uma série de ações nos diferentes âmbitos que são realizadas no contemporâneo em prol das mulheres, não se pode negar que a presença desta no cenário geopolítico, geocultural e intercultural de hoje, sinaliza positivamente, para a reconfiguração de geografias simbólicas do imaginário, alicerçado na zona de interação entre vários atores sociais. Em meio a esse universo de discussões, cresce a participação feminina no cultivo da terra e em diversos outros espaços.

⁴⁵ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero- GEPGENERO. E-mail: rogerio_vitorioso@yahoo.com.br

Dados, referentes ao último Censo, realizado em 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que já são mais de 3,5 milhões de mulheres atuando diretamente no campo, quer na agricultura quer na pecuária.

Outrossim, a relevância acadêmica desse estudo reside no desenvolvimento de uma reflexão que visa à superação do pensamento binário que restringe o olhar dentro somente das fronteiras locais, esquecendo os traços globais. A contribuição desse trabalho, para os estudos geográficos e de gênero, se faz no sentido de propor um espaço aberto à leitura da participação da mulher no universo rural, bem como analisar a projeção de contextos geográficos importantes para o entendimento das relações entre território, gênero e poder.

2. ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Alguns autores apontam que a invenção do arado, que veio substituir a enxada primitiva utilizada pela mulher, abriu o caminho para incluir alguns elementos do sistema patriarcado, considerando-se ser este, o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (Saffiot, 2004). Acredita-se que o arado por ser mais pesado e exigir uma força braçal maior para dá suporte direcionando os locais a serem arados, o trabalho masculino ganhou destaque.

Sem se ater, onde iniciou, ou onde acabará, convém resgatar que, por muito tempo, a mulher foi vista e tratada como alguém que deveria ter uma vida limitada aos afazeres domésticos, cuidando da casa, do esposo e dos filhos, também era vista como propriedade do marido, contexto esse que vem se modificando ao longo dos anos. Mais como é de conhecimento geral, não foi assim de uma hora para a outra que a figura feminina passou a ganhar espaço na sociedade, foram longas e árduas lutas travadas contra a sociedade com um sistema de patriarcado, machista e arcaica.

Como escreveu Bauer, (2001, p.76), “façamos aqui uma breve retrospectiva teórica deste complexo processo histórico, tendo em conta que as ideias dominantes em cada época não são apenas as da classe dominante, como querem Marx e Engels, mas também as do sexo dominante”.

Para melhor compreender o contexto, vivenciado por milhares de mulheres de diferentes espaços do mundo, é pertinente lembrar que:

Na Grécia, a mulher ocupava posição equivalente à de escravo no sentido de que tão somente estes executam trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelo homem livre. Em Atenas, ser livre era, primeiramente, ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo. A afirmação de Platão expressa bem essa realidade: “Se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho”. (ALVES E PITANGUY, 2003, p. 11.)

Como se pode observar nos antecedentes, independentemente de escala cartográfica, ou localização no espaço geográfico, as mulheres sempre foram tratadas como inferiores aos homens e segundo estes seria dever das mulheres servi-los. Seja no ato de gerar, amamentar, criar os filhos, seja no papel estratégico a subsistência do homem, extraindo minerais, fiando ou praticando agricultura.

Convém lembrar que para tentar justificar as atrocidades praticadas contra as mulheres, estes recorriam a livros religiosos, onde afirmavam que os “Deuses”, haviam criado a mulher para as atividades domésticas. Em meio a tantos apontamentos e exploração, nem todos os povos sempre viram as mulheres como servas no território do poder. Na Gália e na Germânia, estas sociedades tribais, cujo regime comunitário, designava às mulheres um espaço de atuação semelhante ao dos homens. Conjuntamente faziam a guerra, participavam dos Conselhos Tribais etc. (ALVES E PITANGUY, 2003, p.15).

Conforta-nos a alma encontrar relatos históricos onde as mulheres viveram lado a lado com os homens, onde ambos desenvolviam as mesmas tarefas sem distinção de gênero. No entanto, de maneira geral, as desvantagens entre o homem e a mulher são notórias, variando de cultura para cultura:

O homem representa um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 2002, p.9)

No campo, essas mulheres sempre desempenharam papéis polivalentes, onde cuidam dos filhos, da casa, do marido dos cultivos dos pomares, das hortas, dos jardins, praticamente de tudo que está em volta da casa. E de modo mais intenso, também trabalham na lavoura, onde são vistas apenas como auxiliares dos homens.

De acordo com dados do IBGE 2010, a agricultura familiar brasileira é responsável por cerca de 38% do valor bruto da produção de alimentos do Brasil, porém Silva e Schneider (2010, p. 9) enfatizam que é pouco conhecida a parcela destas proporções no que se refere à contribuição das mulheres nas unidades familiares, visto que estas são responsáveis por grande parte desta produção, e não são valorizadas no setor produtivo. Entretanto, segundo Melo (2006, p.2), já se sabe que, em nível mundial, as agricultoras contribuem ativamente para produção dos alimentos básicos, sendo responsáveis por mais de 50% dos gêneros alimentícios produzidos.

No Brasil, segundo o último senso populacional do IBGE:

A população brasileira era de 190.755.799 pessoas. Na zona rural, foram contabilizadas 14.129.837 mulheres, o equivalente a 7,4% da população. Trata-se de um número pequeno, se comparado ao montante da população feminina que vive em áreas urbanas - 83.218.972 de pessoas, o que equivale a 43,6% da população. A pequena proporção de mulheres vivendo na zona rural, em relação ao todo populacional brasileiro, pode explicar a invisibilidade destas mulheres nas estatísticas oficiais. (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, 2015. p. 1).

Mesmo assim, pode-se afirmar categoricamente que não há elementos suficiente que justifique tal situação de invisibilidade. Elas continuam sendo mais de 14 milhões, que vivem em áreas afastadas e que vivenciam as mais diversas dificuldades, locais, onde o serviço público chega tardiamente, e quando chega, para que essas mulheres tenham acesso aos serviços básicos de saúde e às Políticas Públicas efetivas que as contemplem.

No estado do Acre, ainda segundo o IBGE (2010), existem cerca de 12.338 mulheres vivendo na área rural; enquanto no meio urbano esse valor é bem superior: 160.108 mulheres. Tais dados podem ser vistos como bastante expressivos quando trata-se do estado do Acre, com pouco mais de setecentos mil habitantes, ou pouco expressivos se forem observados e analisados em uma escala menor, o fato é que estes contribuem no auxílio das pesquisas para darem visibilidade a essas mulheres.

No município de Bujari, local este escolhido para ser dado enfoque no decorrer desse estudo, segundo os dados do IBGE (2010), há cerca de oito mil quatrocentos e setenta e um habitantes no total, destes, 3.902 são mulheres, vivendo na zona rural há 2086.

No decorrer da atividade de campo nos Projetos de Assentamentos Rurais, Espinhara e Pólo Antônio de Holanda, pode-se notar que a origem dessas mulheres advém de diferentes municípios do estado. Esse fator migratório se dá por diferentes aspectos associados às dinâmicas intrafamiliares. Alguns associados ao fator casamento, onde essas mulheres decidem migrar para diferentes municípios acompanhando seus companheiros, outros referentes as filhas acompanhando os pais em processos de posse de terra.

O fato é que, ao formarem seus núcleos familiares, essas mulheres passam a chefes de família, e são elas as responsáveis por gerir as atividades que são desempenhadas nas propriedades. Ao amanhecer, cuidam das crianças, alimentam os animais, cuidam da casa, do roçado e de outros afazeres. Aos finais de semana, o "lazer" é zelar ao redor de casa, lavar roupas, ir à reuniões de associações e posteriormente ir à igreja. Ou seja, as mulheres rurais têm muitas dificuldades de falar sobre o lazer, porque não as vivenciam na sua plenitude. O lazer para essa mulher está sempre associado a uma atividade que é de responsabilidade dela.

Para NASCIMENTO SILVA (2011, p. 142), “as mulheres rurais desenvolvem várias atividades no processo de produção de mercadorias para o comércio, mas elas não participam propriamente do processo de decisão sobre as vendas e os investimentos a serem realizados na propriedade rural.” Como pode-se perceber, as mulheres são vistas apenas como as que “colaboram” com o processo produtivo, no entanto, quando parte para o lado monetário, estas não são consultadas sobre o possível emprego do valor apurado com a venda da produção. Desta forma:

Por vezes o papel da mulher é secundarizado na sociedade e, por conseguinte na agricultura. Algumas mulheres tomam a decisão de lutar contra o atual modo de produção, no qual se afirma um modelo de sociedade que relega ao universo do campo a dependência, a monocultura, o empobrecimento. Estes elementos têm sido fatores de êxodo rural, em especial para os jovens e, dentre os jovens, as mulheres, que têm seu papel inferiorizado na unidade produtiva sendo estimuladas para a migração, pois a cidade ainda é vista como um lugar que comporta possibilidades de acesso a renda e autonomia e, ainda, propicia acesso aos estudos, ao lazer, a espaços de cultura, entre outros. (GUIMARÃES E MESQUITA, 2009, p.02).

Diante das diversas violências sofridas, as mulheres do campo decidem partir para o enfrentamento, onde tomam a iniciativa de lutar contra o modelo de convívio patriarcal, pautado na inferiorização e desvalorização de seu trabalho. Buscando ampliar as discussões concernentes à temática, esse trabalho adotou uma abordagem qualitativa, recorrendo à técnica de pesquisa bibliográfica e atividades de campo nos Projetos de Assentamentos Rurais, Espinhara e Pólo Antonio de Holanda no município de Bujari. O intuito do trabalho é fazer um levantamento de dados históricos e bibliográficos de autores da geografia associados à participação feminina no campo e autossustentação familiar em diferentes escalas, além de acompanhar de perto a rotina dessas mulheres.

3. RESULTADO OU DEBATE PRINCIPAL

Para iniciar a reflexão sobre os resultados e o debate da participação feminina, é importante trazer à tona o seguinte comentário:

A história de mulheres na constituição e trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada. Discriminação respaldada pelas visões patriarcais do projeto estatal, pelo atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exclusão em programas de créditos/comercialização/investimentos. As mulheres têm sido ao longo de anos, na história de muitos assentamentos, presença ativa na intermediação com o poder local, na proposição de iniciativas de diversificação produtiva, no reforço de estratégias familiares que têm se apresentado nas relações de aproximação e de conflito que permeiam a constituição deste novo modo de vida. (FERRANTE *et al*, 2013, p. 195).

A atuação efetiva das mulheres, no campo, tem contribuído para a expansão dos territórios da compreensão do papel delas na reconfiguração das relações de gênero e poder no âmbito das epistemologias do saber contemporâneo. Dessa forma, é de fundamental importância analisar a participação feminina no universo da produção rural.

Não sem propósito, a mulher trabalhadora rural sempre esteve presente nas mais variadas atividades exercidas no dia-a-dia da vida no campo, com o intuito de garantir uma renda, bem estar e segurança para si e para a sua família. Mesmo assim, o seu trabalho foi sempre visto como uma “ajuda”, ou seja, sem valor monetário, já o trabalho é remunerado.



Figura 1 – Camponesa do PA Espinhara produzindo ração para alimentar a criação de patos e galinhas (MESQUITA, 2017).



Figura 2 – Viveiro de hortaliças e plantas medicinais de moradora do PA Antonio de Holanda (TORRES, 2017).

Segundo Pacheco (1996, p. 1), “o trabalho produtivo realizado pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar é grandemente subestimado pelas fontes estatísticas oficiais, pois parte-se da premissa de que a mulher ocupa o espaço da casa e que sua ocupação principal é, portanto, a atividade doméstica”. Os programas governamentais e jornais, quando dão destaque a um segmento da produção agrícola no campo, quase sempre atribuem tal feito ao trabalho masculino que plantou, cultivou e está ali no processo de colheita.

É obvio que os homens possuem grande contribuição nesse processo, mas as mulheres também contribuíram. No entanto, dever-se-ia buscar fazer uma abordagem mostrando a relevância do trabalho de ambos os gêneros, sem favorecer mais um lado e colocar o outro como apenas complementar.

Por muitos anos, essa mulher dedicou-se fundamentalmente as atividades domésticas e a cuidar dos filhos, no entanto, nas últimas décadas, em razão das políticas de equidade de gênero, onde busca-se reduzir as significativas diferenças de ganhos salariais entre ambos os gêneros, assim como também a ocupação de cargos dos mais variados possíveis, estas vem aos poucos conquistando o seu espaço e conseqüentemente, tendo mais visibilidade perante a sociedade.

Atualmente, em razão dos diversos debates que vem sendo realizadas nos diferentes âmbitos, em Instituições como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), associado a outras Instituições, passa de alguma forma a reconhecer a importante contribuição das mulheres do campo, para a expansão da produção de alimentos saudáveis, para a garantia e soberania alimentar e para o desenvolvimento rural autossustentável no país. Desta forma, busca -se implementar algumas políticas públicas que visam incentivar a participação feminina na autossustentação.

São exemplos de tais políticas: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Gestão e Participação Territorial, Reforma Agrária com Igualdade, Inclusão Produtiva na Reforma Agrária (fomento mulher) e Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR). Essas são algumas ações idealizadas pelo poder público para buscar reduzir a latente desigualdade de gênero no campo.

Contudo, essas políticas públicas são insuficientes, elas precisam ser ampliadas nas diversas escalas, de modo que todas as mulheres do campo tenham acesso a tais benefícios, algo que não vem acontecendo. São exemplos muito significativos de ações bastante plausíveis, mas que precisam ser discutidas, ampliadas e fortalecidas, para que a mulher camponesa venha ter assegurada todas as condições necessárias para a prática de sua autossustentação familiar.

Nos projetos de assentamentos visitados, foi possível notar que o modo de vida das camponesas contribuiu e continua a contribuir para a produção e reprodução dos espaços daquele lugar. É notória a participação dessas mulheres desde o processo de povoamento, até os dias atuais. Dona Antônia Lima, moradora do PA Espinhara, lembra que, no processo de povoamento da área onde mora, no final de cada mês, tinha que caminhar 37 km t pelo menos uma vez a cada mês, juntamente com seus dois filhos pequenos e suas netas, para ir até a zona urbana de Bujari, em busca de mantimentos:

“Eu, meus dois filhos pequenos e minhas duas netas, andamos muito por dento dessa mata, tendo que sair de casa de madrugada, quando era o dia de ir pra cidade, porque era o período em que o sol ainda não tava de fora e era melhor pra andar com as criança. Quando era o dia de voltar pra colonha era a merma coisa, só que com mais peso, eu carregava era de cinquenta quilo de mercadoria na estopa para comer com meus filhos, as vez o rio estava alagado e eu tinha que atravessar a nado, correndo o risco de ser carregado pela água ou ser comida por um bicho.” Depoimento Dona Antônia Lima (julho de 2017).

Ao visitar e conversar com algumas das moradoras desses PAs, não se identifica que estas participam das mesmas atividades que os homens, pois os serviços que têm que executar consolida-se um número bem maior de tarefas. Ao amanecer, fazem o café da manhã que, geralmente, trata-se de comidas, como se fosse um almoço ou jantar, alimentam as crianças, tiram o leite das vacas, alimentam os animais domésticos e ainda trabalham com os companheiros na roça, trabalho esse que é visto como um “ajuda”.

Deste modo, ainda é muito comum a identificação de papéis sociais atribuídos ao gênero feminino. Por exemplo, o irmão não lava roupa, limpa a casa, faz comida ou cuida dos irmãos menores, porque “não é papel de homem”. Em muitos casos, observou-se que as mulheres aceitam de maneira pacífica, pois se trata de algo que, para elas, é transmitido de geração para geração, no entanto, não há estranhamento em sua visão.



Figura 3 – Camponesa do PA Espinhara produzindo farinha de mandioca (SILVA, 2017).



Figura 4 – Camponesa do PA Antônio de Holanda com graviola colhida de seu pomar (TORRES, 2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença feminina é uma constante nos diversos setores da economia e, no campo, essa presença consolida-se como um ato necessário e muito relevante para que os trabalhos do campo funcionem de modo produtivo e ordenado. Não é de hoje que as mulheres batalham para conseguir a autossustentação familiar nas zonas rurais dos diversos lugares do Brasil e do mundo.

Enquanto são vistas apenas como auxiliares dos homens no processo de cultivo da terra e da autossustentação familiar, estas executam as tarefas primárias mais rentáveis e consolidam-se como verdadeiros pilares, indo além de plantar, cultivar e colher os grãos do roçado. Enquanto plantam e esperam a plantação crescer para que chegue ao ponto ideal de cultivo, estas dedicam-se a outras atividades campestres, bem como, na confecção, plantio e cultivo de hortas, criação de animais como galinhas, patos, capotes, gansos, peru, porcos e entre outros animais, que também servem de renda para contribuir na feira e o no orçamento para fechar as contas no final do mês.

A mulher trabalhadora rural possui características ímpares. São mulheres polivalentes, dispostas a executar qualquer trabalho que o campo exija, são estas que selecionam as melhores sementes para o plantio na horta, e ainda, por cultivar espécies originais de plantas e sementes que, nos dias atuais, encontram-se em processo de extinção em razão das modificações genéticas idealizadas pelo próprio homem. Essas mulheres são responsáveis por ajudar na oferta de produtos orgânicos vendidos nas feiras locais por preços bem mais acessíveis do que os oferecidos nos grandes supermercados.

São mulheres, marisqueiras, agricultoras, vaqueiras, hortaleiras, ribeirinhas, arrendatárias, boias-frias, parceiras, extrativistas, farinheiras, diaristas, assentadas, sem terras, mulheres indígenas, negras e caboclas, mães, esposas, donas de casa, mulheres que estão sempre na luta.

A proposta de trabalho fundamenta-se, portanto, no entendimento de que é necessário a ampliação do debate sobre as mulheres camponesas e a sua auto sustentação familiar. Desta forma, espera-se que as questões tratadas aqui tragam contribuições para o aprofundamento, ampliação e análise da participação da mulher nos Projetos de Assentamentos Rurais Espinhara e Polo Antônio de Holanda.

5. REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, J. A.; NORONHA, C. R. *et al.* (Apud PACHECO, 1996, p. 1). **A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas.**
2. ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
3. BAUER, C. **Breve história da mulher no mundo ocidental.** São Paulo: Xamã, 2001.
4. BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
5. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
6. FERRANTE, V. L. S.; DUVAL, H. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BOLFE, A. P. F. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L.S. **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói, 2013.
7. GUIMARÃES, R. R.; MESQUITA, H. A. **Feira camponesa: instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em catalão – GO.**
8. NASCIMENTO SILVA, M. G. **Geografia e Gênero em Assentamentos Rurais: espaços de poder.** In: SILVA, J. M.; SILVA, A. C. P. **Espaço Gênero e Poder: conectando fronteiras.** Ponta Grossa, Toda Palavra, 2011.
9. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM. Ministério da Justiça e Cidadania. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados>. Acesso: 29/09/2017.

Sumário

O jacaré e o estreito de Bering: etnogeografias e diálogos interculturais no ensino.	2
Toque de axé: um olhar sobre as espacialidades umbandistas	14
Cooperativismo MST: um estudo sobre a Fundação da Cocapar	27
Diagnóstico regional como suporte à tomada de decisão sobre itinerários formativos: experiências metodológicas do observatório do IFRO	36
Violencia de género en las zonas rurales de santiago de Chile.....	46
Representações de eco espiritualidade em atividades de turismo em áreas naturais – estudo de caso no parque ecoturístico municipal São Luís De Tolosa, Rio Negro – PR.....	60
Diálogos femininos – trajetórias plurais: um estudo de caso dos projetos de assentamento rurais espinhara e polo Antônio de Holanda no município de Bujari, Acre.....	70